

Julho de 2017

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No

âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Angola é o 4º pior país do mundo em qualidade de vida	6
1.2 Pobreza e inflação	6
1.3 Bolsa de solidariedade social ampara os mais vulneráveis	7
1.4 Angola desce para o grupo de países de renda média-baixa	8
1.5 Banco Mundial desce nota de Angola	9
2. MICROFINANÇAS	10
2.1 Bancos nacionais perderam credibilidade	10
2.2 BCA lidera lista de bancos com candidatos a deputados	10
2.3 BNA fala de protecção ao cliente bancário	11
2.4 Banco Sol relança micro-crédito para apoiar pequenos negócios	11
2.5 Mercado angolano gera mais remessas	12
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 A rotunda do Calemba II e as zungueiras	14
3.2 O terrível quotidiano das zungueiras em Angola	14
3.3 Especulação com escassez de gasolina	15
3.4 Peças de viaturas roubadas são vendidas no mercado	15
3.5 Escassez de gasolina faz preço disparar nove vezes no mercado informal	17
3.6 Fiscalização expulsa agentes em Luanda	17
3.7 MPLA leva programa ao mercado informal	18
3.8 BNA fala de protecção ao cliente bancário	18
3.9 Guiché Único de Empresa constituiu mais de 43 mil empresas em cinco anos	19
3.10 AMOTOTRANG encarta mais de 13 mil moto-taxistas	19
3.11 Preço do cimento subiu no informal	20
3.12 Negócios e negociantes do comércio informal	20
3.13 MPLA promete requalificar 'Mercado do 30'	21
3.14 O preço do cimento...	22
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	23
4.1 “Ausência de visão e interesses pessoais são entraves à diversificação”	23
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	25
5.1 UNITA quer autarquias estabelecidas já em 2018	25
5.2 Luanda regista aumento populacional de 10% por ano	26
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	27
6.1 Inferno na terra	27
6.2 Plano metropolitano de Luanda impulsiona crescimento urbano	27
6.3 Kilamba, Zango e arredores	28
6.4 Nova urbanização no Sumbe beneficia 15 mil habitantes	29

6.5	Estratégia de desenvolvimento urbano atinge resultados	29
6.6	Universitários querem participar na resolução dos problemas de Lunda	30
6.7	Cinquenta mil moradias erguidas	31
6.8	Kilometro 44 pronta a receber inquilinos	31
6.9	Pessoas em zonas de risco beneficiam de novas casas	32
6.10	Inscrições encerram em tempo recorde	32
6.11	Casas arrendadas são uma dor de cabeça para os inquilinos	33
6.12	Inscrições para Capari e Km 44 duraram minutos	34
6.13	O direito à habitação constitucionalmente não impõe exclusividade	34
6.14	Procura supera oferta no Capari e no KM 44	35
6.15	Capari e km 44 recebem moradores dentro de dias	36
6.16	Ordenamento das áreas urbanas	36
6.17	Centralidades do Lobito, Catumbela e Baia-Farta	38
6.18	Pedido construção de projectos habitacionais	38
6.19	Imogestin	39
6.20	PR autoriza construção de centralidades no Zaire, Malanje e Lunda-Sul	39
6.21	Vizinhos «abandonados» do Kilamba queixam-se da falta de tudo	40
6.22	Camponeses dispõem de micro-crédito	41
6.23	Nova centralidade é erguida no Quilombo	41
6.24	Cetinas de casas construídas na cidade	42
6.25	Empresa estuda cobrança fiscal	43
6.26	Centralidade está pronta para receber moradores	43
6.27	Primeiras casas nas urbanizações serão entregues na primeira quinzena de Agosto	43

7. TERRA 45

7.1	Pessoas em zonas de risco beneficiam de novas casas	45
7.2	Quando o direito a ocupação urbana, é urgente	45
7.3	Governo entrega lotes à Comunicação Social	46
7.4	Ocupação à margem dos planos	47
7.5	Os riscos impostos por fenómenos naturais	48
7.6	Política Nacional de terra precisa-se	48
7.7	Cidadão acusa ex-governador de Luanda tentativa de usurpação	49
7.8	Solisac destrói casas no município de Belas	50

8. SERVIÇOS BÁSICOS 53

8.1	Água apropriada para beber aumentar 12%	53
8.2	Moradias do Cazenga com água potável	54
8.3	Ministro João Baptista Borges testemunha primeiro testes	54
8.4	EPAL está interessada na experiência israelita	55
8.5	Israel apresenta proposta de cooperação no sector de água	56
8.6	Habitantes do Cuchi com mais água e luz	56
8.7	Academia de Águas em Luanda	57
8.8	Mais Água potável para toda a província	57
8.9	Água e a qualidade de vida	58
8.10	Novo Sistema em Construção	59
8.11	Tarifas e custos de energia e de água estão em análise	60
8.12	Município dos Gambos com mais água potável	61
8.13	Cartoon	62
8.14	EPAL quer melhorar níveis de qualidade	62
8.15	Acordo vai levar água a 1 milhão de pessoas	63
8.16	Regiões do Sul com mais água	63
8.17	Mais serviços sociais dão vida ao município	64
8.18	Milhares de cidadãos têm mais água potável	64
8.19	Sectores das águas querem benefício 950 mil consumidores	65

8.20	Sede do município com mais água potável	65
8.21	Caluquembe ganha pontos de água potável	65
8.22	Lançada campanha contra o garimpo	66
8.23	Nova rede de água arranca este ano	67
8.24	Recolhidas toneladas de lixo no Cacuaco	67
8.25	GPL quer 'afinar a máquina de cobrança' da taxa de limpeza	67
8.26	Valor resultante da taxa é considerado "pouco"	68
8.27	Lixo é um dos Nobel do regime	69
8.28	Será verdade o MPLA é lixo, o lixo é o MPLA	70
8.29	O lixo e um dos espelhos do regime	70

9. GÉNERO E VIOLENCIA 72

9.1	Hoji-ya-Henda atenua índice de violência	72
9.2	Luanda lidera recolha de armas	72
9.3	Mais de 100 mil armas recolhidas na campanha	72
9.4	Marginais fazem-se passar por passageiros e assaltam taxistas	73
9.5	Criminalidade em caixa alta no município de Cacuaco	74
9.6	Chineses denunciam constantes assaltos e mortes na comunidade	74
9.7	Criminalidade preocupa moradores do distrito do 11 de Novembro	75

10. AMBIENTE 77

10.1	Exploração de madeira gera mais receitas para o Estado	77
10.2	Licenças de madeira usadas de modo ilegal	78
10.3	Seca no Kunene provocou 10 mil desnutridos	78
10.4	Pessoas em zonas de risco beneficiam de novas casas	79
10.5	"EI Niño" afectou um milhão de pessoas	79
10.6	Recursos florestais fortalecem economia	80
10.7	Forte controlo ambiental defendido por sociólogo	80
10.8	Angola necessita de legislação adequada	81
10.9	Sul de Angola com projecto de mitigação de acções climáticas	81
10.10	Projectos de água minimizam transumância nos Gambos	82
10.11	Exploradores ilegais têm os dias contados	84

11. MIGRAÇÃO 86

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 86

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola é o 4º pior país do mundo em qualidade de vida

Jornal A República
7 De Julho de 2017

Dos 128 países analisados, para a elaboração do Índice do Progresso Social (IPS) 2017, Angola é um dos quatro piores, ocupando o lugar 125 na lista, liderada pela Dinamarca. Pior do que o desempenho angolano só mesmo o do Chade, Afeganistão e República Centro-Africana, que surgem, respectivamente, nas posições 126, 127 e 128 do ranking.

No fundo da tabela, reservado para os estados com um nível " muito baixo " de progresso social, surgem ainda o Iémen (122), a Guiné -Conacry (123) e o Níger (124) indicam os resultados do IPS divulgados nesta quarta-feira, 21.

Fruto de uma colaboração entre académicos e empresas, incluindo, por exemplo, a firma de auditoria Deloitte, o Índice é produzido pela associação sem fins lucrativos Social Progress Imperative, baseada em Washington' nos EUA, com base no princípio de que o progresso social é mais importante do que o Produto Interno Bruto (PIB), devendo os países ser analisados para além da sua riqueza.

Por isso, apesar de apresentarem o mesmo PIB anual per capita (6.938 dólares), Angola e Filipinas ocupam posições tão diferentes na classificação: os angolanos estão em 125º lugar, os filipinos em 68º.

A distância mede-se por uma série de indicações de qualidade de vida, nomeadamente o gozo de liberdades e direitos individuais, o acesso a um nível avançado de Educação, cuidados de Saúde, água e saneamento básico e Habitação.

A ponderação das múltiplas variáveis, agrupadas em necessidades básicas, medidas de bem-estar e acesso a oportunidades que não só deixa Angola mal na fotografia como alerta para um recuo mundial em termos de desempenho social.

"Milhões de pessoas em todo o globo enfrentam um vergonhoso retrocesso das suas liberdades, mais

violência e injustiça e flagrante discriminação e exclusão das oportunidades mais significativas da vida" alerta Michael Green,' presidente da Social Progress Imperative.

I.2 Pobreza e inflação

Jornal Expansão
14 De Julho de 2014

Finalmente a segunda parte da reflexão sobre pobreza e inflação, cuja primeira parte foi apresentada em 16 de Junho passado.

Depois de um período de dois anos de inflação baixa, na casa de um dígito (2013 e 2014), a inflação em Angola voltou a subir de forma acentuada em 2015 e 2016, respectivamente, 14,5% e 41,7%. Duas pequenas observações quanto a estes comportamentos: (i) dada a quebra de mais de 45% no preço do barril de petróleo entre Junho e Dezembro de 2014 - que acarretou a relativa perda de influência da âncora cambial como instrumento da política monetária de estabilização dos preços -, a taxa de inflação de 7,5% verificada nesse ano ficou a dever-se, essencialmente, ao controlo da massa monetária, através dos instrumentos clássicos dos bancos centrais; (ii) a outra relativiza-se no lag de transmissão dos efeitos inflacionistas através da política cambial e que pode ser estimado em cerca de seis meses, em condições de ceteris paribus. Durante este período - 2013/2016 - as taxas de crescimento do PIE, de inflação e de pobreza foram as constantes do gráfico nesta página.

Os pacotes clássicos de políticas macroeconómicas são tidos como potencialmente geradores da seguinte sequência de efeitos: crescimento económico, estabilidade de preços (controlo da inflação) e redução da pobreza. Algumas evidências empíricas parecem não confirmar exactamente que mais crescimento seja suficiente para estabilizar os preços e reduzir a pobreza (1). O modelo de acesso às oportunidades de geração de valor agregado e de criação de renda é o ponto central, sendo por isso que muitos economistas e sociólogos deslocam as suas propostas de progresso económico e social para modelos que incorporem a redução das desigualdades e o melhor acesso à educação e formação como pontos centrais das respectivas políticas de intervenção social.

No meu artigo neste Semanário de 30 de Junho - A Redistribuição do Rendimento como modelo de acumulação alternativo - defendi que uma das formas de promover, melhorar e garantir sustentabilidade a

novas modalidades de acesso ao rendimento nacional era a do fornecimento de educação de qualidade às faixas populacionais mais pobres, possibilitando-se, assim e a montante do processo, a criação de activos fundamentais para uma participação diferente e de maior valor agregado na distribuição e redistribuição dos benefícios do crescimento económico. A verdade a notícia da LUSA (30 de Junho de 2017, sexta-feira), segundo a qual e de acordo com um estudo encomendado pelos Ministérios da Educação e do Ensino Superior a uma empresa portuguesa, o Governo, nos últimos 12 anos, gastou menos de 2% em educação, então, não se podem esperar alterações de vulto no modelo e nos processos de diminuição das desigualdades sociais e de redução da pobreza (2).

Também por aqui se pode compreender - voltando ao gráfico anterior - a razão do aumento da taxa de pobreza, mesmo tratando-se de estimativas, entre 2013 e 2016. Com apenas 2% de gastos públicos em educação (presumo que de funcionamento e investimento) as expectativas de mudança nos itens pobreza e desigualdades são muito baixas, reduzindo-se ainda mais se as perspectivas de crescimento do PIB forem da ordem de 1,5% em média anual até 2021.

Nestas circunstâncias, a capacidade de geração de receitas para a economia e para o Estado apresentar-se-á bastante afectada.

Para além desta insuficiência de política económica e de intervenção sobre os processos de mudanças sociais, o que também deve ser posto em causa é o automatismo do raciocínio mais crescimento "mais emprego" transforme em aumento dos rendimentos do trabalho, voltando-se, portanto, à questão de base do modelo de repartição do rendimento nacional. Para se ter a certeza de que o crescimento beneficia a população pobre é necessário esquematizar (e aplicá-lo com coerência e determinação política) um modelo de geração e acumulação de mais-valias do qual participe a maioria da população, através das modalidades explicadas no meu artigo de 30 de Junho de 2017.

A relação entre pobreza e inflação pode ser estabelecida através do índice de preços dos produtos alimentares e do seu comportamento. Através da Lei de Engel sabe-se que a percentagem do rendimento familiar consagrado às despesas com bens alimentares baixa conforme o rendimento aumenta. Isto implica que o aumento dos preços destes produtos afecta, portanto, muito mais os pobres do que os ricos. Um corolário importante deduzível desta afirmação e com reflexos para a política económica é que o aumento da produção agrícola é muito mais importante do que o crescimento do PIE global sobretudo quando dominado pela produção exportável de recursos

naturais não renováveis, como em Angola com o petróleo - para o combate à pobreza e a melhoria do nível geral de vida.

I.3 Bolsa de solidariedade social ampara os mais vulneráveis

Jornal de Angola

19 De Julho de 2017

Texto: João Dias

O Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, procedeu ontem em Luanda ao lançamento da plataforma Bolsa de Solidariedade Social, uma iniciativa do Ministério da Assistência e Reinserção Social que pretende ajudar quem mais precisa. A Bolsa de Solidariedade Social prevê reforçar o já existente Banco de Alimentos e integrar o Banco de Medicamentos, as Lojas Sociais e as cozinhas comunitárias como forma de minorar a vulnerabilidade num entrosamento entre os diversos agentes sociais. Ao discursar na cerimónia de lançamento, que decorreu no Memorial Dr. António Agostinho Neto, o Vice-Presidente deu ênfase aos valores da solidariedade, lembrando que "não é palavra vã no nosso país e que muitos têm dado o seu melhor com actos e acções". "Os momentos que testem unhamos foram e são suficientemente galvanizadores para que também me sinta já parte da família da Bolsa de Solidariedade Social", disse o Vice-Presidente da República, que felicitou o Ministério da Assistência e Reinserção Social pela iniciativa. Manuel Vicente acredita que a plataforma vai permitir agilizar e distribuir melhor as ajudas a quem precisa de modo coordenado e transparente, tendo nos doadores o seu centro nevrálgico.

O Vice-Presidente da República fez um apelo a todos os angolanos e "aos amigos de outros países" para que se juntem ao que considera ser um "edificante movimento de doação, de dádiva, de solidariedade, de empoderamento das populações em direcção a um futuro radioso". Manuel Vicente espera, por isso, que a plataforma reúna "as boas vontades do nosso país na ajuda ao próximo e a todos os cidadãos que se encontrem em situação de vulnerabilidade". Investimento na área social Relativamente ao Orçamento Geral do Estado destinado ao sector social, o Vice-Presidente lembrou que a verba tem aumentado ao longo dos últimos anos. Para este ano, o sector social beneficiou de 38,03 por cento do OGE. "Esta é uma área cuja atenção e aumento tem tido particular destaque. O desenvolvimento da agricultura, a auto-suficiência alimentar e a diversificação da economia são alguns dos desideratos que vimos perseguindo e

trabalhando", assinalou Manuel Vicente para acrescentar que o combate à pobreza e a melhoria da qualidade de vida das populações está no centro das atenções do Executivo. Concórdia O Vice-Presidente da República destacou o facto da acção social em movimento no país ter os angolanos como benfeitores, doadores e como construtores da nação. "A ideia de que a solidariedade é um 'bem em si mesmo' e de que fazer bem, faz bem, justifica plenamente este movimento. Na verdade, fazer o bem traz concórdia, paz, unidade, amor, valores intrínsecos da pessoa e, por conseguinte, das sociedades", sublinhou Manuel Vicente. O Vice-Presidente da República lembrou que ao longo destes 15 anos de paz, o país tem vindo a trilhar a senda do desenvolvimento e do progresso e reconheceu que quer um, quer outro, fazem - se com a participação e inclusão de todos os angolanos. "Trabalhar para a promoção e o empoderamento dos angolanos sempre foi e vai continuar a ser o objectivo primeiro do Executivo", argumentou. Manuel Vicente considerou estimulante saber que o país pode contar com uma sociedade civil forte e pujante. "Comecei por dizer que era para mim um prazer estar nesta cerimónia. Terminei dizendo que é para mim um privilégio presidi-la, em representação de Sua Excelência o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, perante esta vibrante plateia", concluiu. No final, o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, e o Arcebispo de Luanda, D. Filomeno Vieira Dias, entre outras entidades, assinaram o compromisso com a causa solidária. Ontem, parte considerável dos que participaram no acto de lançamento foram constituídos membros honorários da plataforma Bancos alimentares O ministro da Assistência e Reinserção Social, Gonçalves Muandumba, disse que a plataforma surge para mobilizar toda a sociedade e todos os seus quadrantes para combater a pobreza, a vulnerabilidade e promover o empoderamento. "Ser solidário é junto caminhar na senda de um país em que o desenvolvimento e progresso sejam uma construção de todos para todos", disse Gonçalves Muandumba, para quem a solidariedade social tem também na mira o combate ao desperdício.

I.4 Angola desce para o grupo de países de renda média-baixa

Jornal Expansão
28 De Julho de 2017

Angola está no lote de oito países que viram a sua classificação revista pelo Banco Mundial, baixando de país de renda média alta para país de renda média baixa, o penúltimo dos quatro níveis de classificação das economias mundiais.

Factores como a inflação, as taxas de câmbio e mudanças populacionais "influenciam" a Renda Nacional per capita, levando à reavaliação da classificação efectuada por aquela agência especializada do Sistema das Nações Unidas.

No caso de Angola, pesaram na decisão de baixar a classificação, a alta taxa de inflação, acima dos 40%, e as consecutivas desvalorizações do Kz em relação ao USD.

A classificação do Banco Mundial divide os países em quatro níveis, tendo em conta o seu rendimento anual per capita.

O nível mais elevado integra os países de renda alta, com rendimentos per capita anuais acima dos 12.236 USD.

Seguem-se os de renda média alta, onde Angola estava antes da reavaliação, e que integra os países com rendimentos entre os 3.956 USD e os 12.236 USD.

Estão neste lote países, como o Brasil e a Guiné Equatorial.

Os de renda média-baixa, onde Angola passa a estar, integra um conjunto de 53 países, entre os quais se incluem Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, que dispõem de um rendimento per capita anual entre os 1.006 USD e os 3.956 USD.

E, finalmente, os de renda baixa, integra os países com rendimento inferior a 1.005 USD, grupo onde se encontram Moçambique e a Guiné-Bissau.

A classificação dos países tem influência directa no montante dos financiamentos disponibilizados pelo Banco Mundial em projectos nas áreas da saúde, educação, ambiente, agricultura e economia a países em desenvolvimento. O montante é fixo ao em função dos rendimentos de cada Estado-membro.

O relatório do Banco Mundial que divulga os resultados da última avaliação refere que, além de Angola, outros sete países viram a sua classificação actualizada.

Estão nesse caso a Croácia, Geórgia, Jordânia e Nauru, que baixaram de nível, e Palau, Samoa e Tonga, que subiram.

I.C.B. com Lusa

1.5 Banco Mundial desce nota de Angola

Jornal A República

28 De Julho de 2017

Texto: VOA

País agora é de renda média-baixa

O Banco Mundial (BM) desceu a classificação de Angola para país de renda média-baixa, o penúltimo dos quatro níveis com que a instituição classifica as economias mundiais, pelos rendimentos em função da população.

Angola passou de país de renda anual média-alta, equivalente a entre 3.956 e 12.235 dólares de Renda Nacional Bruta 'per capita, para o nível média-baixa, que se situa entre 1.006 e 3.955 dólares por habitante.

O BM indica que a economia angolana ficou marcada, no último ano, pela alta taxa de inflação, acima dos 40 por cento, e pelas consecutivas desvalorizações do kwanza, face ao dólar.

Ainda de acordo com o relatório daquela organização com sede em Washington, factores como a inflação, as taxas de câmbio e mudanças populacionais "influenciam" a Renda Nacional Bruta per capita, levando à reavaliação da classificação.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Bancos nacionais perderam credibilidade

Jornal O PAÍS

7 De Julho de 2017

Texto: Patrícia de Oliveira

Na sua intervenção sobre o tema, Frei Mário Rui Marçal, da Universidade Católica de Angola, começou por dizer que o Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Walter Filipe, afirmou que a banca precisa de ética e moral.

No entanto, Frei Mário Rui acredita que o pensamento das pessoas está voltado para as divisas, pois é isso que falta. "Por' isso as declarações do Governador do BNA devem ter sido um pouco estranhas. E eu assumo, e devia ser ele a dizer, que os bancos nacionais perderam credibilidade. E estão a ser colocados à margem do sistema financeiro mundial.

E a crise que se atribuiu ao preço do petróleo, talvez e mais correctamente devia-se atribuir a essas e outras práticas", disse académico.

Defendeu que, o que aconteceu entre nós, é que o preço do petróleo esteve "anormalmente" alto durante vários anos.

De acordo com o estudioso, numa análise aos últimos 40 anos, pode-se compreender que o preço do petróleo está dentro da normalidade.

"Quer dizer que tomámos uma altura de alta quando na verdade não era normal, Era anormalmente alta", reiterou, acrescenta que o barril de crude ao preço de USD 20 será muito baixo, mas hoje, apesar da volatilidade, o crude está a ser comercializando dentro daquilo que é o normal dos últimos anos.

Falta de ética promove alta de preços

Durante o seu discurso de abertura' o Secretário da Câmara de Comércio e Indústria de Angola, António Tiago, referiu que o tema parece ser apenas um mero exercício de retórica académica; no entanto, é de grande relevância para o contexto económico. "Nós recusamos essa teoria. Consideramos de capital importância um comportamento que mobilize todos os actores sociais a agirem de modos que o sistema económico funcione com eficácia e eficiência, contribua para a solução dos problemas existentes e para a satisfação das necessidades de todos os

participantes na sociedade", frisou o responsável associativo.

Recordando o Papa Pio XII, António Tiago disse ainda que o sistema deve garantir interruptamente as condições externas que permitam a cada cidadão desenvolver plenamente a sua vida individual e garantir a permanente satisfação de bens e serviços materiais, orientados, por sua vez, ao desenvolvimento das condições, culturais, morais e religiosas.

"Toda a decisão na actividade económica deve consistir na escolha entre o bom e o mal, o bem para si e o melhor para os outros, até mesmo uma simples decisão técnica deve ter em conta valores éticos para evitar a exploração humana, a especulação, o aproveitamento das necessidades dos outros para estabelecer preços altos que provocam a penúria e a privação de bens de consumo para os outros".

A Câmara de Comércio e Indústria de Angola assinou um protocolo com o Instituto de Ética da África do Sul, em 2012, que permitiu a realização de cursos para formadores, oficiais de ética e seminários para sensibilização da ética empresarial. É neste âmbito igualmente que foi lançado o Centro de Ética de Angola. "Neste contexto; realizámos 31 seminários em 14 províncias, 264 empresas aderiram aos princípios de ética", avançou António Tiago Gomes.

O evento resulta de uma parceria entre a petrolífera Statoil, o CEEIC e a Câmara de Comércio e Indústria de Angola.

2.2 BCA lidera lista de bancos com candidatos a deputados

Jornal Expansão

14 De Julho de 2017

O Banco Comercial Angola (BCA) lidera a lista de instituições financeiras que possuem na sua estrutura accionista candidatos a deputados à Assembleia Nacional nas eleições-gerais 2017, com cinco accionistas, de acordo com investigação do Expansão, com base nos relatórios de contas dos bancos.

O Banco Sol vem a seguir, com dois accionistas. As demais instituições aparecem com um accionista cada, nomeadamente, o Finibanco Angola (FNB), Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) e o Banco Pungo Andongo (BPAN).

De entre os candidatos às eleições-gerais de 23 de Agosto, destaca-se o cabeça-de-lista do MPLA, João Manuel Lourenço.

Actualmente vice-presidente do partido que sustenta o Governo e ministro da Defesa, João Lourenço detém 5,42% do capital social do BCA, percentagem detida na mesma instituição pela primeira-dama de Angola, Ana Paula dos Santos, candidata pelo círculo nacional, também pelo MPLA.

O cabeça-de-lista do MPLA pelo círculo provincial do Cunene, Kundi Paihama, é o que detém maior participação num banco nacional, com 80,27%, no BANC. Em comum o facto de todos os candidatos banqueiros serem da lista do MPLA, partido no poder.

Já Salomão Xirimimbi é o que possui mais acções no BCA.

Antigo ministro das Finanças, governador da província do Namibe e membro do comité central do partido, Salomão Xirimimbi possui neste banco 11,05% das acções, acima do secretário para as relações internacionais do Bureau Político do MPLA, Dino Matross, que detém no mesmo banco 7,00%.

Fazem ainda parte do quadro accionista do BCA o antigo primeiro-ministro Fernando José de França Van-Dúnern, com 3,13%, o actual ministro das Finanças, Augusto da Silva Tomás, com 1,44%, e o ainda cabeça-de-lista do MPLA em Benguela e ex-governador da mesma província, Isaac Maria dos Anjos, com 0,27%.

No quadro dos candidatos que mais acções possuem num banco vem a seguir o antigo ministro e chefe da Casa Civil do Presidente da República Carlos Maria da Silva Feijó. Já o cabeça-de-lista do MPLA em Luanda, Rigino Carneiro, possui acções no Banco Keve, garante fonte do Expansão. Acontece, porém, que este banco não divulga a lista dos seus accionistas, postura adoptada igualmente pelo Banco Prestígio, onde uma das filhas do Presidente da República, Wellwitschia dos Santos "Tchizé", detém participação, de acordo com fonte do Expansão. Manuel da Cruz Neto, actualmente candidato à Assembleia Nacional pelo MPLA e ainda candidato às eleições de 23 de Agosto, é outro dos que detém percentagem no BPAN. Este é outro banco que não divulga as acções que cada um detém.

A lei orgânica que aprova o estatuto do deputado não impede este de ter participação em sociedades comerciais e demais instituições que prossigam fins lucrativos. Porém, estabelece como incompatível o exercício de funções de deputado nestas instituições, entre outros, com o exercício de funções de administração, de gerência ou de qualquer cargo social. As demais leis existentes no País também são omissas, ou seja, não impedem os deputados de

participação em instituições financeiras, nomeadamente a lei das instituições financeiras e a lei das sociedades comerciais.

2.3 BNA fala de protecção ao cliente bancário

Jornal de Angola
20 De Julho de 2017

Funcionários públicos, empresários e vendedores do mercado informal do município do Balombo, província de Benguela, foram na terça - feira esclarecidos sobre protecção do consumidor e dos serviços bancários, durante uma palestra promovida pela Direcção Regional Sul do Banco Nacional de Angola (BNA).

Orientada pela Direcção Técnica de Supervisão Comportamental do BNA em Benguela, Paulina Epalanca, a palestra transmitiu aos participantes informações sobre as funções do banco nos pagamentos, nas pensões, nos créditos e depósitos, nos produtos bancários, na protecção social, nos preçários e nas reclamações. Os participantes foram ainda esclarecidos sobre a relação entre o banco e o consumidor bancário, uma ligação que se baseia nos princípios da transparência, do respeito, da honestidade, diligência e integridade, bem como no atendimento ao consumidor, direito à informação, publicidade e o quadro normativo actual de Angola.

A ocasião, Paulina Epalanca apelou aos presentes a assumirem uma cultura de apresentação de reclamações sobre os serviços prestados, para melhorar o sistema financeiro no país.

Noémia Marcelo e Domingas General, participantes da palestra, consideraram de "bastante valioso" o encontro, por ter permitido obter conhecimentos sobre como actua o banco central, relativamente ao direito de reclamação dos consumidores, quando lesados na prestação de qualquer serviço ou na aquisição de um produto bancário.

2.4 Banco Sol relança micro-crédito para apoiar pequenos negócios

Jornal O PAÍS
22 De Julho de 2017

Novos produtos e serviços bancários destinados a particulares e a empresas colectivas foram apresentados esta semana pelo Banco Sol, na cidade do Huambo.

Trata-se das contas sol crescente, sol futuro, sol investe, adiantamento de salário, crédito ao consumo com seguro e crédito automóvel, destinadas a particulares, neste caso, homens e mulheres, angolanos ou estrangeiros, desde que tenham residência permanente no país e sejam maiores de 18 anos.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do banco, Coutinho Miguel, a iniciativa prevê apoiar os operadores económicos, no âmbito da inclusão financeira e do resgate da cidadania.

Além dos particulares, o banco apresentou a "conta sol crescente", "sol investe", "conta corrente caucionada", "garantias bancárias" e o "financiamento consolidar", destinado às empresas.

Coutinho Miguel sublinhou que os referidos programas destinam-se a detentores de micro ou pequenos negócios funcionando nos segmentos formal ou informal, localizados em qualquer região do país, com representação na instituição bancária.

Ressaltou que a instituição instituiu três eixos estratégicos, sendo o micro-crédito, a banca de retalho e a banca de investimento, que por sua vez exigem criatividade, imaginação e iniciativa dos empreendedores.

Declarou que o incentivo ao desenvolvimento de micro- finanças representa, de certo modo, uma via para combater a pobreza, dado que vem colmatar uma lacuna no mercado nacional, através da constituição de pequenas e médias empresas, diminuindo de certa forma os desequilíbrios sociais.

Esse sentido, Coutinho obre Miguel referiu que o Banco Sol, fundado em Outubro de 2001, tem como matriz o micro-crédito, que constitui o seu pilar estratégico, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento sócio-económico de Angola. Enfatizou que a diversificação da economia nacional baseia-se em quatro factores, designadamente a estabilidade financeira, a inclusão financeira, o desenvolvimento do mercado monetário e de capitais, bem como o desenvolvimento do mercado de seguros, resseguros e fundos de pensões, devendo os bancos, por sua vez, garantir confiança, credibilidade, procedimentos e exigências. Referindo-se à inclusão financeira, o gestor considerou constituir, paralelamente ao resgate da cidadania, o fundamento para o desenvolvimento sustentável do país, razão pela qual tem o micro-crédito como matriz, enquanto produto destinado a pessoas que, por razões diversas, foram excluídas da banca clássica e que não dispõem de garantias patrimoniais reais e

pessoais, tendo a confiança e o aspecto psicológico como garantias únicas.

Contudo, Coutinho Miguel acrescentou que o Banco Sol tem uma gama diferenciada de oportunidades e serviços que permitem satisfazer as necessidades e expectativas dos investidores, tendo como premissa a diversificação da economia, que, por sua vez, só será viável se contar com uma banca forte, confiável e credível, que apoie o processo de crescimento e de reconstrução nacional.

2.5 Mercado angolano gera mais remessas

Jornal de Angola
22 De Julho de 2017

As remessas dos trabalhadores portugueses em Angola subiram em Maio, face ao período homólogo do ano passado, 59,6 por cento, para 20,97 milhões de euros, enquanto as remessas dos angolanos a trabalhar em Portugal subiram 20,7 por cento.

De acordo com os dados divulgados na quarta - feira pelo Banco de Portugal, os portugueses a trabalhar em Angola enviaram em Maio deste ano 20,97 milhões de euros, o que revela uma subida de 59,6 por cento face aos 13,14 milhões transferidos em Maio do ano passado.

Em sentido inverso, os angolanos a trabalhar em Portugal enviaram em Maio para o país 1,75 milhões de euros, subindo 20,7 por cento em relação aos 1,45 milhões transferidos no mesmo mês do ano passado.

O forte aumento das remessas dos emigrantes portugueses em Angola fez com que as verbas totais enviadas pelos trabalhadores portugueses nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) tenham também uma subida significativa.

Tradicionalmente, as verbas dos emigrantes portugueses em Angola representam a quase totalidade dos valores provenientes dos PALOP e Maio não fugiu à regra. Dos 21,63 milhões de euros enviados pelos portugueses nesses países, 20,97 milhões vieram de Angola.

O Banco de Portugal, como é costume, não especifica os valores pelos países africanos de expressão portuguesa, com excepção de Angola, pelo que não é possível saber as verbas provenientes de cada país individualmente.

As remessas totais dos trabalhadores portugueses no estrangeiro subiram 22,4 por cento em Maio,

comparando com o mesmo mês do ano passado, enquanto as verbas enviadas para os seus países pelos estrangeiros a trabalhar em Portugal aumentaram 9,4 por cento.

As remessas dos emigrantes passaram de 246 milhões de euros em Maio do ano passado, para 301,2 milhões em Maio deste ano.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 A rotunda do Calemba II e as zungueiras

Jornal O PAÍS
3 De Julho de 2017

Boa tarde caro Director e colectivo de trabalhadores do Jornal da Nova Angola. Trago aqui um assunto que deve merecer a vossa apreciação, pois ultimamente não está a dar para aguentar. Está realmente insuportável a venda ambulante no Calemba II, propriamente na rotunda, onde todos os dias os carros são obrigados a "dançar" a música das Zungueiras. O espaço foi completamente invadido, se assim podemos considerar, pelas zungueiras e até para passar é complicada.

É preciso que os fiscais da administração do Kilamba Kiaxi e, se possível, a comissão administrativa de Luanda, intervenham nesta situação, uma vez que as vendedoras parecem que já estão dentes de que aquele espaço lhes pertence.

Se por acaso um cidadão se rebelar - contra elas, nós já sabemos que haverá luta, pois nem a própria Polida consegue intervir. O mais grave, caros jornalistas, é que existem vários mercados na zona, dentre eles o mercado da Madeira, do li de Novembro e a praça do Sábado, e estes encontram-se todos vazios. As vendedoras preferem estar expostas na estrada, em busca do lucro fácil e correr muitos riscos, já que acidentes acontecem, para além de venderem produtos ruja qualidade inspira desconfiança. Temos de fazer alguma coisa contra esta situação da rotunda do Calemba II.

Lúcia Adão Lombe

3.2 O terrível quotidiano das zungueiras em Angola

Jornal Expansão
7 De Julho de 2017

A mulher angolana é o ser mais parecido com Deus" - dizia Frei João Domingos, numa das suas muitas e inspiradas homílias. O pregador grandiloquente da Ordem dos Dominicanos em Angola, de feliz memória, dizia que o facto de muitas das mulheres angolanas, acordarem de madrugada, com intuito de arranjar um negócio, para que não falte o que comer aos filhos e, por vezes, ao marido, é uma

demonstração vocacional. Mais, ao deixarem, largas vezes, de colocar na boca um pedaço de pão, pensando em primeiro lugar nos filhos, evidenciam espírito de missão terrena.

Àquela velha homenagem à mulher angolana veio agora juntar-se o "I Simpósio sobre a Mulher zungueira", realizado no passado dia 25 de Maio, em Luanda. Este foi um fórum onde as mulheres puderam falar, na primeira pessoa, para contar as suas histórias de vida, "palavreando" livremente sobre as rugas, a violência física e material de que são vítimas todos os dias. Um verdadeiro pesadelo que enfrentam, cercadas pela pobreza, a doença, a vulnerabilidade dos filhos que muitas vezes transportam às costas e sobretudo pelos Fiscais (essa Polícia Administrativa impiedosa) não mede meios nem forças para acabar com a zunga.

O "I Simpósio sobre a Mulher zungueira" foi antes de mais o reconhecimento da importância da zungueira na economia urbana, pois já é consensual que elas são efectivamente as principais protagonistas do comércio urbano, nas grandes cidades angolanas. O simpósio foi a oportunidade para se conhecer melhor as linhas com que se cosem as estratégias de sobrevivência dos pobres dos mais pobres. O momento de confirmar as constatações feitas por um estudo realizado no Wenji Maka, no primeiro trimestre deste ano, no âmbito de um projecto de pesquisa sobre a pobreza do meio urbano, em que foram inquiridas 13 mulheres, 12 eram de fora de Luanda, 11 eram zungueiras, sendo que 9 delas viviam em habitações precárias em sistema de arrendamento, tinham como rendimento o resultado da sua actividade diária de zunga.

A zungueira de hoje, é a quitandeira de ontem que serviram, umas e outras, de fonte de inspiração para poetas e músicos, consagrando a Zunga (termo Kimbundu que significa deambular) como uma actividade que incarna valor histórico-cultural de longa data. Ora, "a natureza humana, não é independente da cultura, porque os homens sem cultura, seriam selvagens inteligentes", como dizia para Clifford Geertz, em seu livro "A Interpretação das culturas" (1).

Apesar disso, a zungueira é, repetidas vezes, maltratada, esquecida e marginalizada e a realização deste 1º. Simpósio teve o mérito também de carrear alguma solidariedade, se calhar até mesmo algum compromisso, ainda que tácito, de advocacia a favor destas guerreiras do quotidiano angolano. Pois, o que ficou bem claro no simpósio é que a actividade da Zunga não é apenas histórico-cultural, tem respaldo legal, está prevista na Lei das Actividades Comerciais (Lei 1/07, de 14 de Maio) que consagra o regime de

"comércio ambulante", definido como sendo "a actividade comercial a retalho não sedentária, exercida por indivíduos que transportam as mercadorias e as vendem nos locais do seu trânsito, fora dos mercados urbanos ou municipais e em locais fixados pelas administrações municipais" (artigo 4º., 10, LAC). E de "venda ambulante", como sendo "aquela que se realiza fora de estabelecimento comercial permanente, de forma habitual, ocasional, periódica ou continuada, em perímetros ou locais devidamente autorizados, instalações comerciais desmontáveis ou transportáveis, incluindo roulettes" (artigo 4º., 38, LAC).

No entanto, tornar formal a actividade das Zungueiras é dispendioso e implica ser portadora de Bilhete de Identidade, acontece que a maior parte delas, como demonstrou o nosso estudo sobre a pobreza no meio urbano, não são portadoras de documento algum. Este factor é também limitativo à sua adesão a programas do Executivo que visem a sua protecção social.

(1) Clifford Geertz, "A Interpretação das culturas", 13 reimpressão, Rio de Janeiro Brasil, 2008.

3.3 Especulação com escassez de gasolina

Jornal de Angola
11 De Julho de 2017

A escassez de gasolina nas bombas de combustíveis da cidade do Cuíto, que se regista desde quinta - feira, elevou o preço do litro do carburante - 160 kwanzas no mercado oficial - para 1.500 kwanzas no mercado informal, noticiou ontem a Angop.

A penúria de combustíveis está a provocar inúmeros transtornos e especulação De preços no seio da população local e, em consequência, o valor da corrida de táxi no Cuíto passou de cem para 200kwanzas, escreveu a Angop.

Para os municípios do Andulo, Camacupa, Nhârea, Cuemba e Chitembo, os taxistas estão a cobrar três mil kwanzas, contra 1.500 kwanzas anteriores.

Nas principais paragens da cidade do Cuíto - nos percursos intermunicipais e para os mercados do Cunje e Chissindo -, centenas de populares esperam mais de uma hora para apanhar táxis.

O mesmo cenário foi verificado numa bomba de combustível da Pumangol, onde uma enorme fila de viaturas e pessoas com bidões impediu o trânsito de pessoas e mercadorias entre o centro da cidade do

Cuíto e o mercado Chissindo, nos arredores do Cuíto.

José Viegas, taxista há oito anos, considerou "preocupante" o cenário, pois o mesmo levou a que os automobilistas pernoitassem nas bombas de combustíveis no final de semana sem qualquer resultado.

O moto taxista Castro Domingos apelou à sensibilidade das empresas envolvidas no processo..

Os responsáveis da Sonangol na província do Bié afirmaram que a situação está controlada e brevemente vai ser ultrapassada com a chegada de fornecimentos.

3.4 Peças de viaturas roubadas são vendidas no mercado

Jornal de Angola
12 De Julho de 2017
Texto: André da Costa

Como as Vítimas de roubo devem reagir para evitar serem mortas durante os assaltos de viaturas?

As vítimas devem tudo fazer no sentido de sempre que forem abordadas por marginais evitar reagir, justamente para preservarem o bem maior que é a vida. OS marginais realizam o assalto munidos de arma de fogo, pelo que todo o cuidado deve ser observado.

Até que ponto circular sozinho pode constituir perigo para os automobilistas?

Muitos marginais aproveitam o facto dos automobilistas muitas vezes andarem sozinhos para facilmente concretizarem os assaltos. Por isso, é sempre melhor fazerem-se acompanhar de alguém, principalmente no período da noite, para inibir o pensamento dos marginais.

Quando alguém está a titular dentro de uma viatura a 865, os marginais têm maior possibilidade de realizar o assalto.

Até que ponto a escuridão na via pública, quer nas centras idades, quer nos bairros pode constituir perigo para os automobilistas?

As zonas escuras facilitam a actividade dos criminosos, na medida em que eles se sentem mais à vontade, porque está escuro e possuem armas de fogo. É importante evitar ao máximo circular em zonas com pouca iluminação pública e assim evitem os assaltos.

Até que ponto O sistema electrónico GP\$ constitui uma mais-valia para a segurança das viaturas? O sistema electrónico GPS facilita a Localização imediata da viatura em caso de furto ou roubo, porque em menos de 48 horas há grandes probabilidades de a viatura ser encontrada. A experiência que temos com viaturas com este sistema e que foram roubadas, é animadora, porque a maior parte foi recuperada.

É seguro para os cidadãos comprarem carros na rua e muitas vezes sem a devida documentação

Todos os cidadãos que pretenderem adquirir viaturas devem fazê-lo somente nas mãos dos legítimos proprietários e evitarem os intermediários. Ou ainda, devem dirigir-se aos locais destinados à comercialização de viaturas como os representantes, por exemplo.

Existe o hábito de denunciar roubos de viaturas?

Sim, há cidadãos que apresentam queixa junto dos piquetes de Polícia sempre que lhes for roubada ou furtada a viatura, bem como outros crimes comuns. É muito importante apresentar queixa às esquadras de Polícia, para permitir que o Serviço de Investigação Criminal desenvolva diligências no sentido de encontrar a viatura e ser restituída ao lesado.

São muitos os cidadãos que recorrem ao mercado para adquirir peças para viaturas? Infelizmente, ainda são muitos os cidadãos que recorrem ao mercado do Golfe dos Correios, por ser lá onde se comercializam acessórios de viaturas roubadas com mais frequência, apesar de existirem também outros mercados, os cidadãos devem procurar as lojas autorizadas para a venda de peças, porque Infelizmente, é 110 mercado do Golfe que se comercializam mais peças retiradas de Viaturas roubadas.

O Serviço da Investigação Criminal tem em sua posse viaturas cujos donos não aparecem a reclamar a propriedade. Porque?

Há casos em que nos não temos registo na nossa base de dados como sendo viaturas roubadas. Quando isso ocorre fica difícil localizar os utentes das viaturas. Normalmente, depois do roubo ou furto de viatura, os marginais trocam a matrícula. Depois de recuperarmos, só assim conseguimos detectar que as matrículas são falsas.

De que forma é que os cidadãos podem verificar se é ou não a sua viatura?

Todos os cidadãos, cujas viaturas foram roubadas ou furtadas, devem deslocar-se ao Serviço de Investigação criminal para verificarem a sua viatura e proceder ao seu levantamento imediato, conforme a documentação apresentada. O importante os cidadãos apresentarem queixa junto à esquadra de Polícia mais próxima.

Os roubos de viaturas em Luanda preocupam as autoridades policiais?

O roubo de viaturas constitui nos dias de hoje um fenómeno que temos estado a registar de forma permanente. Há alturas em que os níveis baixam e outras em que sobem. Mas a Polícia tem tudo feito para que os níveis baixem cada vez mais. As estatísticas de roubo de viaturas mantêm-se.

Os marginais agem de forma isolada ou organizada? Agem mais em grupos de três ou quatro. Dificilmente um marginal faz um assalto de Viatura sozinho. Mas temos já desmantelado vários grupos devido às acções incrementadas quer pela Polícia Nacional, quer pelo Serviço de Investigação criminal, Vamos continuar a fazer todos os esforços para combatermos estas práticas e conduzir os malféitores à instância superior, no caso o Ministério Público.

Qual tem sido a motivação para esses meliantes enveredarem por este caminho?

Os jovens roubam as viaturas para venderem a outros que as desmontam e comercializam a retalho e há ainda grupos que roubam por encomenda. Fazem disto uma forma de ganhar a vida de forma mais fácil. Só que o crime não compensa. Muitos estão a pagar por esta prática a todos os níveis reprovável.

Muitas pessoas têm ansiedade em adquirir "a viatura ...

Justamente por isso é que caem nas malhas dos marginais, porque o desejo é comprar imediatamente uma viatura, mas se esquecem que correm o risco de comprar uma viatura roubada. Por isso e que temos apelado, constantemente, à população para que se dirija aos locais apropriados de venda de automóveis. Não enveredem pelo caminho mais fácil. Porque o barato pode sair caro.

3.5 Escassez de gasolina faz preço disparar nove vezes no mercado informal

Jornal Expansão

14 De Julho de 2017

Texto: *Maurício Vieira Dias*

A carência no fornecimento de combustíveis nos postos de abastecimento do interior do País fez o preço do litro da gasolina disparar nove vezes mais do que o estabelecido oficialmente, estando a ser comercializado na fasquia máxima de 1.500 Kz no mercado informal, contra os 160 Kz tabelados pela Sonangol.

Na província do Bié o litro de gasolina está a ser negociado ao preço médio de 1.500 Kz no mercado paralelo, disse ao Expansão Cláudio e Silva, residente na região. O interlocutor explicou que no mercado informal o preço tem vindo a evoluir desde quinta-feira da semana passada, resultado da escassez de gasolina e gasóleo nas bombas de combustível.

O inspector da Associação dos Taxistas de Benguela, João Chicula, confirmou ao Expansão que o gasóleo é um combustível cada vez mais escasso naquela província do litoral, sendo que o litro está a ser comercializado a 250 Kz no mercado paralelo, quando o preço oficial, por litro, é 135 Kz.

Longas fileiras compostas por carros, motorizadas e bidons em perímetros superiores a um quilómetro são cada vez mais visíveis nos postos de abastecimento da província da Huíla e do Huambo, onde, algumas vezes, a população é forçada a pernoitar para conseguir combustível. Quando assim não é, o mercado informal passa a ser a primeira opção. E aí, em média, o litro de gasolina está avaliado em 300 Kz, tendo já atingido os 700 Kz, disse ao Expansão o camionista José Ramos.

"O pior de tudo é que os responsáveis das bombas de combustíveis não dizem nada. Não há explicação que justifique haver combustível no mercado informal e as bombas estarem quase sempre sem gasolina ou gasóleo", desabafou o camionista.

A Sonangol emitiu, na quarta-feira, um comunicado, onde nega haver "redução significativa no fornecimento de combustíveis, nomeadamente gasolina e gasóleo, nos postos de abastecimento do país".

Porém, controversamente, a Sonangol, no mesmo comunicado, admite que "têm existido alguns constrangimentos operacionais que impactam no reaprovisionamento e na distribuição, em tempo

oportuno, em determinadas regiões do território nacional".

A petrolífera acrescenta que têm surgido "vários rumores infundados, aos quais a empresa é completamente alheia" e que "levaram muitos cidadãos, particularmente das províncias de Benguela, Huambo, Bié e Malanje a acorrer aos postos de combustível, formando por vezes longas filas. Estes cidadãos procuram reforçar o abastecimento de viaturas e alguns procuram proceder a tentativas de armazenamento e açambarcamento, através da utilização de "jerrycans"".

Esta situação, segundo o comunicado da Sonangol, causa dificuldades ao consumidor final, e dá origem a uma especulação oportuna dos preços. "Perante este facto, que provocou uma situação temporária de redução de stock em vários postos de combustível, a Sonangol reforçou de imediato o abastecimento nas referidas províncias e limitou a venda de gasolina e gasóleo em "jerrycans", estando a situação a normalizar-se".

Todavia, as fontes do Expansão reiteram que a escassez de combustíveis nas respectivas regiões mantém-se acentuada.

3.6 Fiscalização expulsa agentes em Luanda

Jornal de Angola

14 De Julho de 2017

Cinco agentes dos Serviços de Fiscalização do município de Luanda foram expulsos este ano por violação das regras e procedimentos de trabalho. A informação foi dada ontem pelo director municipal dos Serviços de Fiscalização, Fernando Luís, durante um encontro com fiscais, no qual esteve presente a vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda para a Área Social, Mara Quiosa.

No encontro, em que participou também a vice-presidente da Comissão Administrativa para a Área Técnica' Josina Martins, o director municipal dos Serviços de Fiscalização informou que os elementos expulsos espancaram vendedores ambulantes, o que constituem atitude intolerante. Um dos fiscais, disse o director municipal, apropriou - se de cães de um individuo que vendia os animais na via pública. A presidente da Comissão Administrativa de Luanda para a Área Social orientou a Fiscalização a ter uma actuação pedagógica perante os municípios.

Ao intervir 110 encontro de "Sensibilização sobre a actuação dos fiscais no exercício das suas funções",

Mara Quiosa deu a conhecer que a Comissão Administrativa de Luanda tem recebido queixas dos munícipes sobre "o mau comportamento de agentes de fiscalização.

Com vista a melhorar a actuação dos fiscais, o governo da Província de Luanda programou um ciclo de formação. "Vamos continuar a sensibilizar os fiscais para terem uma boa actuação na via pública", frisou Mara Quiosa. "Os agentes de fiscalização desempenham um papel fundamental na sociedade, logo é necessário que os munícipes também colaborem e respeitem as regras básicas de convivência social, para que o seu trabalho seja facilitado", declarou.

Ana Paulo

3.7 MPLA leva programa ao mercado informal

Jornal de Angola
19 De Julho de 2017

O manifesto eleitoral e o programa de Governo do MPLA para o período de 2017- 2022 foram apresentados aos vendedores do mercado informal, militantes, amigos e simpatizantes do partido no município do Catchiungo na província do Huambo.

A cerimónia da apresentação foi orientada pelo primeiro-secretário do MPLA no Huambo, João Baptista Kussumua, para quem o manifesto eleitoral apresentado aos eleitores e à população em geral transmite as linhas mestras do programa com que o partido no poder vai merecer de novo a confiança do povo nas eleições de 23 de Agosto.

O político esclareceu que a visão estratégica de desenvolvimento económico, social e cultural do MPLA tem alcance em todos os domínios da vida nacional, sobretudo da educação, ensino, saúde, defesa nacional, habitação, energia e água, agricultura, emprego e formação profissional. "Caso o MPLA vença as eleições, vamos trabalhar arduamente para o desenvolvimento humano e o bem-estar dos angolanos, para edificação de uma economia diversificada, competitiva, inclusiva e sustentável ao capital humano," frisou João Baptista Kussumua.

Durante o encontro mantido com o eleitorado do mercado informal daquela circunscrição, o número um na hierarquia do MPLA na província do Huambo mostrou - se satisfeito com o nível de organização, mobilização e adesão dos militantes do partido ao

acto e exortou-os a afluírem em massa às urnas, no dia 23 de Agosto.

João Baptista Kussumua exortou os militantes a continuarem vigilantes "para desmascarar quaisquer manobras dos inimigos" do seu partido. "Sabíamos que os militantes, amigos e simpatizantes do nosso partido não podiam deixar-nos mal. Apareceram em massa para receber e apoiar o programa de governação", reconheceu o político.

Justino Vitorino I Catchiungo

3.8 BNA fala de protecção ao cliente bancário

Jornal de Angola
20 De Julho de 2017

Funcionários públicos, empresários e vendedores do mercado informal do município do Balombo, província de Benguela, foram na terça - feira esclarecidos sobre protecção do consumidor e dos serviços bancários, durante uma palestra promovida pela Direcção Regional Sul do Banco Nacional de Angola (BNA).

Orientada pela Direcção Técnica de Supervisão Comportamental do BNA em Benguela, Paulina Epanca, a palestra transmitiu aos participantes informações sobre as funções do banco nos pagamentos, nas pensões, nos créditos e depósitos, nos produtos bancários, na protecção social, nos preçários e nas reclamações. Os participantes foram ainda esclarecidos sobre a relação entre o banco e o consumidor bancário, uma ligação que se baseia nos princípios da transparência, do respeito, da honestidade, diligência e integridade, bem como no atendimento ao consumidor, direito à informação, publicidade e o quadro normativo actual de Angola.

A ocasião, Paulina Epanca apelou aos presentes a assumirem uma cultura de apresentação de reclamações sobre os serviços prestados, para melhorar o sistema financeiro no país.

Noémia Marcelo e Domingas General, participantes da palestra, consideraram de "bastante valioso" o encontro, por ter permitido obter conhecimentos sobre como actua o banco central, relativamente ao direito de reclamação dos consumidores, quando lesados na prestação de qualquer serviço ou na aquisição de um produto bancário.

3.9 Guiché Único de Empresa constituiu mais de 43 mil empresas em cinco anos

Jornal O PAÍS

21 DE Julho de 2017

Texto: Brenda Sambo

O processo de simplificação dos processos administrativos que visam a criação de empresas no país já têm resultados que podem ser considerados positivos.

Durante os seus primeiros cinco anos de existência, o Guiché Único de Empresas agilizou a criação de cerca de 43.286 micro, pequenas, médias e grandes empresas. O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Mangureira, disse que só no primeiro semestre do ano em curso o Guiché já constituiu cerca de 8.487 empresas. Fez saber ainda que a nível dos BUE foram constituídas, nos últimos cinco anos, cerca de 82.528 empresas. O governante sublinhou que este aumento "vertiginoso" de constituição de empresas ocorreu atendendo à simplificação dos serviços prestados pela instituição sob tutela do departamento ministerial que dirige.

"No mês de Abril do ano em curso foi lançado um "directório das sociedades das empresas" que permitiu aceder a todas as informações pública das empresas constituídas pelo Guiché ", explicou' para assegurar a fiabilidade dos números divulgados. Acrescentou que, além de informações sobre a constituição de empresas, constam também na base de dados outras informações de interesse dos empresários.

O ministro avançou que está a ser construída uma plataforma que vai permitir a constituição online de empresas, cujo objectivo é tornar o ambiente de negócio mais favorável ao investimento interno e externo.

"Nós, enquanto Ministério, temos a grande responsabilidade de tornar o processo mais acessíveis, rápido e seguro aos cidadãos", sublinhou

Informou ainda que a parceria entre os dois ministérios foi possível, através da formação técnico profissional de quadros que consistiu em técnicas de licenciamento da actividade industrial.

Por este facto, afirmou, "neste momento os técnicos formados estão em condições de prestar informações necessárias para a obtenção do alvará industrial". Mangureira falava durante o acto de apresentação do portal do Ministério da Indústria (SILAI), ocorrido esta semana, em Luanda.

Por dentro do BUE

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) é um serviço público cuja finalidade é simplificar o processo de constituição, licenciamento de empresas, regularização de empreendedores que se encontram no mercado informal e de actos conexos. Todo o processo iniciado no "BUE" deve ser concluído no mesmo local.

3.10 AMOTOTRANG encarta mais de 13 mil moto-taxistas

Jornal O PAÍS

22 De Julho de 2017

Texto: Domingos Bento

A Associação dos Moto-taxistas de Angola (AMOTRANG) formou, em todo o país, um total de 18mil operadores de moto-táxi em matéria de código de estradas. Deste número, 13 mil e 500 operadores, vulgarmente conhecidos por Kupapata, já receberam as respectivas cartas e licenças de condução que, doravante, os habilitará a desenvolver a actividade com maior segurança e conhecimento das normas de trânsito. Segundo o presidente da AMOTRANG, Bento Rafael, o número de formados é resultado de um ciclo formativo que a sua associação tem levado a cabo desde 2009, cujo objectivo centra -se na redução de acidentes envolvendo os seus associados.

O responsável, que falava ao O PAÍS, à margem da apresentação de um grupo de recém-formados, disse que as formações decorreram em todas as províncias do país em parceria com as direcções provinciais de Viação e Transito, órgão do Ministério do Interior que responde pelas questões do ordenamento e segurança no trânsito.

De acordo com Bento Rafael, para terem acesso ao ciclo formativo, os formados não pagaram absolutamente nada. Explicou que os encargos inerentes à formação foram suportados com os fundos da associação que ao longo destes anos tem lutado para a defesa, respeito e valorização da actividade de moto-táxi que representa a principal fonte de rendimento de muitas famílias.

Aquele líder associativo explicou que, desde que se implementou a formação, houve uma queda significativa de casos de sinistralidade rodoviária envolvendo kupapatas. Segundo ele, grande parte dos moto-taxistas que operam nos diversos bairros e comunas do país entraram na actividade sem ter o mínimo de conhecimento sobre código de estrada, o que constituía enorme perigo. "Graças a estas formações temos vindo a notar que os acidentes

envolvendo os kupapatas têm vindo diminuir. Isso nos alegra porque, antes da formação, registávamos muitas mortes e ferimentos. É que os jovens pensavam que fazer táxi era só pegar numa moto e se meter na estrada. Hoje compreendem que é completamente diferente", frisou.

Segundo ainda Bento Rafael, para os próximos tempos, a ideia é continuar a formar e consciencializar os moto-taxistas para que exerçam a actividade com segurança, tendo sempre como foco o respeito pela vida humana. "Uma das estratégias que encontramos é formar na língua local. Ou seja, os moto-taxistas não precisam ser formados todos em português. Cada um está a ser formado na sua língua materna. Isso facilita a comunicação durante o processo formativo".

Pela condução defensiva Dentre os formandos pela AMOTRANG consta Marcelino Costa, 29 anos, natural do Bié, que há mais de sete anos exerce a actividade de moto-taxi em Luanda. Em conversa com o O PAÍS, o jovem fez saber que nunca se interessou a aprender o código de estrada, porque sempre achou que não precisava. Conforme explicou, aderiu a formação depois de meter-se num acidente em que quase perdeu a vida.

O problema é que muitos pensam que o facto de conduzir uma moto já é suficiente para entrar na via. É puro engano. Hoje sou a prova disso. É preciso estudar e respeitar o código de estrada para que tudo corra bem. Eu quase perdia a vida por não conhecer os regulamentos" contou.

Pedro Domingos é também outro moto-taxista que reconhece o valor da formação. Formado há cerca de um mês, o jovem, de 21 anos, natural de Benguela, atestou que desde que recebeu a formação tem maior cuidado quando entra na estrada. "Anteriormente era só andar por andar. Entrava em locais proibidos. Já fui preso muitas vezes por isso. Mas hoje faço tudo com mais cautela", explicou.

3.11 Preço do cimento subiu no informal

Jornal de Angola

22 De Julho de 2017

Texto: André dos Anjos

A vitória do cimento no mercado informal, em Luanda, subiu em poucos dias de 1.400 para mais de 2.000 kwanzas, em consequência da paralisação por razões operacionais da Chiria Internacional Fund (CIF), a maior cimenteira do país, apurou o jornal de Angola.

Numa ronda efectuada em alguns mercados da capital, o *Jornal de Angola* verificou que os preços de um saco de 50 quilos oscilam entre 2.000 e 2.700 kwanzas. No mercado do Kifica, por exemplo, até ontem, o saco estava a ser comercializado por valores que iam de 2.500 a 2.700 kwanzas.

No mercado da Madeira, o valor estava fixado em 2.000 kwanzas.

Fonte da Cimangola, a segunda maior cimenteira do país, garante que a situação resulta apenas de factores operacionais, porque o preço do produto na origem não sofreu alterações. Pelo menos desde o início do ano, diz: o sector, não procedeu a nenhuma revisão de preços.

A par da China Internacional Fund, paralisada há cerca de dois meses, o *Jornal de Angola* apurou que a Fábrica de Cimento do Kwanza Sul (FCKS), a terceira maior cimenteira do país; está a trabalhar abaixo das capacidades instaladas, também por razões operacionais.

Juntas, a Fábrica de Cimento do Cuanza-Sul e a China Internacional Fund, situada no Bom Jesus, em Luanda, respondem por mais de 50 por cento do cimento produzido no país.

As duas unidades fabris apresentam problemas numa altura em que a procura por cimento aumentou substancialmente em Angola, com o início de novas obras públicas nos domínios da engenharia e construção civil e a retomada de outras.

Na Cimangola, o saco de cimento continua abaixo de 1.300 kwanzas, mas, não sendo retalhista, a empresa dá prioridade a clientes com necessidades iguais ou superiores a 500 sacos.

A Associação dos Industriais de Cimento de Angola considera a especulação do preço do "cimento no mercado informal uma situação passageira, que não põe em causa os avanços alcançados no sector nos últimos 15 anos.

3.12 Negócios e negociantes do comércio informal

Jornal de Angola

27 De Julho de 2017

Pelo menos, um dos candidatos à Presidência da República, João Lourenço, sublinhou, ainda em período pré-eleitoral, urgência de disciplinar em definitivo o comércio informal para, entre outras vantagens, fortalecer a economia e a receita tributária. Ao escrever-se, ou falar-se, sobre o tema é imperioso

ter em conta as circunstâncias em que o comércio informal ou paralelo - eufemismos de ilegal se estabeleceu entre nós e acentuar a utilidade que, em determinada altura, teve para a população, para a própria economia do país.

A guerra - não tenhamos complexos de recordar, nem nunca é demais fazê-lo - é a grande culpada do surgimento do comércio ilegal, do seu enraizamento e dificuldade em discipliná-lo. Apenas desmemoriados se atrevem a pôr isto em dúvida. Foi ela que semeou o país de minas, queimou lavras, matou camponeses, causou o êxodo das aldeias, encheu vilas e cidades de desempregados. Que/para ganharem sustento, tiveram de esquecer, por exemplo, a enxada e aprender, entre outras coisas, a ser negociante.

O comércio informal foi, em determinada altura, "bóia de salvação" da esmagadora maioria dos angolanos. Dos que passaram a fazer da zunga e da quitanda modo de vida. E os que recorriam a elas para ter de comer e dar de comer à família. Neste último caso, exemplo máximo foi o extinto "Roque Santeiro", então considerado o "maior supermercado a céu aberto" de África. As armas calaram-se. Às vezes, dada a rapidez da reconstrução do país, parece ter sido ontem. Daí, talvez, o esquecimento. Que leva muitos de nós, volta e meia, a questionar atrasos em vários sectores. Como se, pelo meio, a crise económica não nos tivesse afectado, pois Angola não está incólume ao que se passa no resto do mundo.

O comércio informal continua igual ao do "tempo mau", quando grande parte do que consumíamos vinha de fora? Não, diminuiu. E bastante, na sequência de várias iniciativas governativas.

Mas, mantém-se e é importante discipliná-lo. Com a aplicação das "leis existentes ou de outras a criar. A bem dos verdadeiros zungueiros e quitandeiros, do comércio em "geral, da economia do país. Em suma, de todos nós.

A mulher que se cruza connosco da rua com uma bacia à cabeça cheia de frutas e legumes, um bebé às costas a dormirem bala do pelos solavancos do táxi, do comboio ou do calcorrear bamboleante da mãe e ao som de todos os pregões deve também pagar um imposto? Naturalmente que sim. Consoante o agregado familiar, eventuais lucros calculados por quem sabe dessas coisas. De maneira a que seja beneficiada com assistência médica, subsídios. Tudo a que trabalhadores em situação legal têm direito. Neste caso e noutros semelhantes não deve haver repressão, mas sensibilização. Por parte de técnicos que saibam explicar as vantagens.

De "quem vende, compra, comerciantes legais, Estado. Entendo que em situações desta natureza se possa "fazer vista grossa":

Para ser apenas o coração a ver. As regras têm excepções. Sem abusos. Mas há zungueiros e "zungueiros". E não se deve olhar para todos com os mesmos olhos. O que dizer de quem vende roupa de moda nas proximidades - quando não mesmo à porta - de estabelecimentos que a têm exposta, a preços mais caros do que na rua? Cigarros ao pé de minimercados e restaurantes com máquinas próprias para os comercializar? Dos que, em tabuleiro próprio "oferecem" óculos de sol e graduados (!) nas redondezas da loja que os têm na montra? E os vendedores de relógios, telemóveis, "saldos", comandos de televisão, rádios, material escolar, ventenhas, cadeados, canetas, discos contrafeitos, estimulantes sexuais, preservativos, em frente do comum dos transeuntes? A lista, infundável, inclui, as "cambistas de rua". Quem está por trás destes negócios? Quem foge aos impostos, incita à fuga e prejudica todos? O comércio ilegal tem muito que se lhe diga.

3.13 MPLA promete requalificar 'Mercado do 30'

Jornal O PAÍS
29 De Julho de 2017
Texto: Rila Berta

O primeiro secretário do MPLA em Luanda, Higinio Carneiro, prometeu requalificar, no próximo ano, o "Mercado do 30", de modo a torná-lo um espaço moderno.

O político visitou, ontem, mercados no município de Viana, no âmbito da campanha eleitoral que decorre desde Domingo último. Higinio Carneiro defendeu que é necessário asfaltar o perímetro do conhecido Mercado do 30 e melhorar as condições de trabalho para os comerciantes. '

"Queremos um mercado que tenha condições de saúde. Aqui trabalha muita gente e vende-se muita coisa boa, essencial para as nossas vidas", declarou.

Higinio Carneiro mostrou-se satisfeito por ter identificado melhorias na organização do mercado. Porém reconheceu ser necessário fazer-se ainda mais tendo, por isso, frisado a necessidade de se proporcionar emprego aos jovens que labutam naquele mercado. Recomendou aos comerciantes a adesão ao voto, tendo explicado as vantagens em votar no MPLA e no seu candidato, João Lourenço.

"Nos próximos 5 anos, temos que resolver o problema do emprego, o problema da água, da luz, do asfalto, da habitação e da escola. E tudo isso só será possível se o MPLA continuar no poder", sintetizou.

Referiu que o MPLA é o partido ideal para resolver os problemas que a população enfrenta e aconselhou o povo a não se deixar enganar com "falsas promessas, de quem não sabe qual é a realidade do nosso país, e não sabe como resolver os problemas".

Explicou a importância de conhecer os procedimentos adequados a adoptar no dia do voto.

"As mães que não sabem ler podem optar por marcar a impressão digital (com tinta) no centro do quadrado, referente ao partido", explicou, reiterando a necessidade de dobrar o folheto de modo longitudinal e marcar o X apenas dentro do quadrado do candidato escolhido.

"Por isso, os jovens devem ensinar os mais velhos e os que têm dificuldades em compreender o modo como devem proceder no dia do voto, para que o seu voto não se torne nulo", alertou.

Apelou à participação dos militantes, simpatizantes e amigos do partido na preparação das eleições.

Bornito de Sousa divulga programa do MPLA no Bengo

O candidato do MPLA a Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, encontra-se desde ontem na província do Bengo, em campanha. À sua chegada a Caxito, Bornito de Sousa manteve um encontro com o primeiro-secretário provincial do MPLA, João Mitanda, tendo seguido para a comuna do Piri, município dos Dembos, onde manterá encontros com a direcção do seu partido e com a população.

Durante a sua estada de dois dias no Bengo, Bornito de Sousa desloca-se aos municípios do Pango-Aluquem, onde manterá igualmente encontros com o eleitorado.

A agenda do candidato do MPLA a Vice-Presidente da República inclui encontros com militantes em Caxito, Úcua e Panguila, no município do Dande.

A apresentação das linhas de força do Programa de Governo e do Manifesto Eleitoral do MPLA, assim como tornar familiar o rosto do candidato a Presidente da República, João Lourenço, será nota dominante nos encontros que Bornito de Sousa manterá na província do Bengo.

3.14 O preço do cimento...

Jornal O PAÍS

31 De Julho de 2017

Caro director do O PAÍS, obrigado pela oportunidade que me dá de escrever no seu jornal. Antes, porém, desejo-lhe saúde e bom trabalho. Nos últimos dias, o preço do cimento' um produto indispensável para a construção de infra-estruturas, subiu muito no mercado.

Antes, o saco de 50Kg era comprado a 1200 ou a 1400 Kwanzas, nos últimos dias subiu para 2500 Kz. Esta subida está a provocar sérios problemas ao bolso do pacato cidadão, porque altera significativamente as contas do mês. Num país em que a política habitacional está cada vez mais difícil, fica complicado aumentar assim o preço. Penso que as empresas que comercializam o produto não observam o contexto económico actual na República de Angola. Penso que esta medida terá sido tomada só para enriquecer os mesmos, porque alguma coisa me diz que não há motivos de fundo para o efeito.

Mas como a arrogância, às vezes, no mundo dos negócios suplanta a ética, isto acontece sem pudores.

Temos uma segunda linha de produção de clínquer na Nova Cimangola, exportámos cimento para os países vizinhos...

Por isso, duvido muito que se inverta o quadro agora, aliás os detentores do negócio sabem e querem somente lucros.

Assim, o país não vai crescer, porque tudo roda em torno, quiçá, das mesmas pessoas e pondo sempre os estrangeiros na primeira linha, isto é verdade. As esperanças para os angolanos que constroem com o ordenado do mês começam a ficar já caducas.

Para aonde vais Angola? É a pergunta que se impõe... Tenho dito.

Sambemhe Manuel

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 “Ausência de visão e interesses pessoais são entraves à diversificação”

Jornal Expansão

7 De Julho de 2017

Texto: Félix Abias e César Magalhães

Continua-se a falar muito da diversificação da economia no País. Quais os principais entraves?

Em poucas palavras direi que a corrupção, a fragilidade empresarial e institucional que inclui a vertente de recursos humanos - a burocracia, a falta de autoridade a certos níveis - são tantos os empresários que se queixam de roubos e de outras ineficácias do poder sem nada conseguirem fazer - têm sido apontados como os principais entraves. Eu acrescento que tudo isto está sob uma "um brella", que é a ausência de visão de desenvolvimento sustentável, inclusivo associada à subordinação de interesses patrióticos aos interesses pessoais.

Que sector deveria ser uma verdadeira alternativa ao petróleo?

Não creio que haja "um sector" a desenvolvimento de um processo económico que tenha em conta a realidade do país e a sua história sugerem uma aposta séria numa agricultura de pequena e média escala que possa ser o suporte de uma agro-indústria. Isto pode acelerar duas coisas: a criação de emprego e a descentralização da economia de modo a facilitar o desenvolvimento local. Em paralelo, como causa, mas também como consequência, crescerão pelo menos outros dois sectores: a distribuição e a construção. Não me parece que isto seja difícil. Basta visão e vontade política.

Continua a achar que a agricultura e a educação são os parentes pobres do OGE?

Não são os únicos, mas são, a par da saúde, os casos mais preocupantes, agravados pelas prioridades internas nos sectores. Apostas nas infra-estruturas em prejuízo do reforço das capacidades, dos grandes projectos de difícil gestão e manutenção em vez de pequenos projectos mais ao alcance das capacidades existentes. Transversalmente, há outra questão. Nenhum país pode crescer ou desenvolver-se num quadro de menosprezo pela investigação científica como é o nosso caso. Mas para termos melhor ideia

da dimensão do problema, há que salientar o facto de nos últimos quatro anos a fatia da agricultura representar menos de 1% do OGE. Se isto não é ser pobre...

Tem ideia de que sector poderia ser sacrificado, ou seja, ver diminuída a sua fatia no OGE para aumentar na Agricultura e Educação?

Um amigo usa uma frase muito o feliz que tenho utilizado por empréstimo: a actividade ou o projecto x pode ser necessário, pode ser útil, mas é fundamental perceber se é prioritário. Este é o exercício a fazer: avaliar sempre o que é efectivamente prioritário num ambiente e num tempo em que há enorme escassez de recursos. Exemplos não faltam no país: aeroportos sem utilidade, empresas que não produzem, estradas sem qualidade. Agora, inventou-se a importância de um monumento ao soldado desconhecido e entre outras excentricidades por via disso foi encerrada uma empresa com a consequente guia de marcha para o desemprego a cerca de 50 pessoas.

O que tem a dizer sobre o seguro agrícola? É possível nas actuais condições do País?

Aqui está um bom exemplo de algo importante e necessário, mas que não pode ser prioritário sobre aspectos que estão longe de estar resolvidos, como as sementes, os fertilizantes, o censo agro-pecuário, entre outros.

O Ministério do Comércio admitiu o fracasso do PAPAGRO (Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários) ...

Tenho dito que o facto de termos resolvido o problema do abastecimento nas cidades há quase vinte anos e continuarmos a marcar passo nas áreas rurais e nas chamadas vilas é algo incompreensível ou só se pode perceber pela tal falta de visão para o desenvolvimento, aliada a uma vontade política muito deficitária.

Mas foram muitas as vozes que alertaram para o previsível fracasso do PAPAGRO...

O comércio rural poderá ter solução se deixar que os actores que estão no terreno possam exercer a sua actividade sem constrangimentos, num ambiente em que o Estado seja facilitador e não concorrente. Vimos recentemente ser inaugurada a barragem de Cambambe.

Fala-se em 8 milhões de beneficiários. Podemos dizer que foi um passo de gigante rumo ao desenvolvimento sustentável?

Só será se a energia chegar rapidamente aos destinatários, isto é, às famílias e às empresas. Tenho motivos para ser céptico. A barragem de Capanda foi inaugurada em 2004 e só em 2009, cinco anos depois, a estação de distribuição - creio que se diz assim - do Lucala ficou concluída. Por outro lado, um processo de desenvolvimento no nosso País ainda há quem pense que desenvolvimento é uma meta e não um processo - para ser sustentável precisa muito mais do que energia. Insisto que precisa sobretudo de capacidades humanas interessadas e envolvidas nesse processo. Infelizmente, no nosso País confunde-se frequentemente a condição necessária com a condição suficiente.

o que tem faltado para que organizações como a ADRA e a AJPD tenham o estatuto de utilidade pública? Como antigo coordenador da ADRA, como acha que deveriam ser encaradas estas organizações? Não sei o que falta. Da parte da ADRA, o Executivo tem em sua posse tudo o que se exige em termos legais. Talvez falte vontade política, mas só o Executivo pode dizer, pois dele só recebemos silêncio.

Como tem encarado os critérios para a atribuição do estatuto de utilidade pública às organizações?

Obviamente não vou falar disso.

Estamos a pouco mais de um mês das eleições. A oposição tem contestado várias situações como a escolha das empresas SINIFIC e INDRA.

De acordo com as regras mais elementares do bom senso, a CNE não deveria ter convidado estas empresas a participar no concurso. Porque havia, à partida, má vontade em relação a elas por parte de alguns concorrentes. E como acontece no futebol. Se para um jogo decisivo quem de direito nomeia um árbitro contestado por uma das equipas, a polémica instala-se e a sombra da suspeição surge a cada momento do jogo. Sendo assim, e em devido tempo, a CNE deveria ter agido de outro modo. Por outro lado, e isto serve para qualquer tipo de concurso, estabelecer um período de seis dias para apresentação de propostas para actividades tão complexas e tão melindrosas não faz sentido.

Os dados fornecidos pelo MAT apontam para a existência de mais de um milhão de angolanos sem qualquer documento, só entre os que se registaram. Isto não deveria levar o país a reflectir?

Claro. No que toca à mim, reflecto muito e desde 2008 tenho feito propostas no sentido de se aproveitar os períodos de registo eleitoral para se reduzir o número de angolanos sem Bilhete de

Identidade. Ninguém aceita discutir, pois essa é a norma.

Mas estranhamente, foi aprovado o novo BI que terá inserido pelo menos o número de contribuinte e ... o cartão de eleitor. Parece uma brincadeira, mas sei que não é.

Futuramente como devem ser feitos os processos eleitorais para evitar dúvidas?

Confesso que não sei, não domino o assunto. Mas neste e noutros casos, o que é preciso, antes de mais nada e como dizia um velho mestre meu, é uma boa dose de carradas de bom senso, dentro do princípio tão antigo de que "a mulher de César não precisa apenas de ser honesta, mas também de parecer que é". Está aqui um daqueles casos em que a democracia, para fazer sentido, tem de recorrer ao consenso.

O ministro da Justiça diz-se estupefacto com a acusação da justiça portuguesa contra o vice- PR, Manuel Vicerite...

Pode ser que sim, mas que passará logo, até à crise seguinte, como já aconteceu tantas vezes. Queiram ou não certos radicais, as relações entre Angola e Portugal, felizmente, estão para além dos interesses das elites dirigentes ou endinheiradas. Já vi angolanos dispararem contra instituições portuguesas, mas no aeroporto de Lisboa mostram os seus passaportes lusos ou têm os familiares mais chegados a residir lá, ou, ainda, investem lá, nem sempre motivados pelo lucro, mas frequentemente para tirar "kijila". Não que estas práticas, como possuir dupla nacionalidade, sejam condenáveis, mas o cinismo e a hipocrisia devem ter limites. Que país pode substituir Portugal nas relações com Angola vistas de modo global? Gostaria que alguém respondesse sem recurso a baixarias.

Diz-se que se os angolanos que têm o seu dinheiro lá foram não o repatriarem, correm o risco de o verem congelado.

Aqui está outro assunto que exige muito debate. À partida, parece de bom tom que se condene. Mas será o melhor para o - país, tendo em conta o nosso passado e a nossa história?

Confesso que não sei, gostaria de ouvir muitas opiniões.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 UNITA quer autarquias estabelecidas já em 2018

Jornal de Angola

14 De Julho de 2017

Texto: Nilza Massango

A UNITA promete implementar as autarquias locais em 2018, caso ganhe as eleições gerais de 23 de Agosto, anunciou ontem o seu líder e candidato a Presidente da República, Isaiás Samakuva.

A implementação das autarquias, disse, é uma medida política a ser adoptada para acabar com as assimetrias sociais.

Num encontro com dezenas de jovens universitários, entre militantes, simpatizantes e amigos do partido, na sede da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos (LAASP), Isaiás Samakuva deu voz à classe juvenil, que, questionou sobre o seu programa de governação.

Isaiás Samakuva disse que a UNITA elaborou os programas para os jovens na sua globalidade, sem exclusão alguma, O candidato do maior partido da oposição explicou que quem está na zona rural não terá menos direitos em relação a quem vive na cidade.

Isaiás Samakuva prometeu acabar com as assimetrias apostando na implantação das autarquias locais e na criação de pólos de desenvolvimento nas várias regiões do país, principalmente no litoral, para que os cidadãos se sintam melhor nas suas localidades, sem necessidade de se deslocarem para as grandes cidades como Luanda.

O candidato da UNITA explicou que as autarquias são uma medida política que ajuda significativamente na busca de um equilíbrio social, em que o governo central terá a capacidade de, em cada área, gerar recursos para promover o desenvolvimento ao ritmo que se pretende.

"Se a UNITA vencer as eleições de 23 de Agosto deste ano, em 2018 Angola terá eleições autárquicas. São 'medidas importantes para que o país se desenvolva, respondendo directamente às aspirações e desejos de cada classe da sociedade', justificou.

Os jovens questionaram ainda sobre os planos para a criação de emprego, formação académica e profissional", assim como em relação às oportunidades de estágio em empresas para estudantes universitários finalistas, a idade -para os, concursos públicos, a relação, com empresas privadas e, sobre desporto.

Mauro Augusto, estudante do Instituto Superior de Serviço Social de Angola, questionou sobre as oportunidades de emprego que um assistente, social pode ter, caso a UNITA ganhe as eleições. Francisco Quissoleno, da Universidade Agostinho Neto, Interrogou sobre os propósitos da UNITA quanto à formação da juventude. Isaiás Samakuva explicou que no Governo Inclusivo e Participativo (GIP), que se pretende, constam políticas próprias de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O candidato disse que os jovens são a parte mais activa que movimenta o país e a sociedade, sublinhando que, por isso, há necessidade de cuidar e tratar' deles com muita atenção Referiu que a UNITA, desde a sua existência, tem dado grande importância à sua juventude.

Falou da JURA, criada "para equipar a juventude e fazer, face ao dia-a-dia com o também para proteger e defender os interesses da classe. '

Olhando para o actual contexto, Isaiás Samakuva referiu que existem muitas fragilidades nesta camada da sociedade, que resultam do sistema que se instalou no país, defendendo que as reformas profundas devem começar primeiro pela formação do homem;

"Para a UNITA, o homem é o ponto de partida e chegada de tudo que fazemos. O que significa que o homem deve ser criado com boas condições, formado com educação de qualidade para lhe proporcionar também uma vida de qualidade", referiu, acrescentando que o quadro do programa global da juventude assenta no princípio de que ' os jovens merecem uma atenção especial que começa pela formação de qualidade, Isaiás Samakuva terminou quarta-feira uma visita de quatro dias ao Uíge; onde apresentou o programa.

5.2 Luanda regista aumento populacional de 10% por ano

Jornal O PAIS

21 De Julho de 2017

Texto: Maria Teixeira

O governante fez essa afirmação no acto da apresentação dos diversos problemas que afligem a vida na província de Luanda, realizado ontem, 20 de Julho, em Luanda, no Anfiteatro da Universidade Independente de Angola.

A Associação dos Estudantes das Universidades Privadas de Angola (AEUPA) apresentou ontem, no Anfiteatro da Universidade Independente de Angola, diante do governador, Higinio Carneiro, os diversos problemas que afligem a vida na província de Luanda. Tratam-se das construções anárquicas e ilegais, criminalidade, desemprego, sinistralidade rodoviária, saneamento básico, falta de água potável e electricidade, entre outros.

Durante o encontro, o governador explicou que se deve fazer uma resenha histórica da província de Luanda. "Esta Luanda, que até 1974 era uma cidade que só tinha capacidade para albergar 500 mil pessoas, e existiam para além de Luanda como cidade, Viana e Cacuaco", observou. De acordo com o governante, depois da Independência, sobretudo no período em que decorreu a guerra e muito depois do estabelecimento da paz definitiva em 2002, começou-se a observar um crescimento na ordem de 8 a 10% ao ano.

"Um crescimento desordenado do ponto de vista urbanístico e infra-estrutural e que fez com que hoje aquilo que era uma cidade para 500 mil pessoas acolhesse mais de oito milhões de pessoas", disse.

O governante explicou que houve uma disparidade, "se as condições estavam criadas quer de água, quer de energia, habitação, saneamento básico, infra-estrutura rodoviária, escolas, equipamentos sociais de saúde, de educação e demais serviços administrativos, não podem de forma alguma suportar esse crescimento que ocorreu nos últimos 20 anos e, naturalmente, com as consequências da guerra que durou muitos anos".

O presidente da AEUPA, Jofre dos Santos, explicou que as universidades desempenham um papel crucial no desenvolvimento socioeconómico das grandes cidades, e isto efectiva-se através dos seus investigadores devidamente qualificados e pelo estabelecimento de parcerias com empresas, a formação do capital humano, contribuindo para a

educação dos munícipes como processo formal da aprendizagem.

Governo continua engajado na busca de respostas

O governador de Luanda ouviu e tomou boa nota das preocupações levantadas pelos jovens universitários, tendo reafirmado o engajamento do Executivo na sua resolução. Apresentou o actual quadro socioeconómico da província, apontando a insuficiência de recursos financeiros como causa das dificuldades na satisfação das principais preocupações da juventude, nomeadamente no acesso à habitação, emprego, ensino e formação profissional, ambiente, entre outros.

"Para resolver estas preocupações é necessário dinheiro, que nesta altura é insuficiente devido à crise económica e financeira que afecta o país", frisou Higinio Carneiro.

Durante o debate foi apresentado o "Projecto Cooperativa Habitacional Minha Casa", que visa ajudar os jovens a obterem uma parcela de terreno junto do Governo com objectivo de os desencorajar a enveredarem pelo caminho da construção anárquica, clandestina e de forma desordenada. Participaram do debate estudantes de várias universidades sedeadas no país, membros do Governo Provincial de Luanda (entre administradores e directores de órgãos públicos). O grande objectivo foi abordar, intensa e abertamente, os problemas da capital do país, na perspectiva da apresentação de soluções.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Inferno na terra

Jornal de Angola
10 De Julho de 2017

Decididamente deixo de viver no subúrbio. Tomei tal decisão por mil razões. Mas vou apenas citar algumas que mais me preocupam: energia aos soluços, água idem, que, para mim, são as principais necessidades básicas. A isto, associam-se os problemas de drenagem, delinquência e outros males das zonas suburbanas.

Viana, onde decidi viver há já algum tempo, deixou de ser o paraíso com que sempre sonhei. Hoje por hoje, dei uma basta.

Além dos problemas que enumerei, o caos vivido ontem na Estrada Nacional 230, a conhecida estrada de Catete, moveu com a minha consciência e cheguei à conclusão que de subúrbio basta. Quem ontem passou por esta via no período da manhã, com certeza, terá vivido um capítulo desta novela, cujo protagonista é a afixação de uma pedonal aí junto de um famoso hipermercado do bairro Palanca.

Para gente trabalhadora, tal como eu e os que, por razões várias, têm a baixa de Luanda ou Viana como local ideal para passeio, infelizmente passaram por enormes dificuldades para circular naquela via.

Saí de casa às 9h00 e quando parecia que faria menos de 40 minutos, como tem sido habitual aos domingos, para chegar à baixa de Luanda, na famosa Bela Vista, apanhei um susto daqueles e não encontrava resposta para o que se estava a passar. O cenário era brutal para os automobilistas e transeuntes. Um enorme engarrafamento" tomou conta da via e, por conta disso, muita gente optou por caminhar a pé.

Olhando para a frente, fiquei com a sensação de que mais adiante tinha havido um acidente que impedia a nossa marcha normal, mas, à medida que me fui aproximando, apercebi-me de que a via foi barrada e desviada, em função da montagem da referida pedonal. Mesmo que tenha havido um comunicado de imprensa a dar conta do embargo" do troço por algumas horas, infelizmente não tomei conhecimento e, provavelmente, muito boa gente que aí passou, com certeza, também desconhecia este dado. Desculpem-me pela minha distração Como dizia, não tinha como escapar àquele trânsito caótico, pois, no local em que me encontrava não existiam sequer

escapatórias.

Contas feitas, fiquei preso ali por mais de quatro horas para chegar à baixa de Luanda, quando, até, num dia como ontem, o percurso tem sido feito em 40 minutos. Só Deus para me acudir naquelas horas!

Sem opções, todas as viaturas eram desviadas para o Cazenga. Daí em diante, cada um procurava a melhor solução mas, no meu caso, preferi logo a Administração Municipal do Cazenga, fazer o retorno e seguir em direcção aos caminhos-de-ferro. Arrependi-me de todo, mas enfim, tive que continuar. Foi a pior opção, com o agravamento da via que dá acesso à Comissão do Rangel estar, também, em obras. Regressar jamais. Aliás para a frente é o caminho. Para aumentar o stress, o medo de ficar sem combustível e ter de escolher entre desligar o ar condicionado e enfrentar o calor ardente da tarde, mesmo em tempo de cacimbo. De repente, a primeira bomba. Ainda um pouco desorientado, encosto o carro logo na primeira máquina.

Outro transtorno: errei o lado do depósito. Oiço os gritos do bombeiro, e sou forçado a mais algumas manobras para mudar de lado e satisfazer a vontade do homem que está à minha frente, dizendo que tinha outros clientes para atender.

Livre do sufoco, estou novamente de volta à estrada, a caminho do serviço, onde chego quatro horas depois de ter deixado o lar! Prometi não mais ver os actores desta pobre novela que decidiram montar a pedonal na manhã de ontem. Não foram nada simpáticos! Sofrer assim, achei que fosse só no inferno. Ou será que já lá estou e não dei por conta.

6.2 Plano metropolitano de Luanda impulsiona crescimento urbano

Jornal Economia e Finanças
14 De Julho de 2017

O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML), lançado a 14 de Dezembro de 2015, vai permitir organizar melhor a cidade e conferir maior modernidade e sustentabilidade para os residentes.

O jovem arquitecto angolano formado numa das prestigiadas universidades de Londres, Joess Avelino dos Santos, um dos fundadores do Atelier Artis Aedi, em declarações ao Jornal de Economia & Finanças, considera que já era sem tempo começar a pensar-se na organização e ordenamento da capital, daí que o projecto da Urbinveste trará resultados palpáveis para o futuro, em prol do bem-estar dos municípios da capital do país.

"Acho que haverá maior organização dos bairros e conferir outra imagem à capital", afirmou. 'Com o desenvolvimento do PDGML, ele acredita que vai haver maior procura de arquitectura e design de interiores na cidade, tendo em conta a modernidade esperada.

"Mais obras e projectos de referências serão concebidos e mais criatividade haverá", disse.

Apesar de arquitectura precisar de mais espaços, o design de interior está mais avançado. Com o plano Director, o ordenamento da cidade será melhor, pois haverá regras e melhores indicações de espaços para se fazer coisas específicas. Joess dos Santos disse que a definição passa por indicar zonas económicas e sociais, já que "não se pode construir num local onde devia estar um centro comercial ou supermercado coloca-se outra coisa...

Na sua óptica, a planificação apresentada, para até 2030, vai obrigar a necessidade de haver uma qualidade vida das populações, em particular, e em geral dos empresários que investem no sector de arquitectura, ordenamento, urbanismo e de design de interiores.

Acrescentou, por outro lado, que nos próximos 10 anos a cidade registará um crescimento equilibrado em termos de configuração e de infra-estruturas. Ioess dos Santos pensa que a capital poderá crescer de forma mais ordenada.

"A nossa perspectiva é que ela venha a crescer direito para que seja um crescimento sustentável", sustenta, Questionado se o crescimento populacional será proporcional a do sector da habitação, afirmou que Luanda é extensa geograficamente e há muito espaço para se habitar. Citou, por exemplo, as centralidades que se encontram fora do casco urbano da cidade, na qual as pessoas não tinham sequer ideia que hoje iriam ter lá moradias .

"O sector imobiliário evolui com as centralidades, mas ainda assim regista-se muita procura para as habitações sociais", explicou.

A taxa de urbanização de Angola encontra-se acima da média no continente africano, estimando-se em 62,3% por cento em 2015.

Dados apurados indicam que dois terços dos africanos irão viver em zonas urbanas até 2050, uma vez que o processo de urbanização tem registado grande aceleração urbanas.

6.3 Kilamba, Zango e arredores

Jornal O PAÍS

21 De Julho de 2017

Os primeiros dias após o encerramento da primeira entrada de acesso ao Kilamba foram um autêntico calvário, Muitas questões eram levantadas sobre as razões da alteração do trânsito, o turning e o processo eleitoral em curso, A grande verdade é que quem vive no Kilamba e outros automobilistas ainda continuam a viver o mesmo pesadelo, Mas, ao que tudo indica, será só uma questão de tempo' Já se começa a ver a propalada passagem superior e a imaginar os seus efeitos para as pessoas que utilizam a avenida Fidel de Castro Ruz, a conhecida via expressa, Quem passa durante o período em que não há trânsito já consegue fazê-lo debaixo da enorme estrutura de betão, sem sobressalto, certo de que, além de conferir uma outra mobilidade, deverá também alterar significativamente o cenário paisagístico naquela zona, A entrada do Kilamba é apenas um dos exemplos que menciono por viver nesta centralidade. O mesmo poderemos dizer em relação a obra em curso na rotunda do Camama e à entrada do Zango, que também já podem ser vista a olho nú.

Por mais críticas que se possam fazer aos responsáveis de tais empreitadas, no caso Estado, o titular do Poder Executivo, o certo é que elas deverão conferir uma outra dignidade à cidade de Luanda e ao próprio país, Poderiam ter sido feitas há mais tempo, mas ainda assim importa realçar que se está a aproveitar da melhor forma possível o tempo seco, o que não é normal no nosso país, É uma pena que nos arredores da Unidade de Guarda Presidencial (UGP) os trabalhos terão início quando faltam pouco tempo para o fim do cacimba, A chuva poderá atrapalhar e tornar ainda mais crítica a circulação na avenida Pedra de Castro Van-Dúnem 'Loy Um bem-haja ao Executivo, Espero que procurem encontrar soluções para outros problemas que continuam a preocupar - os milhões de angolanos em todos os cantos deste país.

Simão de Brito

6.4 Nova urbanização no Sumbe beneficia 15 mil habitantes

Jornal de Angola

21 De Julho de 2017

Texto: Casimira José I Sumbe

O projecto de requalificação da cidade do Sumbe arrancou na quarta - feira com o lançamento da primeira pedra da construção de uma urbanização com 2.500 moradias para o realotamento da população que vive em zonas de risco.

A cerimónia foi orientada pelo ministro da Construção, Artur Fortunato, ladeado pelos vice governadores provinciais para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Demétrio Sepúlveda, e para o Sector Económico, Joaquim Ricardo de Almeida.

A urbanização, a ser construída numa área de 256 hectares, beneficia 15 mil habitantes a serem retirados das zonas de risco dos bairros da Quissama e Bumba, além de permitir a estabilização das encostas destes bairros .

A empreitada está a cargo da construtora chinesa Chece vai durar 18 meses com custos de 186 milhões de dólares, devendo gerar 900 postos de trabalho directos.

Projectos integrados

O ministro da Construção orientou a cerimónia de consignação do projecto de infra-estruturas integradas, a ser executado também pela empresa Chec.

O projecto consiste na construção de infra-estruturas integradas nas vias urbanas da cidade do Sumbe, numa extensão de 13 quilómetros, e na construção de uma circular fora da cidade para os veículos pesados.

O director Nacional de Infra-estruturas Públicas do Ministério da Construção, José Paulo Kai, disse que a execução do projecto das infra-estruturas integradas tem a duração de oito meses e vai custar 125,2 milhões de dólares.

O projecto inclui a construção de sistemas de drenagem das águas pluviais, sistema de águas residuais, construção de uma estação de águas residuais (ETAR) e sistema de controlo de nível do lençol freático. O projecto incide também nas acções de pavimentação e construção de passeios, reabilitação da rede de iluminação pública e telecomunicações, reperfilamento e revestimento dos canais de macro"drenagem, numa extensão de três quilómetros.

Outro projecto consignado no mesmo dia é o de implantação do corredor de infra-estruturas, com uma extensão de 24 quilómetros, que vai permitir a circulação de veículos pesados fora da zona urbana do Sumbe.

O projecto, a ser executado em 24 meses pela construtora chinesa Sino Hidro, custa , 130,8 milhões de dólares, e vai limitar o transito de veículos pesados no centro da cidade do Sumbe.

Realojamento

O administrador municipal do Sumbe, Manuel do Nascimento Rosa da Silva, disse que as pessoas que construíram em zonas de risco e nas encostas já foram cadastradas e consciencializadas para, em tempo oportuno, serem realojadas na futura urbanização: "A administração municipal do Sumbe já fez o registo das famílias que no passado construíram junto das valas de drenagem e nas encostas que circundam a cidade do Sumbe. Logo que seja construída a urbanização' o realojamento vai ser processado de forma segura".

O vice-governador provincial para o sector Técnico e Infra-estruturas, Demétrio Sepúlveda, que representou o governador provincial Eusébio de Brito Teixeira, considerou que a consignação das empreitadas de construção de infra-estruturas integradas constitui o renascimento da esperança dos habitantes da cidade do Sumbe e de todos quanto passam pela cidade.

O ministro da Construção garantiu terça-feira, em Luanda, que o Executivo vai continuar a implementar projectos no sector, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, apesar da crise económica e financeira que b país atravessa.

Ao discursar no final da assinatura dos autos de consignação de obras para a construção da nova marginal sudoeste de Luanda, um viaduto e infra-estruturas integradas do Lar Patriota, Artur Fortunato disse que o Executivo investiu quase 300 milhões de dólares para a execução de três projectos, além dos custos das obras de novas infra-estruturas.

6.5 Estratégia de desenvolvimento urbano atinge resultados

Jornal de Angola

28 De Julho de 2017

A política nacional de desenvolvimento urbano deve estar alinhada ao desenvolvimento sustentável, tendo em conta os instrumentos de planeamento territorial já existentes no país, considerou, na semana passada,

em Luanda, a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo.

Branca do Espírito Santo que discursava na cerimónia de abertura do IV Fórum Urbano Nacional, afirmou que o desenvolvimento urbano deve ter em conta os instrumentos de planeamento territorial já existentes, como o plano nacional estratégico da Administração do Território, Planeat 2030 e os planos de desenvolvimento municipais.

A política deverá também estar alinhada ao Plano Nacional de Ordenamento do território (PNOT), um quadro de referência e integrador que garante a harmonização entre os diferentes instrumentos de planeamento e da lei do ordenamento do Território e Urbanismo realçou.

Na sua áptica, o desenvolvimento Urbano deve estar alinhado a nova agenda (NAU), a declaração que resultou do Habitat III e a conferência das Nações Unidas sobre Habitação e desenvolvimento Urbano que aconteceu em Quito.

Crescimento A ministra esclareceu que o encontro de Quito contém a visão partilhada' do modo como as cidades e aglomerados humanos deverão ser planeados, desenhados, financiados, desenvolvidos, governados e administrados.

Estima-se que em 2050, cinquenta por cento da população mundial esteja a viver nos centros urbanos.

Angola, já ultrapassou esta cifra, pois os dados do censo de 2014 certificam que 60 por cento da população vive nos centros urbanos.

O fórum Nacional é um espaço de conhecimento e de partilha de informação sobre as políticas urbanas.

6.6 Universitários querem participar na resolução dos problemas de Lunda

Jornal O PAÍS
20 De Julho de 2017

São diversos problemas que caracterizam a vida na província de Luanda, desde a criminalidade às construções ilegais ou desordenadas, do desemprego à sinistralidade rodoviária, do saneamento básico à água potável e a energia eléctrica, e não só estes. No entanto, para ultrapassar essas aflições, segundo Jofre dos Santos, presidente da Associação dos Estudantes das Universidades Privadas de Angola (AEUPA), é necessário envolver todas as forças vivas

da sociedade. Para o efeito, a AEUPA vai reunir-se hoje com membros do Governo Provincial de Luanda (entre administradores e directores de órgãos públicos) para discussão e apresentação de soluções aos problemas mais candentes da capital do país.

De acordo com Jofre dos Santos, o encontro inscreve-se no programa especial de pausa pedagógica visando a promoção de uma governação mais participativa e apurar as principais preocupações e contribuições dos estudantes universitários nas questões que afectam a vida dos habitantes de Luanda.

Para o responsável, a comunidade académica, por via do conhecimento científico, desempenha um papel importante para a melhoria das condições de vida dos habitantes, apresentando soluções específicas para cada sector de actividade.

Conforme assinalou, no certame estarão presentes mais de 500 estudantes de universidades públicas e privadas nas suas mais variadas especialidades, que vão apresentar contribuições através das quais o poder político poderá melhorar as condições de vida de todos os habitantes da cidade.

"Todos contamos para o processo de harmonização, crescimento e desenvolvimento da província de Luanda. Para tal, é preciso sermos ouvidos para que as nossas visões sejam conhecidas, porque fazemos parte dos problemas da cidade que acabam por nos afectar a todos", frisou.

Para Jofre dos Santos, nenhuma sociedade atinge o desenvolvimento com iniciativas concebidas apenas pela classe governante. No seu entender, o cidadão e as associações privadas devem fazer parte do roteiro de desenvolvimento das cidades, dado que são eles que vivem directamente as realidades que geralmente os governantes desconhecem. "A participação de todos é indispensável, nos aspectos que se prendem com o dia-a-dia e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. E os estudantes, baseando-se no conhecimento que recebem nas universidades, podem contribuir para termos uma capital cada vez melhor".

Segundo ainda Jofre dos Santos, no encontro de hoje será apresentado um estudo sobre a estrutura arquitectónica de Luanda e o combate às construções anárquicas, com medidas inclusivas e que evitem conflitos entre governantes e governados. Esse projecto, sublinhou, é da autoria de um grupo de estudantes do Instituto Superior Metropolitano e da Universidade Técnica de Angola (UTANGA).

"São estudos bastante profundos e que trazem soluções interessantes para os grandes problemas de infra-estruturas e das construções anárquicas que Luanda enfrenta. Os administradores convidados poderão tirar proveito e melhorar o nível de governação local que deve ser sempre com a participação dos cidadãos", atestou.

Falta de estágios preocupa

Outra questão que os estudantes querem ver rapidamente resolvida prende-se com os estágios e a inserção profissionais dos recém-formados nas empresas que operam em Luanda. De acordo com Jofre dos Santos, depois de terminarem a sua formação, muitos estudantes encaram sérias dificuldades para estagiar porque as empresas mostram-se indisponíveis.

O líder associativo revelou que a AEUPA encontra-se muito preocupada com esta problemática, pelo facto de ser cada vez mais crescente o número de estudantes que "se acantonam" em casa por falta de uma oportunidade de estágio ou de inserção profissional nas organizações empresariais. "São muitos os estudantes nessas condições. As empresas podem ajudar, infelizmente elas recusam-se a dar oportunidade aos que saem agora da universidade.

Portanto, vamos também aproveitar o encontro de hoje para propor aos administradores que conversem com os responsáveis das empresas que operam nos seus municípios no sentido de assumirem mais abertura visando ultrapassar-se esta dificuldade dos estudantes, garantiu".

6.7 Cinquenta mil moradias erguidas

Jornal de Angola
02 De Julho de 2017

O programa de auto-construção dirigida desenvolvido no município de Cacuaco fez surgir, entre 2009 e 2016, cerca de 50 mil moradias em áreas com arruamentos, informou sexta - feira o director municipal de Gestão Urbana, Urbanismo e Cadastro, José da Conceição.

Em declarações à Angop, José da Conceição falou do trabalho desenvolvido nos últimos anos e declarou que a estrutura urbana do município de Cacuaco evolui de maneira satisfatória.

O responsável sublinhou que Cacuaco está mais urbanizado, cujo expoente é a Centralidade do Sequele, uma cidade com todas as infra -estruturas, ao lado da qual vão nascer os projectos 'Maye Maye', 'Cativa' e 'Vila das Ideias'. José da Conceição disse

que, quanto à distribuição de lotes para a auto-construção dirigida, houve necessidade de satisfazer entidades e projectos do Estado dirigidos aos antigos combatentes, à juventude e aos camponeses que tinham terrenos agrícolas dentro do perímetro.

Entre os beneficiários estão ainda cidadãos desalojados das áreas em requalificação. "Ainda assim, respondemos bem, com cerca de 12 mil lotes, cedidos a pessoas singulares", disse.

6.8 Kilometro 44 pronta a receber inquilinos

Jornal de Angola
4 De Julho de 2017

A centralidade do Km 44, no município do Icolo e Bengo, em Luanda, está preparada para receber os seus inquilinos, após a conclusão das infra-estruturas internas para a comodidade e segurança dos beneficiários.

A urbanização, que dispõe de apartamentos T3, conta com rede eléctrica, sistemas de abastecimento de água, de drenagem, iluminação pública, espaços verdes e arruamentos, bem como equipamentos sociais. A via principal de acesso está a ser reabilitada, com a empreitada a ser concluída ainda este mês.

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse que já há condições para a comercialização das habitações nos próximos dias. Numa primeira fase, serão vendidos aproximadamente 400 apartamentos. "As obras estão praticamente concluídas. Há condições para que a Imogestin possa dar início, a partir de Julho, à venda das mesmas", informou, destacando a existência, na centralidade do Km 44, de espaços reservados para a construção de estabelecimentos comerciais e de recreação.

O administrador municipal de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, exprimiu satisfação pela conclusão das infra-estruturas, sublinhando que dentro de meses já será possível ver habitantes na urbanização.

Apelou à empresa Imogestin, responsável pela comercialização das casas, a priorizar os quadros do município.

"Queremos facilitar a vida dos nossos quadros e seria mais confortável que adquirissem residências nesta centralidade", explicou.

Localizada a sudoeste da cidade de Luanda, a urbanização Km 44 foi construída numa área de

21,40 hectares para albergar uma população estimada em 13.448 habitantes.

Para se candidatar à compra das habitações na centralidade do Km 44, os interessados, além de presencialmente, poderão inscrever-se via Internet.

6.9 Pessoas em zonas de risco beneficiam de novas casas

Jornal de Angola
5 De Julho de 2017

A partir de Setembro, Luena passa a dispor das primeiras 100 casas do tipo T2 e T3, de um total de 450, que se encontram em construção num projecto habitacional, no bairro 4 de Fevereiro, para acolher pessoas que vivem em zonas de risco, soube ontem a Angop junto do fiscal da obra.

Eliezer de Freitas avançou que as obras, a decorrerem sem sobressaltos, começaram em Março e primeira etapa de construção de 100 casas vai ser concluída em Setembro deste ano e as restantes 350 habitações, correspondentes à segunda fase, terminam em 2018.

O projecto habitacional, construído numa área de 28 hectares, comporta 180 residências do tipo T2, e 270 da tipologia T3, segundo informações prestadas por Eliezer de Freitas. Avaliado em mais de 27 milhões de dólares, o projecto inclui uma quadra desportiva, áreas de lazer e outra parte da reserva fundiária do Estado, que está salvaguardada para infra-estruturas sociais.

Sob a égide da Direcção Nacional de Investimentos de Infra-estruturas Públicas (DINIP), órgão do Ministério da Construção, o empreendimento habitacional empregou 383 trabalhadores, dos quais 348 nacionais.

No Moxico, um total de 429.584 pessoas foram vacinadas durante a campanha de vacinação contra a febre-amarela que decorreu nos últimos 18 dias nos municípios sede do Moxico e dos Bundas, informou na cidade do Luena, o chefe do departamento provincial da Saúde Pública.

Luis Domingos Mufengi disse a à Angop que o município sede da província vacinou 360 mil pessoas, entre crianças, adultos e grávidas.

O responsável da saúde acrescentou que campanha envolveu 72 equipas de vacinadores, registadores e mobilizadores.

No município fronteiriço dos Bundas, salientou o responsável, foram imunizadas mais de 69 mil

populares, tendo sido mobilizados 66 técnicos de saúde.

6.10 Inscrições encerram em tempo recorde

Jornal Economia e Finanças
07 De Julho de 2017

O presidente do Conselho de Administração da Imobiliária Imogestim, Rui Cruz, esclareceu, ontem, em Luanda, através de uma conferência de imprensa convocada devido à polémica gerada com o encerramento das inscrições às residências em menos de hora e meia após o seu início.

Rui Cruz disse que a plataforma digital (www.imocandidaturas.co.ao) concebida para a recepção das candidaturas está preparada para suportar inscrições até ao dobro do número de moradias disponibilizadas.

E foi, exatamente, esse o cenário com que a Imogestim se deparou passado pouco tempo da abertura que, conforme prevista, se deu pontualmente as oito horas de quinta-feira (6)", explicou.

Com detalhes de horas, minutos e nome dos primeiros inscritos, Rui Cruz garantiu existir transparência no processo, tendo a lertado que novas candidaturas poderão ser recebidas em caso de as efectuadas não preencherem os requisitos exigidos pela Imogestim.

Visita de constatação A ministra de Urbanismo e Habitação, Branca de Espírito Santo efectuou, na passada segunda-feira, visitas de constatação às centralidades do Capari e do KM 44, tendo no final revelado à imprensa que as residências estão em perfeitas condições de serem comercializadas.

Em Capari, a ministra explicou que, nesta fase, estão em curso as obras das infra-estruturas externas, nomeadamente o sistema de energia eléctrica, água potável, drenagem de água pluviais e residuais.

A governante disse estarem identificadas as áreas para a construção de equipamentos sociais para a vida das populações e caberá ao governo provincial e nacional tratar a sua execução.

Por seu turno, o governador do Bengo, João Bernardo de Miranda, manifestou a sua satisfação pela qualidade das infra-estruturas na centralidade do Capari, por ser uma mais-valia para a população da província.

Quanto a central idade do KM 44, a governante assegurou que encontra-se preparada para receber novos moradores, após a conclusão das infra-estruturas internas para a comodidade e segurança dos beneficiários.

A urbanização, que compreende apartamentos T3, conta com rede eléctrica, sistema de abastecimento de água, de drenagem, iluminação pública, espaços verdes e arruamentos, bem como estruturas sociais, o que permite a comercialização das residências nos próximos dias.

Avia principal de acesso à localidade está a beneficiar de restauro. A empreitada termina este mês.

Em declarações à imprensa no final de uma inspecção à central idade, realizada na passada segunda-feira, disse haver condições para a comercialização das habitações nos próximos dias.

As obras estão praticamente concluídas. Há condições para que a Imogestin possa dar início, a venda das mesmas", salientou, na altura a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santos.

Branca do Espírito Santo destacou, por outro lado, a existência, na centralidade do KM 44, de espaços reservados para a construção de estabelecimentos comerciais e de recreação.

Mais-valia Por sua vez, o administrador municipal do Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, manifestaram a sua satisfação com a conclusão das infra-estruturas, sublinhando que dentro de meses já será possível verificar habitantes na urbanização.

Adriano Mendes de Carvalho apelou à empresa responsável pela comercialização das casas a priorizar quadros locais.

Queremos facilitar a vida dos nossos quadros e seria mais confortável que adquirissem residências nesta centralidade", realçou.

6.11 Casas arrendadas são uma dor de cabeça para os inquilinos

Jornal A República

7 De Julho de 2017

Texto: Kimbi Lombongo

Muitas casas arrendadas têm estado a complicar a vida dos inquilinos, porque os seus proprietários, desonestamente, assim que se apercebem das condições financeiras e da compra de bens por parte dos usuários das residências, fazem de imediato subir o preço das rendas que, às vezes, põem os inquilinos

completamente embaraçados e boquiabertos com as medidas tomadas pelos seus proprietários, que abraçando uma vontade usurpadora e de extorsão o fazem para engordar os seus bolsos, atingindo os seus fins inconfessos. Muitos inquilinos ficam muito agastados com as atitudes não abonatórias e indignas dos proprietários dessas residências, forçando-os a deixá-las para se evitarem problemas maiores entre as partes.

Mas outros proprietários de residências são fiéis aos princípios pelos quais defendem e salvaguardam relativamente nestas questões de casas e inquilinos, preservando sempre os seus prestígios e elevando as suas considerações e estimas. No entanto, sobre o que a matéria encerra, o Jornal A República ouviu alguns intervenientes que, agradavelmente, aceitaram falar à nossa reportagem. Lourenço Pandungo, ex - morador de uma residência arrendada no Benfica, disse: " naquela casa me sentia tão mal, porque logo que terminassem os seis meses de rendas, a dona do imóvel comunicava - me, por telefonema, a subida do valor da renda mensal, sem antes termos conversado. Fiquei naquela casa, quatro anos, para não estarmos a mudar constantemente de residências, até que a nossa ficou concluída, em Viana. Lembro-me, que um dia antes de termos deixado aquela residência, ela telefonou-me, recordando-me o pagamento adiantado dos seus meses, como era de contrato, mas comuniquei-a que já estava de saída, no dia seguinte, e ela foi obrigada a conformar-se com a minha decisão. Naquela residência sofríamos muito. Nos quatro anos, que lá estivemos, o preço da renda subiu três vezes.

Pois ela sabia quais eram as nossas possibilidades económicas e sociais. Algumas vezes recorria-se a nós na resolução dos seus problemas através de adiantamentos financeiros, que eram descontados, depois, nas rendas que pagávamos!" - Aflorou o nosso entrevistado. Fernando Xiluandi, proprietário de sete residências, na Maianga e no Cazenga - Hoji ya Henda, disse: "sempre peço, aos meus inquilinos, os primeiros seis meses de rendas. Depois eles vão pagando dois ou três meses adiantados, no Banco onde tenho conta. Os inquilinos mandam-me uma mensagem a dizer que já depositou na minha conta os valores e depois enviam-me uma cópia do bordé para confirmação. Quando há atrasos no pagamento das rendas, os inquilinos comunicam-me e, eu, às vezes entendo esperando o dia chegar. Deixo-os viver sem perturbar as suas vidas. Por isso, é que eles ficam muito tempo nas minhas casas, permanecendo nelas, obviamente, como se fossem deles!" - Desabafou o nosso entrevistado que, por outro lado, contestou a extorsão e chantagem que alguns proprietários de residências praticam para tirar

dividendo das suas presas, quando se encontram a ocupar as suas residências como inquilinos.

O Jornal A República irá ouvir outros indivíduos em volta desse assunto, tão importante e preocupante na vida dos cidadãos que vivem aflitos por falta de casa própria, nesta Angola ainda desequilibrada económica e socialmente.

6.12 Inscrições para Capari e Km 44 duraram minutos

Jornal O PAÍS
7 De Julho de 2017

A inscrições para as candidaturas nas centralidades o Km 44 duraram minutos. Já para a centralidade de Capari, no Bengo, que terá sido o mais prolongado, esteve disponível por hora e meia. As duas são os primeiros projectos habitacionais a disponibilizarem habitação nesta segunda fase do processo de venda promovido pela Imogestim.

Segundo candidatos ao processo, no projecto habitacional do Km 44, o sistema de candidaturas encerrou 40 minutos depois das 8h, aliás informação praticamente confirmada em nota de imprensa divulgada pela promotora Imogestim. Assim, muitos interessados se viram impossibilitados por enquanto de concretizar o sonho da casa própria.

Já no Capari, os interessados viram as suas candidaturas rejeitadas uma hora e meia depois, quando o portal automaticamente accionou o número 1626, o dobro das 813 unidades habitacionais disponibilizadas para a venda livre ao público.

Nas redes sociais, eram vários os comentários de cidadãos que manifestaram o seu descontentamento pelo facto de não conseguirem fazer as pretendidas inscrições. "O sonho que durou 44 minutos", escreveu um usuário do Facebook.

Outro internauta ironizou, "acho que tinha de ser alguém que usasse as TICs coma velocidade de Usain Bolt nas pistas de atletismos para ter conseguido fazer inserção hoje".

Outros internautas lançaram suspeição quanto à transparência do processo e consideram que os que lograram êxitos na operação ou "terão sido facilitados, ou estavam em posse de informações privilegiadas", porque de contrário, alegam, "não seria possível".

No seio dos internautas há uma mistura de frustração, sarcasmo e humor pela meteorítico processo de inscrição.

Quem visitou o site da Imogestim nos momentos subsequentes deparou-se com a mensagem em letras garrafais. 'O processo de candidaturas está encerrado. Consulte as informações para saber as datas de abertura'.

Na sua nota, a Imogestim voltou a esclarecer que o sistema de candidaturas para aquisição de habitação pelo portal encerra quando atinge o dobro do número de residências disponíveis por centralidade.

O documento finaliza frisando que a Direcção Comercial está a proceder à validação das candidaturas recebidas pelo portal.

6.13 O direito à habitação constitucionalmente não impõe exclusividade

Jornal A República
7 De Julho de 2017

Em Angola, tem sido amplamente discutida a problemática sobre o acesso à habitação, uma vez que grande parte dos angolanos necessita de uma residência robusta e adequada, mas volta e meia, muitos cidadãos angolanos têm tido estorvo no que toca ao acesso à habitação, pois muitas vezes, os critérios estabelecido pelo Ministério da Habitação que tem lançado diversas vezes a responsabilidade as empresas públicas e privadas, sendo que nem todos cidadãos têm um salário compatível, ou seja, que corresponda com as normas exigidas seja pelas empresas públicas ou privadas.

Entretanto, no pretérito mês de Junho a Imogestim na voz de Gilberto Monteiro director comercial da empresa em menção encarregue da gestão do património imobiliário do Estado em declarações à imprensa nacional revelou: o Executivo aprovou três regimes de venda de habitações, e em cada regime 30 por cento dos candidatos seleccionados têm de ser pessoas com menos de 40 anos. Foi definido acesso através da compra de moradias por grandes empresas Públicas e privadas, da venda dirigida aos funcionários públicos e a venda livre, sendo esta última também destinada a trabalhadores por conta própria.

Mas o Executivo angolano devia ter dado um esclarecimento mais abrangente, particularmente no que diz respeito aos candidatos seleccionados que terão acesso às habitações com menos de 40 anos, embora seja um critério à Constituição em vigor não augura esse pressuposto, bem como diz no seu Artigo 85.0 (Direito à habitação e à qualidade de vida) Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

Eis a seguinte questão será um que os cidadãos que têm acima dos 40 anos, não têm a capacidade de cumprirem os requisitos exigidos pela Imogestin?

Será que os critérios estão acima dos direitos dos cidadãos?

O Executivo angolano deve rever a sua política habitacional no sentido que os cidadãos sintam-se, seguramente, incluídos na política em referência, ao invés de sentirem -se excluídos.

6.14 Procura supera oferta no Capari e no KM 44

Jornal de Angola

7 De Julho de 2017

Texto: Alberto Cafussa

Uma hora depois do início das inscrições, por internet, a Imogestin procedeu ontem, nas primeiras horas da manhã, ao encerramento das candidaturas em regime de venda livre de moradias nas centralidades do Quilómetro 44, em Luanda, e de Capari, na Província do Bengo.

A situação deixou boquiaberta grande parte dos funcionários públicos que pretendia fazer a sua inscrição nos locais do serviço, pouco depois da 9h00, ao se confrontarem com a mensagem "Processo de candidaturas está encerrado. Consulte as informações para saber as datas de abertura.

Mário Guerra, porta-voz da Imogestin, esclareceu que, em 40 minutos, o Quilómetro 44 já tinha recebido o dobro do número das casas disponíveis (505 unidades) e o Capari em uma hora tinha registado já 1. 626 Contra as 813 unidades habitacionais em condições de serem habitadas.

"Trata-se de uma primeira fase", tranquilizou Mário Guerra que, mesmo sem precisar a data da abertura da segunda fase, garante que os trabalhos de acabamento de mais habitações estão em curso nas várias centralidades do país. A Imogestin, neste momento, procede à verificação da conformidade dos documentos apresentados para, no prazo de 60

dias, seleccionar os candidatos que reúnem os requisitos exigidos para a aquisição de uma residência.

As habitações estão destinadas a cidadãos de nacionalidade angolana com mais de 18 anos de idade, que não tenham antes arrendado ou comprado casa ao Estado e cujos salários ou rendimentos sejam compatíveis com o preço da tipologia a que se candidatam. A distribuição de venda das habitações nos projectos habitacionais sob gestão da Imogestin contempla três grupos, nomeadamente função Pública (40 por cento), venda ao público dirigida (30 por cento) e venda ao público livre (30 por cento).

Têm acesso aos projectos habitacionais os reformados e pensionistas, cujos rendimentos sejam compatíveis com o valor das prestações mensais das habitações a que se candidatam.

Para o efeito, a taxa de esforço máxima considerada para avaliara capacidade de pagar as prestações mensais é de 40 por cento do respectivo salário ou outra forma de rendimento mensal.

Uma quota de 20 por cento das habitações são destinadas a arrendamento, preferencialmente para pessoas com menos de 40 anos de idade, e em função das condições sociais e económicas de cada Província.

Em qualquer dos grupos, os candidatos a compra ou arrendamento das habitações, pelo menos 30 por cento devem ter menos de 40 anos de idade.

Além de Capari (Bengo) e Km 44 (Luanda), a Imogestin está a gerir as habitações nas centralidades do Zango 0 e Zango 8.000, Praia Amélia e 5 de Abril (Namibe), Centralidade do Dundo (Lunda - Norte), 5 de Abril e Quilemba (Huila), Baía Farta, Lobito e Luhongo (Benguela), e 4 de Abril (Cabinda).

Luanda, com mais de 14 mil habitações, e Benguela, com 5.984, São as Províncias que mais casas prevê em entregar nos próximos meses".

A província do Namibe vem em terceiro lugar, com quatro mil habitações, nos projectos 5 de Abril (2.000 casas) e Praia Amélia (2.000 casas). O Bengo vai entregar 3.504 casas. Já a Huila (projecto Quilemba) , com mais de 8.000 habitações, fica nas 854, aguardando que as demais casas sejam entregues nos anos posteriores, tão logo sejam resolvidas as insuficiências nas infra-estruturas básicas (água e luz).

Na província de Luanda, o projecto KM44 tem prontas 1. 984 casas para entregar no próximo ano, o Zango 8.000 e o Zango Zero (Vila Pacifica) 2.464.

Na província de Benguela, a Baía Farta entrega mil, o Lobito 2.984 e o Luhongo duas mil casas.

6.15 Capari e km 44 recebem moradores dentro de dias

Novo Jornal

7 De Julho de 2017

Texto: António Paulo

As inscrições para a aquisição de moradias nas centralidades do Km 44 em Luanda e Capari no Bengo tiveram início nesta quinta-feira, 6, por via Internet, na página www.imocandidaturus.co.ao, da Imogestim, empresa responsável pela comercialização das habitações. A ministra do urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, foi ao terreno para inspecionar o estado das moradias e concluiu que as mesmas estão prontas para receber os moradores.

Homens e máquinas afinam a pontaria para a conclusão das obras de infraestruturas externas nas centralidades dos Zangas O, 8000, Km 44, em Luanda, e Capari no Bengo, cujas habitações começarão a receber residentes nos próximos dias.

As vendas de residências nas centralidades do país serão feitas de forma gradual, segundo deu a conhecer a titular do urbanismo e Habitação durante as visitas que efectuou sexta e segunda-feira, 3, nas centralidades de Luanda e Bengo.

Um total de 1900 habitações estará disponível nesta segunda fase de comercialização de residências do Km 44, cujo projecto final contemplará 2.248 moradias, em 229 edifícios, que vão albergar um número de 13.448 habitantes.

A zona, que já é parcialmente habitada, conta com uma escola primária e infraestruturas como rede eléctrica, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas pluviais e residuais, iluminação pública, arranjos exteriores e arruamentos.

A ministra do urbanismo mostrou-se satisfeita com o andamento das obras de algumas infraestruturas naquela urbanização, que, para si, já está preparada para receber novos habitantes. "As habitações estão concluídas e estamos numa fase de acabamento das obras das infra-estruturas externas, para alguns casos, assim como as soluções provisórias de outras", disse.

Naquela centralidade, a inexistência de equipamentos sociais como esquadras, escolas secundárias e hospitais ainda é um facto, porém a titular do Urbanismo e Habitação asseverou que a situação já está acautelada.

"As áreas estão devidamente identificadas e caberá aos governos central e provincial tratar da construção desses meios necessários para a vida da população", sublinhou a governante, sem definir datas para o início da execução dos serviços sociais.

Quem também se mostrou regozijado com a construção da centralidade no seu território de jurisdição foi o administrador municipal do Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, para quem a visita da ministra do Urbanismo e Habitação levou alento para aquelas populações.

"A senhora ministra veio deixar-nos mais descansados, porque dentro de um mês e meio esta centralidade já estará completamente habitada. Estou satisfeito com o que vi e gostaria que os quadros do governo vivessem todos aqui. Temos funcionários que vivem em Luanda, e é complicado. Estou a falar de médicos, enfermeiros, polícias, professores e funcionários das administrações que trabalham aqui e moram em Luanda. Queremos dar um maior conforto a estes trabalhadores ao ficarem aqui", desejou.

A centralidade de Capari, localizada à entrada da província do Bengo, receberá os seus primeiros habitantes, que, numa primeira fase, irão ocupar as cerca de três mil residências disponíveis para a venda.

O governador provincial, João Bernardo de Miranda, que acompanhou a visita da ministra do Urbanismo, mostrou-se igualmente satisfeito com a conclusão das obras nas residências daquela urbanização, que, acredita, representa um "grande ganho" para os futuros moradores. "A conclusão das obras representa muito. Pena que ela esteja um pouquinho distante da área urbana da capital da província, mas em termos de habitação para a população em geral representa muito. Não só pela qualidade das casas e o ambiente, que são apreciáveis, mas também pelo número de habitações que foram erguidas. Portanto, estamos satisfeitos", expressou-se.

6.16 Ordenamento das áreas urbanas

Jornal de Angola

8 De Julho de 2017

Texto: César André

A melhoria das condições de vida da população passa pela disponibilidade de habitação e do ordenamento das áreas urbanas, peri-urbanas e rurais. Daí a importância do sector da Construção. A garantia do programa de urbanismo a uma habitação condigna para todos os cidadãos angolanos constitui um dos

principais objectivos por que se tem batido o partido no poder.

Com vista a dar continuidade aos esforços tendentes à solução dos grandes problemas habitacionais, o partido no poder considera que no período de 2017-2022 deve dar continuidade à política de habitação e urbanismo' com prioridade para a habitação social, assim como a promoção e a elaboração de instrumentos de planeamento territorial, a nível provincial e municipal, particularmente dos planos directores municipais e de ordenamento rural.

O direito à habitação condigna para as famílias angolanas, especialmente para as camadas de menor poder aquisitivo, o fomento de habitação no quadro do realojamento e a melhoria do saneamento básico das cidades constam dos desafios plasmados no programa de governação do partido dos camaradas para o quinquénio, caso vença as eleições de 23 de Agosto.

Um outro desafio do sector está relacionado com a contribuição para a implementação do processo de regularização fundiária, continuidade dos projectos de requalificação ou renovação urbana, na base de parcerias com a iniciativa privada, bem como a promoção da urbanização das reservas fundiárias, estabelecendo para o efeito as parcerias que se revelarem recomendáveis.

A promoção de investimentos em infra-estruturas urbanas, em coordenação com os demais sectores, continuar a consolidação do quadro legal e institucional do sector de habitação e dar continuidade à implementação do programa nacional de urbanização e habitação são dentre outras as acções a serem implementadas.

Disponibilizar terrenos infra-estruturados e legalizados para as famílias que pretendem construir casa própria em regime de autoconstrução dirigida, promover o desenvolvimento de novas centralidades, em articulação com o sector privado, fomentar a habitação no quadro do realojamento, melhorar o saneamento básico nas cidades' vilas e promover a requalificação, reabilitação e valorização dos centros urbanos e rurais, possibilitando a fixação ordenada da população constam do programa.

O MPLA compromete-se, neste domínio, a concretizar através da auto construção dirigida concluir o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e garantir a segurança jurídica de posse de terreno e do património edificado a pelo menos 50 mil famílias.

Acesso à terra

O candidato do MPLA, a Presidente da Republica, João Lourenço, defendeu há dias que o cidadão deve ter facilidade no acesso à terra para a explorar em benefício da sua família e da sociedade.

João Lourenço, que teceu estas considerações quando discursava para milhares de militantes, simpatizantes e amigos do MPLA, no acto político que visou a sua apresentação pública no município, de Cacuaco, disse que a primeira prioridade é a terra e é sobre ela que todas as outras propriedades se desenvolvem e qualquer economia assenta. A inclusão no acesso fácil à terra é para permitir que um número cada vez maior de cidadãos possa beneficiar deste património. Quando o Estado constrói habitações sociais para albergar os cidadãos que vivem em zonas de risco está a defender uma política de inclusão.

João Lourenço disse ainda que as centralidades construídas um pouco por todo o país, de que o município de Cacuaco também beneficiou, são reflexo da política de inclusão. O Executivo do MPLA vai manter a aposta na construção de habitação social e garantir o seu acesso a um número maior de cidadãos.

Centralidades

Não obstante os constrangimentos e razões conjunturais de ordem económico-financeira' verificados no ano passado, as acções realizadas no sector foram satisfatórias.

A inauguração de três novas centralidades de diferentes modelos e características e em construção em distintas localidades de Luanda, pelo Executivo, contam já como parte do projecto finalizado que começou a servir a população desde Junho do ano passado.

A nova centralidade do Zango está já executada a 75 por cento e está a ser edificada numa área de 416 hectares. A mesma contempla oito mil habitações económicas de modelos combinados, das quais duas mil 780 moradias térreas e cinco mil 220 edifícios. Os prédios são de dois e três pisos de quatro apartamentos cada, todos de tipologia T3, tal como as moradias simples.

Diferente deste projecto habitacional, o "KK 5000" ocupa uma área de 75 hectares e caracteriza-se como um projecto habitacional composto por 188 edifícios, num total de cinco mil apartamentos TI, distribuídos por dois blocos, sendo o "R1" com um 81 prédios e o "R2" com 103.

A planta dos prédios varia entre "estrela" (de cinco pisos de quatro apartamentos cada) e uma única entrada e os "lineares", uns de três entradas e 30

apartamentos por piso e outros com dois acessos e 20 apartamentos em cada andar. Por seu turno, o "Cif - 5000", igualmente situado nas imediações da centralidade do Kilamba, abarca a construção de cinco mil residências do tipo T3, à semelhança do "Zango 8000" que começou a ser erguido em Junho de 2012.

O KK foi o primeiro a estar concluído na 'totalidade (Dezembro do ano passado), para beneficiar parte de cidadãos que já tinham pagado ao Estado e aguardavam pelas moradias. Os três projectos habitacionais abarcam a construção de escolas primárias e secundárias, creches, estação de tratamento de água, central de captação e redes eléctricas, assim como têm áreas reservadas para serviços sociais e instituições públicas e outra disponível ao investimento privado.

As referidas infra-estruturas reforçam o grosso das centralidades da capital, como a de Cacucaco, com mais de 20 mil habitações, Musseque Kapari, com mil vivendas e 16 edifícios do topo T2 e T3.

6.17 Centralidades do Lobito, Catumbela e Baia-Farta

Jornal O PAÍS

12 De Julho de 2017

Texto: Constantino Eduardo

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, visitou as centralidades do Lobito, Catumbela e Baia-Farta, com o objectivo de se inteirar do quadro de execução das infra-estruturas externas, designadamente energia eléctrica e água, tendo admitido que os conditionalismos financeiros, que impediam a conclusão das empreitadas, estão ultrapassados. Em entrevista à imprensa no final da visita, a governante revelou que as condições de energia e água estão a ser devidamente acauteladas, a fim de que os futuros moradores não se venham a debater com estes problemas. Entretanto, as soluções provisórias encontradas para as centralidades do Lobito e da Baia-Farta, segundo disse, permitirão o início das inscrições a partir de Agosto próximo. Já para as do Luhongo, por terem sido adoptadas soluções definitivas, as inscrições para candidaturas estão previstas para Setembro. Branca do Espírito Santo ilustra que, para as centralidades do Lobito e da Baia-Farta, o início das inscrições serão para entrega gradual das casas. O Lobito tem 3 mil habitações, sendo que, numa primeira fase, somente 500 residências serão disponibilizadas para habitação. Já na Baia-Farta, o projecto conta com mil casas, e, numa primeira fase, estão prontas 200. "As inscrições

para todas elas será a partir de Agosto", anunciou a governante.

A titular da pasta do Urbanismo e Habitação admite que, para lá da energia e água, uma outra preocupação tem a ver com as vias de acesso e as valas de drenagem das águas pluviais e residuais.

Por outro lado, a responsável admite que não havia recursos financeiros para conclusão das habitações, mas que a questão já foi devidamente acautelada pelo Executivo, de modo a não condicionar os projectos, "uma vez que já temos os recursos financeiros e que estamos às portas com a necessidade da entrega das habitações, arranjaram-se soluções provisórias", confessa. Já o porta-voz da IMOGESTIM, Mário Guerra, afirmou que estão previstas as candidaturas parciais para mais de 700 casas nas centralidades do Lobito e da Baia-Farta. O responsável avançou que as soluções "provisórias" ora encontradas pelo Executivo vão permitir à empresa iniciar o processo de comercialização "na Baia-Farta com 200 habitações e cerca de 570 outras na centralidade do Lobito". Isto tudo, disse, condicionado com a questão dos acessos e das soluções das drenagens de águas.

Mário Guerra reitera, contudo, que as modalidades das inscrições continuarão por via Internet, através do site da empresa criada precisamente para o efeito.

6.18 Pedido construção de projectos habitacionais

Jornal de Angola

12 De Julho de 2017

Texto: Casimiro José

Os membros do Governo do cuanza Sul defenderam ontem, na cidade do Sumbo, ser urgente a construção das centralidades nos municípios de Porto Amboím, Amboím e da Cela, com vista a dar solução à carência habitacional nas localidades.

Reunidos na sua II sessão ordinária, sob orientação do governador provincial Eusébio de Brito Teixeira, os membros do Governo apreciaram e avaliaram as acções realizadas durante o mandato referente ao quinquénio 2012/2017.

Os membros do Governo consideraram ter havido avanços em relação as acções de governação viradas para os programas de combate à pobreza, no sectores da agricultura e pescas, cuidados primários de saúde, Água para Todos, construção e reabilitação de infra-estruturas e expansão da rede escolar.

O que diz respeito ao sector da Educação' os membros do Governo realçaram a valorização dos professores que, de forma voluntaria, prestam serviços, tendo, por isso, minimizado a carência de quadros em várias escolas do ensino primário. Com base na boa prestação dos docentes voluntario, foi recomendado a inserção deste nos futuros concursos públicos de acesso ao sector.

De igual modo que foi recomendada a expansão do ensino superior para o interior da província, no sentido de dar resposta às solicitações de aumento de nível de escolaridade dos estudantes e funcionários públicos residentes nos municípios.

No domínio da saúde, os membros do governo da província manifestaram preocupação com o estado de degradação dos Hospitais Geral 17 de Setembro do Sumbe, municipal da Gabela, da Boa Entrada (ex - CADA), de Porto Amboím e da Unidade sanitária da Ceia, instalado na cidade do waco Cungo.

No sector da Agricultura, consideraram imperiosa a dinamização de várias parcelas de terras para maximizar a produção de bens de consumo básico e do centro de inseminação artificial da Cela, assim como do matadouro do Porto Amboím.

Quanto às Pescas e produção do sal, os participantes deliberaram sobre a necessidade de se dinamizar a empresa Peskwanza, a construção da ponte cais e do porto, na cidade de Porto Amboím. Também é ponto assente a necessidade de se revitalizar a produção de sal em Porto Amboím e no Sumbe.

Os membros do Governo apreciaram com satisfação a conclusão da centralidade do Sumbe, a reconstrução e reabilitação das vias secundarias e terciárias no Interior da província, bem como do programa de ampliação das estradas nacionais em curso.

Na sessão de abertura, o governador provincial, Eusébio de Brito Teixeira, disse que o mandato do quinquénio 2012- 2017 foi marcado por vários constrangimentos, resultantes da quebra brusca dos preços do petróleo no mercado internacional, facto que, segundo ele, condicionou a realização das tarefas programadas.

"Apesar dos indicadores positivos, que apresentam o relatório do fim do mandato, devíamos fazer mais se não fosse a crise financeira que vivemos, pois a execução de muitas acções conheceu um interregno por falta de recursos financeiros", sustentou Eusébio de Brito Teixeira que explicou que o relatório de passagem de pastas afigura - se como um processo

normal na sociedade democrática, numa altura em que, como disse, cessado o mandato muitos podem ser chamados para outras funções e outros não. Eusébio de Brito Teixeira disse que as acções imediatas vão incidir nas acções correntes de atendimento às preocupações das populações, dando maior atenção a assistência médica e medicamentosas, por constituir prioridade do Executivo.

Eusébio de Brito Teixeira destacou o empenho de todos na realização dos programas e projectos.

6.19 Imogestin

Jornal Liberdade
14 Julho de 2017

O sonho de muitos angolanos em ter casa própria, virou pesadelo. Recentemente a Imogestin, empresa responsável pelas vendas das casas, do km 44 e Capari onde foram reservadas mil e 984 habitações e KM 44, e Capari (Bengo), com 3 mil e 504 casas, frustrou o sonho de muitos, que reclamam transparência e lisuras nas candidaturas das mesmas.

O Presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, veio a publico dizer que atingiu o número máximo de candidaturas para as casas e de momento a candidatura está cancelada. De acordo com relatos de populares o processo começou às 8h0, e neste momento o portal de candidaturas não estava a funcionar, às 8h:15 voltou a normalidade e às 8h50 o processo de candidaturas estava encerrado.

Até quando haverá respeito e seriedade para com os angolanos?

6.20 PR autoriza construção de centralidades no Zaire, Malanje e Lunda-Sul

Jornal O PAÍS
14 De Julho de 2017

Em despachos separados relativos ao artigo 37º da Lei n.º 9/16, de 16 de Junho, Lei dos Contratos Públicos, Chefe do Executivo autoriza a Imogestin, S. A., a celebrar contratos em representação do Estado angolano Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou, por despachos, três contratos de empreitada para a concepção e construção das centralidades de Mbanza Congo, no Zaire, de Carreira de Tiro II, em Malanje e de Saurimo, na Lunda-Sul, apurou O PAÍS.

É considerado no documento programa de construção das centralidades habitacionais a nível nacional um activo das políticas do Governo para o fomento habitacional e para a melhoria das condições de vida das populações. Nos despachos publicados na Quarta-feira (12) em Diário da Republica, aos quais este jornal teve ontem acesso, o Chefe do Executivo angolano aprova a minuta de concepção e construção das empreitadas e autoriza a Imogestim, em representação do Estado angolano, a celebrar os referidos contratos.

Na globalidade, as obras a serem executadas pela Omatapalo, Engenharia e Construção, no Zaire; pela Ingenium, Engenharia Construção limitada, em Malanje, e pela Griner, Engenharia, S.A, na Lunda-Sul, estão orçadas em mais de USD 101 milhões e 764 mil, repartidas em USD 32 milhões e 829 mil; USD 35 milhões e 114 mil, e USD 33 milhões e 821, respectivamente.

PR aprova rescisão de contrato de execução de obras da Marginal Sudoeste

Num outro despacho, o Chefe do Executivo autoriza a rescisão do contrato de empreitada da construção da segunda etapa da Via Marginal Sudoeste que inclui o troço Praia do Bispo a Corimba, na província de Luanda, com a Norberto Odebrecht.

Para a conclusão da empreitada' é aprovada a celebração de um novo contrato com a empresa China Railway 20 Group International Angola (CR20), avaliado em USD 142 milhões e 352 mil.

A medida, segundo o documento, tem por fito conferir maior dinamismo e celeridade na sua implementação de modo a garantir a melhor ia da circulação viária da cidade de Luanda, com destaque para o acesso à região Sul, bem como para o desenvolvimento urbano da região costeira ocidental.

Neste contexto, o ministro da Construção é autorizado, em representação do Estado angolano, a celebrar o referido contrato, e o Ministério das Finanças tem a incumbência de assegurar os recursos financeiros necessários à implementação dos referidos projectos.

6.21 Vizinhos «abandonados» do Kilamba queixam-se da falta de tudo

Novo Jornal

14 De Julho de 2017

Texto: Isabel João

Prostituição, delinquência, falta de água, luz eléctrica, escolas, hospitais, centro de saúde e estradas são alguns dos problemas que enfrentam os moradores do bairro do «5 Fio», no município de Belas. Um bairro que está junto à tão falada cidade do Kilamba.

De um lado uma cidade bonita, com prédios, escolas, hospitais, jardins, estradas asfaltadas, água, energia eléctrica e centros comerciais; do outro lado, casas de chapas, sem escolas, jardins, água, energia eléctrica ou hospitais. Este é o cenário que o Novo Jornal encontrou naquele bairro, que existe desde o tempo colonial, mas que agora está voltado ao esquecimento.

O bairro do «5 Fio» está localizado no município de Belas, a cerca de 30 quilómetros a sul do centro da cidade de Luanda, com uma população aproximada de 753.000 habitantes, de acordo com o portal oficial do município de Belas. O bairro cresce, em extensão e em simultâneo é acompanhado por um elevado Índice de pobreza, delinquência e prostituição, além da falta de infra-estruturas, que desgastam a população local. Populares afirmam já terem contactado o administrador municipal de Belas para acudir à situação, mas o grito de socorro não surtiu efeito.

Eram 15h00 quando a equipa de reportagem do Novo Jornal partiu com destino ao município de Belas. Foi necessária uma hora para chegar ao local. Não tivemos dificuldades em localizar o bairro porque o mesmo se encontra depois dos últimos prédios do KK 5000.,

Já à entrada, encontrámos uma grande lagoa, que, segundo os moradores, foi feita pela empresa construtora dos prédios KK 5000 e que nó tempo chuvoso tem causado a morte de muita gente, principalmente crianças que lá tomam banho.

Uma moradora, Maria André João, de 47 anos, disse que vive no «5 Fio» há mais de seis anos e que tem enfrentado muitas dificuldades porque não existe nada naquela zona da cidade capital. "Água para cozinhar e lavar tiramos desta lagoa, e para beber é que tiramos no KK, onde compramos o bidon a 50 kz. Não temos escolas, hospitais, centros médicos, água, estradas, praças e jardins. "Olhe a disparidade entre o local onde nós vivemos e a cidade do Kilamba; eles ali têm tudo e nós não temos nada. A única coisa que nós queremos é ter as necessidades básicas resolvidas, para vivermos bem com os nossos filhos: água, hospitais e escolas. Às vezes penso que para os nossos governantes o povo só serve mesmo para o voto", disse a mulher, agastada.

Durante a reportagem, foi possível verificar que a maior parte das residências que existem no bairro são feitas de chapas; as feitas de bloco, contam-se pelos dedos de uma mão os moradores disseram que as residências de chapa começaram a ser erguidas no local em Abril de 2014, altura em que a administração de Belas demoliu as residências que lá existiam.

Júlia António, de 62 anos, uma das primeiras camponesas a residir no bairro, lamentou a situação precária que ali reina. "Não sei como é que o governo trata a população assim. No dia em que o presidente José Eduardo dos Santos veio colocar a primeira pedra para a construção da cidade do Kilamba, nós, as camponesas do bairro, é que o recebemos e deram-nos a conhecer que também iriam resolver a situação do bairro. Passados mais de seis anos, nada disso aconteceu e o Kilamba já está todo habitado. Nós continuamos a viver nesta pobreza; será que também não somos angolanos?", questionou.

O Novo Jornal tentou contactar o administrador municipal de Belas mas sem sucesso.

6.22 Camponeses dispõem de micro-crédito

Jornal de Angola
17 Julho de 2017

Um total de 203 agricultores afectos à Associação de Camponeses "Belo horizonte", da aldeia rural de Canaúlo, no município do Golungo Alto, no Cuanza-Norte, beneficiaram no Sábado de um crédito agrícola em instrumentos de trabalho, cedidos pelo Banco Sol, no âmbito das iniciativas da instituição financeira de apoio ao sector agrícola na região.

Os camponeses receberam três motobombas, 200 enxadas, 200 catanas, limas e mais de 100 caixas de

sementes de hortícolas. A associação de camponeses desenvolve a actividade agrícola numa extensão de 18 hectares de terras mecanizada, onde predomina a produção da mandioca, do milho, do amendoim, da batata-doce e da banana.

O PCA do Banco Sol disse que a iniciativa consta das acções da sua instituição viradas para a promoção da economia social e alavanca das micro, pequenas e médias empresas por via da concepção de microcrédito à pessoas individuais que, por diversas razões, não reúnem condições para o cumprimento da burocracias bancárias que impõem a apresentação de garantias pessoais e patrimoniais.

O governador provincial do Cuanza-Norte, José Maria Ferraz dos Santos, considerou a agricultura a base e a indústria o factor decisivo que qualquer autoridade administrativa ou política deve ter em conta, e apelou aos associados a empenharem-se na actividade do campo.

José Maria Ferraz dos Santos instou as autoridades administrativas do Golungo Alto a reforçarem o incentivo aos camponeses.

6.23 Nova centralidade é erguida no Quilombo

Jornal de Angola
17 De Julho de 2017

A cidade de Ndalatando, capital da província do Cuanza - Norte, vai dispor de uma nova centralidade, cujas obras arrancam amanhã, anunciou ontem o vice-governador provincial para o sector de Infra-estruturas.

Pedro Samuel Júnior falava no termo de uma visita que o governador do Cuanza Norte, José Maria dos Santos, efectuou ao espaço onde vai ser erguida a nova centralidade de Ndalatando.

Pedro Samuel Júnior explicou que a nova centralidade vai ser construída no perímetro do Quiombo (periferia da cidade de Ndalatando) e conta com 514 apartamentos em edifícios de três andares cada, num espaço de 400 hectares já preparados, retalhados e prontos para receber obras.

Para a primeira fase, Pedro Samuel Júnior referiu estarem já sinalizados seis hectares onde devem ser construídos os primeiros sete edifícios, com um total de 200 apartamentos.

Os apartamentos T- 3 constituem um investimento do Executivo, para dar resposta aos anseios dos cidadãos de obtenção da casa própria, sobretudo para

os jovens, os principais destinatários do projecto.

Pedro Samuel Júnior salientou que as condições estão criadas para o arranque do projecto, embora não tenha avançado o prazo da conclusão das obras, que estarão a cargo da empreiteira Jonce.

Além das habitações, a construtora está orientada, de acordo com o contrato, a construir lojas, creches, hospitais e escolas.

O vice-governador provincial disse" estar já identificado um ponto para a ligação do sistema de distribuição de electricidade que vai abastecer a centralidade, numa altura em que ainda persistam algumas dificuldades para a identificação de uma fonte de água.

Para a solução deste problema, Pedro Samuel Júnior informou estarem a ser realizados estudos para a criação de uma captação de água a partir do rio Lucala.

A actividade de campo do governador provincial José Maria incluiu vários projectos sociais em curso no Cazengo (município sede da província), com destaque para as obras de construção de escolas, de ampliação e urbanização do cemitério municipal.

Além do vice-governador, José Maria fez-se acompanhar da administradora municipal de Cazengo, Leonor da Silva Garibaldi, de directores provinciais e outros membros do Governo provincial.

Reacção da população

A população da província do Cuanza-Norte reagiu com satisfação o anúncio da construção da nova centralidade a ser construída na cidade de Ndalatando.

António Domingo considera ser uma medida mais acertada, tendo em conta o défice habitacional, sobretudo por parte dos jovens que pretendem constituir família.

"Nos sentimos felizes pelo facto de o Governo ter projectado mais uma centralidade. Pensamos que, com isso, ficará resolvido parte dos problemas que ainda continua a ser uma dor de cabeça para muitas famílias", disse.

Para Miguel António, a construção de uma centralidade em Ndalatando é bem vinda e vai, com certeza, melhorar a qualidade de vida das populações, tendo em conta a dimensão do projecto habitacional.

Miguel António reconheceu os esforços das autoridades, tendente a melhorar as condições de vida das populações, referindo ser importante, nesta hora, a união de todos angolanos para que surjam mais projectos idênticos. "É um motivo de orgulho em ver resolvido um dos problemas que mais preocupa milhares de famílias.

Agora não tem porque emigrar para outras províncias em busca de melhores condições. Internamente também estão ser criadas as condições", precisou o jovem residente na cidade de Ndalatando.

6.24 Cetinas de casas construídas na cidade

Jornal de Angola

21 De Junho de 2017

Cerca de 200 fogos habitacionais, enquadrados nos programas de Investimento Público e de Combate à Pobreza do município de Cazengo, província do Cuanza - Norte, vão erguidos dentro dos 18 meses.

Para dar início às obras, o vice-governador para o sector Político e Social, José Alberto Kipungo, e o PCA da Imogestin, Rui Cruz, procederam à colocação da primeira pedra para edificação das casas.

José Alberto Kipungo disse que a construção das moradias faz parte de um conjunto de acções para ajudar a colmatar a minimizar a carência de habitações nas entre a população, particularmente entre os jovens.

O PCA da Imogestin, Rui Cruz, explicou que a consignação do projecto de urbanização do município de "Cazengo se consubstancia na construção de 14 edifícios isolados de quatro pisos, com um total de 176 apartamentos da tipologia T3, dez lojas, posto de saúde e respectivas infra-estruturas sociais.

O assessor de comunicação ~ imagem da imobiliária, Mário Guerra, avançou que a construção da primeira fase do projecto habitacional de Cazengo, localizado no bairro Quitata, vai dispor ainda com 12 espaços comerciais, uma escola primária e outra secundária e postos policial e médico.

O projecto habitacional contará igualmente com urna unidade de bombeiros, estação de tratamento de água residuais, além de outros serviços. Mário Guerra referiu que o investimento tem um valor de três mil e 800 milhões de kwanzas, devendo criar cerca de 150 postos de trabalho directos.

André Brandão | Ndalatando

6.25 Empresa estuda cobrança fiscal

Jornal de Angola
23 De Julho de 2017

A Autoridade Geral Tributária (AGT) empregou 87 milhões de dólares (14,5 mil milhões de kwanzas) na contratação da DTGEO, um consórcio liderado pela Deloitte, para estudar um plano de cobrança dos impostos sobre o património urbano em Luanda.

O plano visa Luanda, mas é depois alargado às restantes províncias do país, nos termos de uma autorização, institucional enquadrada na reforma tributária em curso no país:

O documento afirma que a decisão de contratar o consórcio e elaborar o plano persegue "a adopção de medidas para a concretização dos objectivos da política tributária" para garantir "o desenvolvimento socioeconómico".

Números do Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano apontam para uma previsão da cobrança de 40.964 milhões de kwanzas em impostos sobre O Património, como o Imposto Predial Urbano (OPU) e Sisa.

A AGT cobrou o IPU, até Abril, no quadro de uma campanha lançada em 2016 para o pagamento de uma taxa de 0,5 por cento sobre o valor dos imóveis, excluindo os avaliados até cinco milhões de kwanzas.

6.26 Centralidade está pronta para receber moradores

Jornal de Angola
28 De Junho de 2017
Texto: Domingos Mucuta

A centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, na província da Huíla, está pronta para receber moradores, anunciou ontem no Lubango o vice-governador da Huíla para o Sector Técnico e Infra - Estruturas.

Nuno Mahapi, que prestou esta informação no termo da visita do governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyripinge, às infra-estruturas integradas do Lubango, explicou que os oito mil apartamentos estão todos concluídos e prontos para serem habitados.

De acordo com o vice-governador provincial, o processo de comercialização das residências depende da empresa gestora, a IMOGESTIN, a quem compete o anúncio da data da realização de concurso público para os interessados.

"Temos acompanhado este processo e é nossa missão passar a informação ao cidadão, mas compete à IMOGESTIN a comercialização dos fogos habitacionais da centralidade da Quilemba.

Acreditamos que em tempo oportuno a empresa responsável irá pronunciar -se sobre o assunto", explicou.

O Governo Provincial da Huíla vai construir uma estrada provisória para facilitar a circulação dos habitantes da nova centralidade da Quilemba, no município do Lubango, anunciou o vice-governador para o Sector Técnico e Infra - Estruturas. As obras da via, num percurso de cerca de quatro quilómetros, começaram no passado dia 10 e decorrem a bom ritmo.

A nova estrada integra o projecto das infra-estruturas integradas adjudicadas recentemente na cidade do Lubango. "Estamos a criar este novo acesso à centralidade da Quilemba, porque não há condições de circulação por outras vias, enquanto se aguarda pela construção da circular do Lubango, uma obra definitiva e de maior tráfego", disse. O encarregado das obras, David de Nascimento, explicou que a estrada que dá acesso à centralidade é de carácter provisório e tem um perfil de nove metros de largura.

6.27 Primeiras casas nas urbanizações serão entregues na primeira quinzena de Agosto

Jornal Expansão
28 De Julho de 2017
Texto: Maurício Vieira Dias

A Imogestim vai iniciar, na primeira quinzena de Agosto, o processo de assinatura de contratos com os cidadãos que se candidataram, no dia 6 Junho, à aquisição de casas nas urbanizações do Km 44 e Capari, em Luanda e Bengo, respectivamente, avançou ao Expansão o porta-voz da imobiliária, Mário Guerra.

Segundo aquele responsável, neste momento, a direcção comercial da Imogestim está a avaliar os 2.636 processos de candidatura que foram submetidos à imobiliária, via plataforma online, num concurso que a instituição criou para o efeito, e em Agosto arranca a entrega das primeiras casas.

A entrega das primeiras chaves acontece 45 dias úteis depois do início das candidaturas. Neste momento, decorre o processo de validação ou não das candidaturas. Vamos entregar as casas, de

forma faseada, e oportunamente serão anunciadas as primeiras entregas", informou Mário Guerra.

O responsável explicou que 10 dias após a actualização das candidaturas será feita a assinatura dos contratos e o pagamento da primeira prestação mensal. A validação de cada candidatura, como esclareceu, ocorrerá quando o candidato for chamado para uma entrevista pela direcção comercial da imobiliária. Só aí se confirmará se os candidatos cumpriram todos os requisitos exigidos no processo de candidatura.

No dia 6 de Junho, perto de uma hora depois do arranque das candidaturas online, reservadas ao regime de 'venda livre', para aquisição de habitação nas urbanizações do Km 44 e Capari, a direcção comercial da Imogestin suspendeu o processo no seu site por ter atingido 2.636 candidaturas, o dobro do número de casas disponíveis para venda, o que revela o forte interesse.

Na centralidade do Km 44, por exemplo, estavam disponíveis 505 habitações para venda, ao passo que na urbanização do Capari eram 813 as unidades habitacionais. Às 09h27 do dia de abertura das candidaturas, que teve início às 08h30, as inscrições atingiram o dobro, situação que obrigou a Imogestin a suspender o processo por atingir o limite previsto.

A Imogestin terá disponíveis 5.488 casas para comercialização, nas diferentes modalidades, nos projectos Capari e Km 44. No primeiro são 3.504 apartamentos, ao passo que no segundo estão contabilizadas 1.984 residências, todas da tipologia T3, indica o site da imobiliária. Quanto aos preços dos apartamentos, vão dos 3,504 milhões Kz no Capari, aos 5,810 Milhões de Kz fixados como preço no Km 44.

7. TERRA

7.1 Pessoas em zonas de risco beneficiam de novas casas

Jornal de Angola
5 De Julho de 2017

A partir de Setembro, Luena passa a dispor das primeiras 100 casas do tipo T2 e T3, de um total de 450, que se encontram em construção num projecto habitacional, no bairro 4 de Fevereiro, para acolher pessoas que vivem em zonas de risco, soube ontem a Angop junto do fiscal da obra.

Eliezer de Freitas avançou que as obras, a decorrerem sem sobressaltos, começaram em Março e primeira etapa de construção de 100 casas vai ser concluída em Setembro deste ano e as restantes 350 habitações, correspondentes à segunda fase, terminam em 2018.

O projecto habitacional, construído numa área de 28 hectares, comporta 180 residências do tipo T2, e 270 da tipologia T3, segundo informações prestadas por Eliezer de Freitas. Avaliado em mais de 27 milhões de dólares, o projecto inclui uma quadra desportiva, áreas de lazer e outra parte da reserva fundiária do Estado, que está salvaguardada para infra-estruturas sociais.

Sob a égide da Direcção Nacional de Investimentos de Infra-estruturas Públicas (DINIP), órgão do Ministério da Construção, o empreendimento habitacional empregou 383 trabalhadores, dos quais 348 nacionais.

No Moxico, um total de 429.584 pessoas foram vacinadas durante a campanha de vacinação contra a febre-amarela que decorreu nos últimos 18 dias nos municípios sede do Moxico e dos Bundas, informou na cidade do Luena, o chefe do departamento provincial da Saúde Pública.

Luis Domingos Mufengi disse a à Angop que o município sede da província vacinou 360 mil pessoas, entre crianças, adultos e grávidas.

O responsável da saúde acrescentou que campanha envolveu 72 equipas de vacinadores, registadores e mobilizadores.

No município fronteiriço dos Bundas, salientou o responsável, foram imunizadas mais de 69 mil populares, tendo sido mobilizados 66 técnicos de saúde.

7.2 Quando o direito a ocupação urbana, é urgente

Jornal Folha 8
22 De Julho de 2017

A segregação social é uma característica das cidades actuais, bem como suas relações sócio espaciais, e por esse norte encontramos o adensamento populacional, o cerceamento do exercício da cidadania e as contradições sociais desencadeadas pela acumulação do capital. Assim sendo, neste trabalho algumas considerações são apontadas a respeito da cidadania, sua espécie de exercício como direito à ocupação, como alternativa a noção predatória de propriedade urbana sem quaisquer cumprimento da finalidade social.

Considerando que os conceitos de cidadania não se restringem a lógica explícita situada no panorama legal ou jurídico constitucional, outros modelos que dão entender de alguma maneira a dimensão da cidadania vão contrariando o entendimento clássico liberal ocidental impondo múltiplas leituras horizontais, destituindo consequentemente a noção ilimitada da propriedade fiduciária. Tal como bem frisava o professor Congolês Etienne Mbaya "desde então os direitos humanos situam-se num combate de ideias, constituindo o florão de uma vigilância do espírito face às pressões dos poderes estabelecidos, dos hábitos mentais, dos modos de governo herdeiros de ordens mais antigas, Como o espírito, a ideia é dinâmica; ela atravessa o tecido da história para inventar algo novo; ela perturba",

O direito à ocupação é congénere da cidadania emancipatória que, por sua vez; pressupõe integração sócio-espacial e políticas urbanas inclusivas das camadas mais desfavorecidas, periodização ("musseques") socio-espacial assume várias dimensões com destaque a segregação territorial e o delicado posicionamento do Estado, que se nega reinventar meios administrativos urbanos que busquem solucionar o incalculável dano à cidadania, (exemplo, falta directrizes urbana para tombamento dos espaços públicos, reconhecimento do património arqueológico e urbano de carácter local, directrizes urbanos não concertadas com à população local). Escolhemos o termo "exclusão territorial" com a proposta óbvia de relacioná-la com o conceito de exclusão social, muito mais do que com pobreza ou disparidades sociais. Este conceito - que relaciona a acumulação de deficiências ele várias ordens à vulnerabilidade - tem sido progressivamente utilizado em políticas públicas e pode ser entendido como a negação (ou o desrespeito) dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida, assim como a

participação em redes de instituições sociais e profissionais, (Casiells, 1995; Paugam, 1996),

A exclusão social é vista como uma forma de analisar como e porquê indivíduos e grupos não conseguem ter acesso ou beneficiar-se das possibilidades oferecidas pelas sociedades e economias. A noção de exclusão considera tanto os direitos sociais quanto aspectos materiais, abrangendo portanto não só a falta de acesso a bens e serviços - que significam a satisfação de necessidades básicas - mas também a ausência de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política. (Rodgers, 1995) , (Raquel Rolnik ,2000).

Nesse sentido, Richard Sennet , considera que "existe um amplo ciclo das subjectividades na cultura Ocidental, com ênfase a valores privados, que acabam por incidir no sentido de vida pública, causando ameaças as práticas e os valores intrínsecos de uma cidade cosmopolita", As estruturas urbanas legais Angolanas preenchem certa continuidade colonial, que é aporte do fascismo epidérmico urbano. Por esse viés, considerava Manuel Castells (1979), que o valor de uso da cidade não é senão a aparência antagónica do valor de troca capitalista. Sua função, em última instância, é a reprodução de processo de acumulação capitalista. Como afirma Wacquant: .. Os efeitos da estigmatização territorial também se fazem sentir ao nível das políticas públicas. A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de «não-direito» ou uma «cité fora da lei» e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito - quando não por objectivo - desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado".

Cabe frisar nessa perspectiva da estigmatização, o poder discricionário da polícia ganha contornos imoderados, legitimada por uma possível ordem social abstraiá assegurada por invasões aos direitos fundamentais. (exemplo; "iguais níveis de encarceramento prisional de jovens proveniência dos musseques de Luanda") como se bem argumenta (Boaventura 2003), o direito conservador neoliberal não faz mais do que fixar o quadro em que a sociedade civil baseada no mercado funciona e floresce, cabendo ao Poder judiciário garantir que o Estado de Direito seja amplamente aceite e aplicado com eficácia. Afinal, as necessidades jurídicas e judiciais do modelo de desenvolvimento assente no mercado são bastantes simples: há que baixar os custos das transacções, definir com clareza e defender, os direitos de propriedade, fazer aplicar as

obrigações contratuais, e instituir um quadro jurídico minimalista.

Concluindo , o direito à ocupação, sendo interface dos direitos sociais igualmente exerce uma função de resguardar a cidadania não somente contra os abusos imoderados do poder estatal , mas para propor prestações materiais de piso vital mínimo e os tornar oponíveis ao Estado e as pluralidades de interesses privados. A integração socio-espacial correspondem as vinculações da própria noção da igualdade material no plano das directrizes urbanas, em que a cidadania é entendida de modo difuso e colectivo.

7.3 Governo entrega lotes à Comunicação Social

Jornal de Angola

27 De Julho de 2017

Texto: Victor Pedro

Cerca de 200 lotes de terrenos destinados à construção de moradias foram distribuídos segunda-feira, nos arredores do bairro Bambe, na zona sul da cidade do Sumbe, província do Cuanza - Sul, a quadros de diversos órgãos da Comunicação Social, numa cerimónia assistida pelo governador Brito Teixeira

O espaço vai" contar com serviços sociais básicos, como creche, escola, posto policial, quadra polidesportiva, arruamentos, valas técnicas, energia eléctrica e outros meios que vão facilitar a vida dos futuros moradores.

O administrador municipal do Sumbe, Manuel da Silva, referiu que o objectivo do governo é continuar a responder às preocupações que têm a ver com a falta de habitação que ainda afecta quadros do sector da Comunicação Social e muitos outros cidadãos angolanos, que, graças a vários programas e projectos habitacionais e de construção dirigida estão a ver -o sonho da casa própria a tornar-se realidade.

Manuel da Silva sublinhou que o espaço em causa vai, numa primeira fase, contar com duas mil residências, de tipologias diferenciadas, de acordo com o bolso de cada beneficiário, incluindo quadros de outros sectores, factor que vai também ajudar a desafogar o centro da cidade do Sumbe, que já não possui espaço para a construção de grandes infra-estruturas.

O governador do Cuanza -Sul, Eusébio de Brito Teixeira, após o lançamento da primeira pedra e entrega de forma simbólica de alguns títulos de propriedade, reconheceu o empenho e esforço dos quadros da comunicação social na divulgação das

ações do Governo provincial, que visam melhorar a qualidade de vida da população.

Eusébio de Brito Teixeira acrescentou que a entrega de terrenos aos jornalistas surge igualmente para incentivar mais os quadros da Comunicação Social e não só no sentido de darem o seu melhor para o crescimento e desenvolvimento do país, bem como desafogar o centro da cidade capital e dar outra dinâmica aos novos bairros.

O governador anunciou que a zona em referência vai ganhar uma nova dinâmica, depois da conclusão do desvio da estrada na 100, nos arredores do: referido bairro, o que trará maior circulação de pessoas e bens.

Eusébio de Brito Teixeira aconselhou os mais jovens da classe para aproveitarem esta oportunidade e assim realizarem o sonho da casa própria, oferecendo às suas famílias uma melhor comodidade e lazer.

Recomendou aos membros da Administração Municipal do Sumbe no sentido de acompanharem a construção das referidas casas e apoiarem em termos de transporte, areia, pedra, cisternas de água, meios de produção de blocos e em outras questões.

Beneficiários aplaudem Luís

Catraio, funcionário da Angop, no Sumbe, considerou que o gesto do governo provincial demonstra o reconhecimento do contributo da classe no engrandecimento do país.

Julieta Domingos, funcionária da Rádio Cuanza - Sul, saudou a atitude do governo da província, ao reconhecer o trabalho que os quadros da Comunicação Social têm prestado às populações e ao país. Sugeriu ao Governo que programas do género sejam extensivos a outros sectores e franjas da população, para que, de forma gradual, todos possam beneficiar de uma residência.

7.4 Ocupação à margem dos planos

Novo Jornal

28 De Julho de 2017

Texto: David Filipe

No que diz respeito ao critério de localização das centralidades que vão surgindo um pouco por todo o país, respondeu que não se submetem a nenhuma norma de localização.

"Se existe, esse critério fere os fundamentos da ética, da sustentabilidade e do princípio da precaução.

Muitas centralidades são erguidas em terras aptas para a agricultura ou exploração de inertes", explicou.

"Espero que um dia, não se desalojem pessoas, quando se descobrir que existem recursos estratégicos no subsolo de uma centralidade.

"Muitos conflitos que conhecemos decorrem do défice de diálogo, proximidade ou articulação entre o Estado - o cidadão - e as autoridades tradicionais", explicitou.

Insistiu que qualquer país tem de ter uma política de terras que não reflecta o epistemicídio a que se assistiu durante a administração colonial em espaços ou comunidades rurais definindo o "não civilizado" e por isso, objecto de esbulho e descaracterização.

Para ele, a destruição das terras comunitárias põe em causa, o que está previsto no Artigo na 870 da Constituição de Angola.

Recentemente, a Rede Terra esteve no município da Cela para mediar um conflito de terras entre a administração e comunidades da comuna de Kissanga-Kungu.

Face à situação, a fonte avançou que não foram mediar conflitos, mas como convidados da bancada parlamentar do MPLA para uma visita, inicialmente, de constatação em razão de uma audiência que esse grupo concedeu a algumas autoridades tradicionais por intermédio da Rede Terra.

"O conflito ainda não foi dirimido, mas foram dadas algumas orientações para que se alargasse a discussão ao nível local. As pessoas que perderam as suas culturas não foram indemnizadas", esclareceu.

O que valeu - explicou - "foi o facto de todos se sentarem à mesma mesa para encontrar soluções para o caso, embora, outros tivessem interpretado mal a posição da ONG quando tentou ajudar a mediar o conflito.

Em Kissanga-Kungu constatou-se que a área reclamada pela população é agora uma Reserva Fundiária do Estado.

Para Bernardo Cardoso "toda a ocupação de terras tanto pelo Estado através de um Ministério, Administração ou Governo provincial quanto por outras pessoas, colectivas ou singulares faz-se mediante planos territoriais que ordenam a ocupação e uso de todo espaço territorial".

"Não nos foi' apresentado um plano territorial que constitui aqueles espaços como Reserva Fundiária do Estado, plano urbanístico ou plano equivalente,

como reserva urbana de expansão (na 4 do Artigo 21 da Lei 9/04) nem sequer mostrada uma acta que justificasse a participação das comunidades na elaboração de eventuais planos", argumentou.

Acrescentou que aquelas terras são seculares, a administração colonial deixou o património natural e cultural das comunidades de Kikokoto, Kakike, Kissanga, Ngongua.

"Ninguém está contra as políticas de desenvolvimento local, mas estas não se constroem sacrificando memórias colectivas em clara violação de direitos culturais protegidos na Constituição de Angola", defendeu.

7.5 Os riscos impostos por fenómenos naturais

Novo Jornal
28 De Julho de 2017

Algumas regiões do país enfrentam problemas de estiagem, erosão e inundações. Para tal é necessário trabalhar para os objectivos, sobretudo, na agricultura e pecuária de baixo carbono.

Bernardo Cardoso, presidente da Organização Não-Governamental (ONG) Rede Terra concorda que trabalhar a terra com os olhos no futuro significa sustentabilidade.

"Não sabemos qual é a nossa biocapacidade nem a pegada ecológica na agricultura, na construção, etc", notou.

"Por isso, é importante actuarmos segundo os critérios de sustentabilidade", explicou o responsável da instituição Rede Terra.

A fonte não concorda com a prioridade que se dá à mitigação, para o caso de Angola.

"A adaptação sem mitigação é sempre um risco futuro", conclui Bernardo Cardoso em declarações ao Novo Jornal.

7.6 Política Nacional de terra precisa-se

Novo Jornal
28 De Julho de 2017
Texto: David Filipe

O presidente da Organização Não-governamental, Rede Terra, Bernardo Cardoso, alega que a Lei de Terras, para ser eficaz, tinha de responder aos

objectivos de uma política de terras que o país não tem.

Em declarações ao Novo Jornal, Bernardo Cardoso defendeu que a ocupação da terra faz-se mediante planos territoriais e estes, por sua vez, à luz dos critérios de sustentabilidade decorrentes da qualificação dos solos através do Ordenamento e Planeamento do Território.

"Existem muitos conflitos que esta Lei não consegue resolver. Não temos uma fonte legal de receitas fundiárias do Estado e isso deu lugar à especulação e segregação sócio-espacial", frisou.

Para o especialista, ninguém sabe em toda a extensão do território nacional a área concedida desde 2004, para os diferentes direitos, o quanto o país ganhou com isso e os critérios de sustentabilidade atendidos.

"Muitas pessoas das cidades são ainda dominadas pelo paradigma da civilização colonial que trouxe a dicotomia rural/urbano considerando o rural como espaço desprezível e não civilizado", suportou, salientando, que hoje, novas epistemologias são postas em discussão sobre a emergência de novas ruralidades e que precisam de ser apreendidas.

Na sua apreciação, os conflitos de terras aumentaram significativamente em todo o território nacional, com a queda do preço de petróleo no mercado internacional.

"Os conflitos existirão sempre que os espaços escassearem e a densidade for cada vez maior. O que é importante é saber prevenir e compor esses conflitos, o que não temos sabido fazer", assinalou.

Os desafios de hoje

Os desafios de hoje passam, primeiro pelo ordenamento e planeamento do território, em seguida por uma efectiva divulgação e a publicação de uma estratégia política adaptada às alterações climáticas.

Nesta perspectiva, Bernardo Cardoso defende a aprovação de um orçamento para que o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola possa desencadear o processo de delimitações das terras rurais comunitárias, que desde a colonização não são tituladas.

"É importante a produção do regulamento do domínio útil consuetudinário, regulamentar o cadastro urbano e rural, disciplinar as ocupações injustificadas um pouco por todo o território em que uma só pessoa ou grupo de pessoas, removem os marcos coloniais", anotou.

Lamentou que no país estejam a ser criadas condições que podem vir a minar, tarde ou cedo, a estabilidade social, sem sustentabilidade.

"Estamos a criar as condições de risco e grande vulnerabilidade para as gerações presentes e futuras; sem transparência estamos a criar condições para o furto e a desconfiança generalizada, pondo em causa a credibilização das pessoas ou instituições", insistiu.

No seu ponto de vista, a Constituição de Angola e a legislação fundiária não colocam relações de poder no acesso à terra e não autorizam qualquer espécie de discriminação em razão do sexo, classe, origem ou condição social.

"Nós estamos a vir de uma guerra prolongada e muita gente pensa que governar é mandar e pôr todo o mundo a cumprir. Muitos pensam que o rei ou o soba são seus subordinados, muitos governantes pensam que todo o cidadão é secundário na sua presença", atirou.

Para o presidente da Rede Terra, o poder financeiro de uns não pode pôr em causa os valores de outros.

Quem é proprietário da terra?

A discussão que se coloca, hoje, mesmo em algumas monarquias modernas é que, de alguma forma, é irrelevante saber-se de quem é a propriedade da terra.

Neste sentido, o presidente da Rede Terra é de opinião de que o que é fundamental é questionar-se as formas como se gere a terra.

"A propriedade é produto histórico da escassez. Este país já não é um Estado de matriz marxista-leninista que era dono de tudo. Estamos num Estado de Direito Democrático onde o povo é o verdadeiro soberano que se faz representar, mas ao mesmo tempo, participante da coisa pública", frisou.

Aclarou ainda que o princípio da propriedade originária da terra pelo Estado é constitucional, mas é um destroço ou herança da administração colonial, que tem servido, hoje, como instrumento ou de grupos de interesses para calarem as grandes maiorias, sobretudo, as comunidades rurais não tituladas e em posição ou relações de desigualdade de poder.

"Este princípio não é um certificado para violar direitos de terceiros protegidos por lei ou previstos na Constituição de Angola. Ao Estado, através do poder político, administradores, governadores, ministros e outros cabe gerir o que é de todos, ou seja, são meros gestores ao serviço de todos ou do bem-bom", acrescentou.

Questionado se última Lei de Terras vigente responde de forma eficaz às situações que levaram à sua criação, resumiu que não existem leis perfeitas.

"Toda a lei é atravessada por enormes interesses desde a sua concepção à implementação", referiu.

Defende uma nova política de terras que indique a visão de futuro, que corrija os desequilíbrios de acesso e posse de terras e uma estratégia que resgate a identidade das comunidades rurais.

7.7 Cidadão acusa ex-governador de Luanda tentativa de usurpação

Jornal O Crime

29 De Julho de 2017

Texto: Belchior Resende

No Zango III, a escassos metros da Unidade da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), junto ao canal de água do Kikuxi, encontramos o terreno em disputa. No local, Avelino Caiola aponta um enorme buraco que está a ser engolido por montes de terra vermelha. "Sou eu que faço este trabalho, eu invisto milhares de kwanzas para terraplanar este sítio", disse.

O mesmo acrescenta que tem o terreno desde 2010 e, desde a data que faz limpezas, nunca foi importunado por outra pessoa que pudesse intitular-se como dono do espaço. Porém, há duas semanas, conta, apareceu uma senhora de nome Sandra, esposa de Simão Paulo, ex-governador de Luanda, e disse que era a dona do espaço.

"Perguntei onde estava a documentação que comprova a titularidade do mesmo. Respondeu que os documentos estavam com o esposo, no Zimbábwe, e que os mesmos (documentos) eram antigos, antes do actual responsável do GADHAKI (Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do kikuxi) tomar posse", referiu.

Como se não bastasse, "passados três dias, a senhora Sandra ligou a dizer que o marido já estava em Angola com os documentos. Fui ao seu encontro, para espanto, a assinatura do documento é do actual responsável do GAD HAKI e não do anterior, como disse, o que me levou a suspeitar do caso".

"Conseguí este espaço através dos camponeses que viviam aqui e que eram os legítimos donos desta parcela, estavam bem legalizados. Indemnicei-os e cumprí com todas as obrigações que me eram devidas. Estou bem documentado perante o IPGUL, o IGCA e a Administração, os meus documentos são legais, o Estado não pode estar

equivocado e passar o terreno a duas pessoas distintas", defendeu-se, apontando para um casebre que diz ser de um dos mais velhos que pode comprovar o que diz, por ser um dos antigos camponeses. "Há testemunhas que acompanharam o evoluir deste caso e que a qualquer momento e em qualquer lugar os posso levar para dar testemunho", patenteia.

Segundo Caiola, durante os anos em que está em frente do terreno, teve de se debater com vários invasores, inclusive militares. "As autoridades que aqui existem conhecem-me muito bem, investi muito dinheiro aqui, não vou deixar que alguém, de repente, apareça e tente assambarcar o meu espaço", a VISOU.

No entanto, desde que começou este braço de ferro, Félix Avelino Caiola denuncia que tem recebido chamadas anónimas que atentam contra a sua integridade física.

"O Processo está na justiça"

Contactado por este jornal, por telefone, para o contraditório, respondeu o advogado da suposta esposa do ex-governador, Salvador Camião, que classificou a entrevista do senhor Caiola ao 'O Crime' como difamação.

"Isto é difamação do processo que está em curso no SIC/Viana e que o instrutor já disse que assim que terminar vai mandar para o CADAC", disse, acrescentando que foi fácil ver que o senhor Félix rasurou as assinaturas e que a justiça vai garantir isso.

"O terreno é do senhor Simão Paulo, ele tem todos os documentos, os invasores ocuparam o terreno quando não tinha ninguém. Eu já vi o documento da outra parte e é falso", acusou. Quanto a possíveis chamadas que ameaçam o actual ocupante, o advogado defende que devem ser das pessoas a quem o mesmo vendeu os terrenos.

"Ele vendeu espaços para cerca de cinco pessoas, estas pessoas querem o dinheiro de volta porque sabem que foram burladas. Eu já recebi algumas destas no meu escritório e expliquei o que se estava a passar", concluiu.

7.8 Solisac destrói casas no município de Belas

Jornal O Crime

29 De Julho de 2017

São mais de 70 famílias compostas, principalmente por camponeses, que há mais de 30 anos vivem

naquele espaço conhecido de Sapu II, no Distrito Urbano de Belas, em Luanda. No ano de 2008, começaram a ver as suas casas (a) serem demolidas, quando alguém que se dizia ter autoridade enviou máquinas, dando ordens para destruir todas as casas que aí estavam erguidas, incluindo plantações de cajueiros, mangueiras e mandioqueiras.

O acto de demolições, seguido de expulsão dos camponeses no local, foi verdadeiramente violento, forçados sem observância da lei. Mesmo com as detenções feitas pela Polícia Nacional, muitos destes camponeses não abandonaram a área. Foram, aliás, defendendo a ferro e fogo os seus espaços, tendo sido empurrados para uma área de menor dimensão do mesmo perímetro. Os camponeses, insatisfeitos com a situação de expropriação e expulsão, recorreram naquele período à Administração Municipal de Belas, na pessoa da Administradora Sra. Joanas Quintas, apontando a violação da lei e, como tal, exigiam das autoridades o cumprimento e respeito da lei e ao mesmo tempo forçavam que os usurpadores pautassem por uma justa indemnização das suas terras.

A Administração Municipal, continuamente, depois de analisar a documentação com ponderação e cuidado, autorizou que fosse vedado o espaço como medida a proteger os camponeses. Meses depois, os camponeses foram surpreendidos com uma patrulha da Polícia Nacional e dos militares afectos ao PCU - Posto do Comando Unificado do perímetro de Luanda, destruindo a vedação que, antes, fora autorizado a ser erguida pela Administração de Belas. Inesperadamente, os supostos intrusos começaram a construir no terreno moradias para os seus proveitos, o que obrigou, tal-qualmente, para os camponeses, a reerguerem também as suas casas que a data dos factos confirmam que foram demolidas injustamente.

O dia de Junho de 2017, repetidamente, compareceu no local do litígio a empresa SOLISAC, escoltada por forças policiais da ordem pública e da investigação criminal da Unidade 49º da Sapu e do Talatona, com uma providência cautelar, sem aviso prévio, sem notificar a outra parte e, sem identificação da numeração das residências, passaram a desalojar os seus beneficiários e momentos depois começaram a deitar abaixo as respectivas casas dos infelizes camponeses.

Curiosamente, a empresa SOLISAC, para além de mandar destruir outras 4 residências na ausência dos seus proprietários, a polícia no local deteve os camponeses, chegando alguns deles a passar mais de 5 dias nos calabouços.

Outro do grupo de camponeses desalojados levou uma coça, a ponto de um dos agredidos ser socorrido por companheiros e assistido por um hospital para os cuidados médicos que se impunha no momento.

O processo sobre o conflito entre a SOLISAC e os camponeses está na Sala do Cível Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, sendo que os requerentes são possuidores de uma parcela de terreno de quatro hectares no Bairro Bitá, Sapu II, comuna Vila Estoril, e que desde Janeiro de 2013 vêm sofrendo invasões por parte de terceiros. Como dizia, em Março daquele ano, os invasores munidos de tractores destruíram as plantações agrícolas e retiraram o material de construção nele existente.

Depois de os camponeses terem construído advogados, o Tribunal Provincial de Luanda notificou os requerentes para aperfeiçoarem o seu requerimento inicial, porque apresentava-se confuso, relativamente ao tipo de acção de restituição de posse, ou uma providência cautelar de restituição de posse.

Vieram os requerentes, com um requerimento parcialmente parecido ao primeiro, no tocante aos factos, requerendo que lhes seja restituída a posse do terreno, retirada com esbulho, nos termos do prescrito pelas disposições combinadas dos artigos 1278º, 1281º e 1286º do Código Civil, conjugados com o artigo 103r do Código do Processo Civil.

Citada pelo tribunal, a requerida, ou seja, a SOUSAC, esbateu os seus argumentos ancorada à falta de aperfeiçoamento do requerimento inicial dos requerentes, aliada ao facto de os requerentes não terem a sua posse titulada, ao contrário desta. Afirma serem os requerentes quem praticaram actos de vandalismo ao desalojarem os habitantes das moradias precárias, que vivem no prédio rústico da requerida e vêm demolidas o muro de vedação, tentando posteriormente fazerem-se passar por vítimas diante do tribunal.

O seu requerimento é impreciso e não se consegue vislumbrar nele que tipo de acção os mesmos intentaram, razão pela qual pede a requerida que seja julgada totalmente improcedente a presente acção, por não provada e, em consequência, seja a requerida absolvida do pedido. E, caso não seja este o entendimento do tribunal, que seja o requerimento inicial indeferido liminarmente, como solicitado em questão prévia, afirmaram.

Passados dois anos consecutivos, a SOUSAC remeteu ao tribunal uma acção de providência cautelar que, num tempo veloz de menos de 29 dias, teve a decisão da juíza da 4.ª Secção para desalojar e

demolição de residências de camponeses da Sapú, sem nomear ou classificar que as casas devem ser demolidas. Está de parabéns o Tribunal Provincial de Luanda, se for acontecimento, de ter enunciada uma sentença em tempo benéfico, que é sobejamente mínimo no nosso sistema de justiça.

Isto não significa que a decisão tenha deixado de ser recorrível, pois que advogados ligados à associação Mãos Livres remeteram recurso ao tribunal seguido de solicitação de esclarecimento do acórdão, por apresentar paradoxos e ou omissões. Com efeito, a sentença ao omitir a numeração, ou seja, a não identificação das casas por demolir, ou seja, por ser genérica, indicando apenas como superfície Sapu, deixou em mim algumas dúvidas, também a própria equipa de advogados que defendem os camponeses.

Como se sabe, o bairro Sapu, em Luanda, é extremamente extenso que se encontra fraccionado em Sapu I e Sapu II. A sentença devia ser clara, consistindo em transpareça que proferida uma sentença, por regra, o juiz pode não dar o dito por não dito, pois que o tribunal tem a função de decidir mediante uma tramitação com base legal e proferida uma decisão correcta.

Ainda assim, me pergunto: afinal de contas, qual das "Sapu" vem enunciada na sentença condenatória para ser executada com as demolições das residências que a SOUSAC comanda acompanhada de forças policiais? Por que na sentença não constar os números e quantidades das casas a serem demolidas? Será que os órgãos judiciais (tribunal e polícia) não se darão ao trabalho de, no mínimo, fazerem um inquérito para se saber da fidelidade da sentença e correcção de possíveis erros que suponho haver dela, cuja SOUSAC, carrega debaixo nos seus ombros, como documento probatório e credível, para desalojar e demolir residência?

O país acostumou a nos dar exemplos de corrupção que provaram que, em algumas vezes, as instituições e personalidades são enganadas por indivíduos desregrados. Eu, particularmente, não estou a pôr em dúvida o tribunal nem a quem quer que seja, mas o meu receio vai, fundamentalmente, na decisão que viola um direito fundamental. Se num ápice de tempo, a SOUSAC conseguiu em menos de 30 dias a decisão judicial, me parece também que a juíza podia ouvir a outra parte ou no mínimo serem notificadas da decisão.

Todas as pessoas procuram e têm sede da justiça. Suas exigências ou demandas deveriam encontrar respostas em tempo útil e de forma satisfatória, como a sentença que a SOUSAC traz e, com ela, faz as demolições de residências e prisão aos camponeses.

Outro particular é do Ministério Público não ter sido notificado devido aos incertos e as pessoas tidas como mortas, não foram anexados os seus boletins ou certidões de óbitos. Porém, continuo a dizer que as instituições jurisdicionais angolanas são excessivamente lentas, burocráticas e muitas vezes discriminatórias, relevando que o acesso à justiça encontra mais obstáculo nas próprias instituições vocacionadas a assegurar a jurisdição da justiça. Logo, a minhas dúvidas desta providência cautelar que me parece conter alguns erros e ou omissões. Pois, alegra-me por outro lado saber que, num prazo de apenas 29 dias, o tribunal tenha decidido sobre uma providência cautelar. Mais uma razão para dizer que os tempos estão a mudar nos nossos tribunais.

A Administração Municipal do Talatona, reagindo sobre o caso em questão, na pessoa da entidade máxima daquele território de jurisdição, Sra. Manuela Maria da Conceição Bizerra, no âmbito de solidariedade institucional, num ofício nº 465/Gab. AMT-2017 dirigido ao Tribunal Provincial de Luanda, com conhecimento do Governo Provincial de Luanda, pede a suspensão da execução da providência cautelar.

Aquela dirigente lamenta a forma como os camponeses estão a ser desalojados, tendo tecida as seguintes considerações:

“... tomamos conhecimento que está ser levado a cabo demolições e despejos de populares no Município do Talatona, Distrito Urbano da Cidade Universitária, no Bairro da Sapu II, por força de uma decisão judicial proferida por este magno tribunal. É nosso entendimento que as providências cautelares visam, efectivamente, acautelar o efeito útil da acção ou, execução de que dependam, ou seja, são expedientes jurídicos de tutela provisória com o escopo de garantir o efeito útil da acção principal. Mas adiante, cita o documento: ... neste contexto, não nos parece que a providência cautelar produz os efeitos de execução por ser executado nos termos em que está sê-lo...”.

Auxilia-se aquela administradora a moratória de 180 dias que se reconheça acordar entre as partes em conflito, para se encontrar uma saída saudável, sobretudo para as populações a supor que sejam realojadas em melhores condições, deixando de estar as famílias ao relento como se encontra neste tempo de humidade.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Água apropriada para beber aumentar 12%

Jornal O PAÍS

1 De Julho de 2017

Texto: Maria Teixeira

Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou ontem, 30 e Julho, em Luanda, o Lançamento do Relatório Final do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016 (IIMS 2015-2016).

O acto decorreu nas instalações INE com o objectivo principal de fornecer estimativas actualizadas sobre indicadores demográficos e de saúde básicos. Mais especificamente, recolher dados a nível nacional, urbano e rural que permitam calcular os indicadores demográficos principais, particularmente as taxas de fecundidade e de mortalidade materna.

O inquérito revela que cerca de metade dos agregados familiares em áreas urbanas (51%) possui água dentro de casa ou no quintal. Nos agregados familiares sem acesso à água para beber dentro de casa ou no quintal, verifica-se que 19% dos mesmos em áreas urbanas e 43% dos agregados em áreas rurais demoram 30 minutos ou mais para obter água para beber.

Margarida Lourenço do Instituto Nacional de Estatística (INE) que fez a apresentação dos principais resultados do inquérito, explicou que as fontes de abastecimento de água para beber não garantem o consumo de água apropriada para beber, pelo que urge a necessidade do tratamento da água. Ao nível nacional, observa-se que 67% dos agregados familiares não tratam a água, 52% dos quais nas áreas urbanas e 91% nas áreas rurais.

Além disso, a disponibilidade da água é maior nas áreas rurais. Entre os agregados familiares que recorrem a água canalizada, água de poço protegido e água de furo com bomba, apenas 32% nas áreas rurais não tiveram água disponível, pelo menos um dia, em comparação com 56% nas áreas urbanas.

Nas áreas urbanas, 22% dos agregados familiares têm água canalizada dentro de casa ou dentro do quintal (fontes de água apropriada) e 21% obtêm água para beber de um camião-cisterna, carroça com tanque pequeno ou de moto de três rodas (fontes de água não apropriada).

Por outro lado, 39% dos agregados familiares em áreas rurais obtêm água para beber de um lago, lagoa, riacho ou canal de irrigação, que são fontes de água não apropriada.

Margarida Lourenço (INE), durante a sua explanação, disse que as fontes de água apropriada correspondem a água canalizada, chafariz público, furo com bomba, poço protegido, nascente protegida, água da chuva e água engarrafada, já as fontes de água não apropriada corresponde ao poço não protegido, nascente não protegida, camião cisterna, carroça com tanque pequeno, moto de 3 rodas, lago, lagoa, riacho, canal e canal de irrigação.

O ministro da Saúde, Luís Gomes Sambo, que falava durante a abertura do IIMS 2015-2016, explicou que o inquérito representa uma realização sem precedentes no nosso país no processo de produção dos dados estatísticos e indicadores relacionados com o estado de saúde da população assim como das suas determinantes e tendências.

"Este inquérito revela informações estatísticas e indicadores que nos permitem analisar os progressos alcançados na execução do Plano Nacional de Desenvolvimento de Saúde 2013-2017. Estes resultados deverão igualmente servir para planificar o desenvolvimento seguro do sector", deduziu.

A representante Adjunta do UNICEF em Angola, Patrícia de Sousa, sustentou que os resultados deste inquérito demonstram claramente os avanços em alguns dos principais indicadores sociais, mas ao mesmo tempo indicam algumas áreas que devem merecer atenção de todos.

Reiterou o desejo do UNICEF continuar a trabalhar em estreita colaboração com o INE, o Governo de Angola, as agências das Nações Unidas e demais parceiros, assim como as próprias comunidades para gerar evidências e análise de dados de boa qualidade.

Participaram no acto deputados, jornalistas, estudantes universitários e respectivos directores, sociedade civil, responsáveis dos serviços provinciais e profissionais do INE.

8.2 Moradias do Cazenga com água potável

Jornal de Angola

02 De Julho de 2017

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) inaugurou na sexta-feira, no município do Cazenga, 23.075 novas ligações domiciliárias de água potável, que vão beneficiar 138.450 habitantes.

Na cerimónia, o presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonídio Ceita, assegurou que 19.882 ligações domiciliárias no distrito urbano do Tala Hadi já recebem água potável.

O gestor da EPAL lembrou que o trabalho desenvolvido no município do Cazenga está inserido no projecto para a execução de 700 mil ligações domiciliárias na província de Luanda.

Leonídio Ceitas exortou os novos clientes a pagarem o consumo da água, porque "nem sempre a empresa vai viver de subsídios". "É necessário que as pessoas paguem para que a EPAL possa contribuir para o Orçamento Geral do Estado e também ajudar a criar novas redes", sublinhou.

A EPAL, adiantou o responsável, trabalha "em várias frentes", uma das quais é o município de Icolo e Bengo, onde está a ser colocada uma conduta entre o Bom Jesus e Maria Teresa, que vai levar água à população que vive no Quilómetro 30 e Caquenge.

O Centro de Distribuição de Água do Cazenga recebeu obras de ampliação e modernização, estando agora com capacidade aumentada para levar água potável aos novos bairros de um dos municípios populosos da capital.

8.3 Ministro João Baptista Borges testemunha primeiro testes

Jornal de Angola

3 De Julho de 2017

Texto: Bernardo Capita

Os habitantes da vila de Belize e dos bairros periféricos passam doravante a dispor de uma nova estação de captação, tratamento e distribuição de água potável, com a capacidade de produção de 170 metros cúbicos do precioso líquido por hora.

A nova ETA de Belize, primeiro empreendimento do género na província, vai abastecer, numa primeira fase, cerca de 450 residências situadas a nove quilómetros da margem direita do rio "Ndolo",

principal fonte hidrográfica de captação de água e num perímetro montanhoso de 60 metros de altitude para permitir o curso fluído da água por gravidade até às residências e nos sete chafarizes instalados naquelas áreas, onde ainda não há condições para fazer ligações domiciliárias.

Ao sistema de captação tratamento e distribuição de água, está, igualmente, acoplado um imponente reservatório, com a capacidade de 500 metros cúbicos de água, construído em betão armado. O responsável das obras de construção da nova ETA de Belize, o espanhol José Maria, disse ao Jornal de Angola que o empreendimento tem um período de vida de aproximadamente 21 anos, tem uma tecnologia das mais simples, moderna e duradoira, actualmente usada em vários países, quer na Europa quer em África, cujos equipamentos são movidos sem a dependência de energia eléctrica e tem capacidade suficiente para abastecer mais consumidores de acordo com o crescimento de demográfico do município. Os primeiros ensaios para testar o funcionamento da ETA de Belize, que culminaram num sucesso e com aplausos à mistura da população que afluíu à sede da administração local para assistir, pela primeira vez, o jorrar de água numa torneira fornecida por via de um sistema canalizado, foram testemunhados igualmente pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e pela governadora da província de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo.

O ministro João Baptista Borges disse, na ocasião, que a água potável que a população de Belize passa a consumir se deve ao empenho do governo provincial, assim como do Executivo. "O que hoje ali existe, é resultado do esforço e dos programas que o Executivo tem direccionado para Cabinda na perspectiva de melhorar a qualidade de vida da sua população", acrescentou João Baptista.

Electrificação

O titular da pasta da Energia e Águas, que se fez acompanhar na visita ao município mais a norte do país por altos funcionários do seu pelouro e de outros responsáveis de empresas tuteladas, disse que em Belize está igualmente em curso um outro "grande projecto", o da sua electrificação, estando neste momento concluídos os trabalhos de construção de toda a rede de distribuição de energia, incluindo a montagem dos postos de transformação (PT) e as devidas ligações.

Acto continuo, vai ser nos próximos dias, de acordo com as garantias do ministro João Baptista Borges, instalada em Belize uma nova central de geração de energia que vai passar a utilizar também energia solar.

"Nós temos agora como tarefa, que vai ser realizada nos próximos dias, a montagem no Belize da nova central de geração de energia. Será uma central que vai também utilizar energia solar", disse o ministro, para quem, até Agosto próximo, a mesma vai ter necessariamente de entrar em funcionamento para permitir a injeção da carga eléctrica em toda a rede de distribuição já construída, para fornecer energia eléctrica em pelo menos 400 moradias já com ligações domiciliárias. Essa cifra, disse, vai poder aumentar paulatinamente à medida que forem feitas as ligações domiciliárias pela Empresa Nacional de Destruição Eléctrica (ENDE), para que toda a sede municipal e arredores possam ter energia vinte e quatro horas ao dia.

De projectos não é tudo para Belize. O ministro João Baptista Borges anunciou também que, a médio prazo, a par da nova central de geração de energia a ser construída em breve em Belize, o município vai beneficiar ainda da energia produzida a partir da central térmica de Malembo, que tem capacidade de produção de 95 megawatts, para reforçar os níveis de transporte e de produção de energia eléctrica daquela localidade.

A concretização desse projecto está a depender dos trabalhos já em fase de conclusão' construção de rede de alta tensão e da subestação eléctrica na comuna de Dinge que vai ter como função receber a energia proveniente da central térmica de Malembo, transforma -la até 90 quilowatts para alimentar quer a sede comunal do Dinge, quer os municípios de Bucou-Zau e de Belize.

8.4 EPAL está interessada na experiência israelita

Jornal de Angola

5 De Julho de 2017

Texto: Victorino Joaquim

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) vai receber experiência da empresa israelita Hagihon, que utiliza tecnologia moderna na gestão de água, para melhorar o sistema de tratamento e distribuição do líquido à província de Luanda.

A informação foi avançada ontem, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração da empresa pública, quando falava à comunicação social à margem de um seminário sobre tecnologia de água e controlo ambiental, organizado pela EPAL e pela Embaixada de Israel em Angola.

O seminário foi realizado com o objectivo de promover em Angola a Feira Internacional de

Tecnologia e Gestão de Águas, que vai decorrer, de 12 a 14 de Setembro, em Israel, estando a presença angolana garantida.

O gestor da EPAL disse estar a empresa interessada em colher a experiência da Hagihon, por Israel ter feito um grande investimento no domínio da produção de água potável e na gestão de águas residuais.

A experiência israelita no domínio das tecnologias e gestão de águas residuais e na dessalinização da água salgada têm merecido acesos debates entre a direcção da EPAL e especialistas israelitas, disse ontem Leonídio Ceita, que confirmou haver empresas israelitas que já trabalham com a EPAL na materialização de vários projectos.

A pretensão da EPAL está voltada para a necessidade de haver uma cooperação mais alargada, por via da qual Angola passaria a receber especialistas e académicos para trabalharem na futura Academia de Africana de Águas, em construção no município de Viana.

No rol de experiências de Israel, sobressai o processo de reparação de fuga nas tubagens subterrâneas, sem necessidade de escavação, sendo um trabalho que despertou o interesse da direcção da EPAL, por ser "uma técnica muito moderna", reconheceu Leonídio Ceita.

A EPAL começa a produzir brevemente "um volume de água a dobrar", disse ontem o presidente do Conselho de Administração, tendo renovado a promessa feita nos últimos meses.

A capacidade actual da EPAL, que é de 350 milhões de litros de água por dia, vai aumentar brevemente para cerca de 800. A intenção da empresa pública de distribuição de água é aumentar, até 2021, a produção para cerca de dois milhões de metros cúbicos de água potável.

o aumento da capacidade de produção é resultante do trabalho de reabilitação, já executado na totalidade nos centros de distribuição da Maianga, Marçal, Kifangondo e Cazenga.

Actualmente, garantiu Leonídio Ceita, todos os centros de distribuição de água potável estão a funcionar dentro da sua capacidade máxima. Foi ampliada a capacidade dos reservatórios, o que não acontecia há mais de 40 anos, sublinhou o gestor da Empresa Pública de Águas de Luanda.

A nova estação de tratamento e distribuição do Candelabro vai aumentar a sua capacidade de 120 mil

metros cúbicos para 210, quando terminarem as obras de reabilitação e ampliação.

Sobre a estação Luanda Sudoeste, também em reabilitação, a infra-estrutura vai passar a produzir 259 mil metros cúbicos de água contra os actuais 216, sendo a mesma perspectiva para as estações de Calumbo e do Kilamba.

Trajectória de Israel

O embaixador de Israel, Oren Rozenblat, disse à comunicação social que, durante mais de três mil anos, o seu país teve problemas de falta de água, ultrapassados através do desenvolvimento de tecnologia para água.

Israel dispõe de água suficiente para o abastecimento regular à população e, por ter tecnologias e gestão de água modernas, pode ajudar outros países, entre os quais Angola.

Quando abordava o tema relativo à tecnologia de água e controlo ambiental, Zohar Ynon, director-geral da Hagihon, disse que, para um melhor abastecimento de água à população, a empresa utiliza tecnologias modernas para a transformação da água do mar e das residuais em água potável, no âmbito de um sistema que conta com o apoio de sensores colocados em reservatórios.

Com esse sistema, as moradias das cidades israelitas e os campos agrícolas recebem o fornecimento de água ininterruptamente, informou Zohar Ynon.

8.5 Israel apresenta proposta de cooperação no sector de água

Jornal O PAÍS

5 De Julho de 2017

Texto: Maria Teixeira

A embaixada de Israel em Angola, em parceria com a Empresa Pública e Águas de Luanda (EPAL) realizaram ontem, 4 de Julho, nas instalações da EPAL, em Talatona, um Workshop sobre a Conferência Internacional de Águas, "WA-TEC 2017", com o tema Tecnologia da Água e Controlo de Ambiente.

O encontro teve como objectivo promover a exposição internacional de águas, a realizar-se em Israel entre os dias 12 e 14 de Setembro deste ano, bem como apresentar à EPAL uma proposta de cooperação neste domínio.

Durante a sua intervenção, o embaixador de Israel acreditado em Angola, Oren Rozenblat, informou

que a conferência internacional, a decorrer em Setembro próximo, tratará de dois temas num só evento "Água e Tecnologia".

Contou ainda que o seu país, durante muito tempo, teve problemas de falta de água. Porém, "hoje resolvemos este problema com o desenvolvimento de alta tecnologia. Apesar de termos mais cidadãos e mais necessidades, temos água suficiente para todos. Muitos países do mundo, incluindo Angola, têm problemas na área da água", afirmou o diplomata.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonildo Ceita, disse que Watec Israel 2017 afigura-se como um evento multinacional e inter-sectorial que apresenta o desenvolvimento do sector das águas com base em tecnologias, sendo propício à troca de ideias.

"Tivemos a oportunidade de termos na nossa sala representantes de todas as empresas do país para interagirmos com o especialista que também é o CEO da empresa de águas de Jerusalém, uma pessoa com bastante experiência que nos trouxe uma grande valia, porque fez a apresentação de novas tecnologias", disse.

O responsável explicou que a parte que mais lhe chamou a atenção foi a da tecnologia de reparação de furos na tubagem sem escavações, sendo que em Angola se utiliza uma semelhante, mas que exige pequenas escavações e são raquetes que são utilizadas para perfurar debaixo da terra.

"Tivemos a oportunidade de saber o que é feito em Israel, no que diz respeito ao tratamento de água potável e residual. Chamou-nos a atenção pelo facto de Israel também no passado ter investido muito na água potável, mas que depois teve que fazer o inverso, acelerar a questão das residuais que se tornam, com o andar do tempo, um dos piores males das sociedades", disse.

8.6 Habitantes do Cuchi com mais água e luz

Jornal de Angola

6 De Julho de 2017

Pelo menos, 9.783 habitantes da sede do município do Cuchi, na província do Cuando Cubango, estão a beneficiar, nos últimos anos, de abastecimento regular de água potável, fruto do funcionamento razoável da central de captação e distribuição do produto.

O director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) da Administração do Cuchi, Júlio

Fernando Samba, disse que a sede municipal conta com sete chafarizes e 15 furos de água em algumas localidades da municipalidade que ajudam no fornecimento razoável.

Júlio Samba precisou que actualmente são igualmente controlados pequenos sistemas de captação e distribuição de água nas três comunas do Cutato, Vissati e Tchinguandja, mas que se encontram inoperantes.

Já no domínio da energia, o responsável fez saber que a administração realizou várias acções de aquisição, manutenção e reparação de geradores que permitem a iluminação pública e domiciliar na sede municipal e nas três comunas.

Desta forma, Júlio Fernando Samba avançou que o Cuchi conta com 17 geradores instalados, dos quais 11 em pleno funcionamento, sendo cinco para a iluminação pública e domiciliar e os restantes para o asseguramento das instituições da administração pública.

A rede eléctrica no município do Cuchi, que conta com uma população estimada em 42.974 habitantes, de acordo com os dados do último Censo Populacional (2014), abrange apenas 25 por cento desta densidade populacional, acrescentou o director do GEPE.

8.7 Academia de Águas em Luanda

Jornal Economia e Finanças
07 De Julho de 2017

Uma academia denominada Academia Africana de Águas está a ser edificada, no Kikuxi, município de Via na, numa iniciativa da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), informou o seu presidente do Conselho de Administração, Lionídio Ceita.

Ao falar no Workshop com o tema "Tecnologia de água e controle ambiental, promovido pela Embaixada de Israel em Angola, em parceria com a sua instituição, sublinhou que com este empreendimento vai se ter a possibilidade de serem formados não só quadros angolanos, mas também haverá intercâmbio de formação com outros centros que existem a nível de África e na Europa.

Informou que as obras já tiveram início e vão durar 12 meses e, no próximo ano, arrancam as actividades. Acrescentou que todas questões inerentes a empreitada já foram tratadas e, neste momento, faz-se a selecção dos quadros angolanos que vão fazer estágio fora do país por um ano.

Explicou igualmente que a par desta academia, também está em construção o Laboratório Central de Água.

Entretanto, cerca de 800 milhões de litros de água vão ser produzidos, em breve, na capital do país, ou seja o dobro do que acontece actualmente (cerca de 350), o que é considerado um aumento substancial.

O responsável explicou que em 2020 e 2021, vai passar a ter-se quase dois milhões de metros cúbicos de água, um valor bastante grande e que já merece, a partir deste momento, uma maior atenção no que diz respeito as águas residuais.

O encontro tem como objectivo promover a exposição internacional de Águas, que terá lugar de 12 a 14 de Setembro, em Israel.

8.8 Mais Água potável para toda a província

Jornal de Angola
07 De Julho de 2017
Texto: Estanislau Costa

O acesso fácil e cada vez mais abrangente à água potável, por parte dos habitantes das zonas urbanas, rurais e recônditas da província constitui a razão de ser de vários projectos, com efeitos positivos na redução de doenças de origem hídrica e o encurtar de distâncias para a obtenção do líquido da vida. Entre as acções notáveis, figuram o Programa Água para Todos, de iniciativa presidencial, Programa de Investimentos Públicos e o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, tendo beneficiado à volta de 62 por cento da população.

Os dados disponíveis atestam que existiam até 2002 na Huila, apenas 250 fontenários. A execução com êxito dos programas já referidos, resultaram na construção de mais de 2.295 pontos de água equipados, com bombas manuais e eléctricas, reservatórios modernos que asseguram maior durabilidade do armazenamento da água.

De realçar que no quadro do mesmo programa, o governo local construiu 145 pontos de água de 2012 a 2017, que beneficiam 200 mil pessoas. As zonas ciclicamente afetadas por estiagens, nomeadamente o município dos Gambos, 136 pontos de abastecimento de água para a população e bebedouros de animais.

O Município do Lubango, por possuir o maior número de habitantes (776.249), tem absorvido a

maior fasquia de investimentos, reforçados com várias linhas de financiamentos internacionais, no quadro da cooperação do Governo angolano com vários países.

O Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Aguas (PDISA-I) é a nova empreitada a decorrer até Junho do próximo ano, com previsão de beneficiar 20 mil moradias das zonas suburbanas da cidade do Lubango. A Acção visa fazer com que a água potável jorre nas torneiras e se melhore o saneamento básico.

Financiado pelo Banco Mundial (BM), com um montante de estimado em 2.1 mil milhões de kwanzas, o programa prevê atingir os bairros Patrice Lumumba Comandante DackDoy, Nzaji, Cow-boy, Luta Continua, Benfica e alguns sectores da Mapunda, Ferrovia e Agostinho Neto.

As obras estão a cargo da empreiteira Elecnor, integrada por técnicos nacionais e expatriados que garantiu respeitar os prazos de execução, que visa ampliar a capacidade de distribuição e fornecimento de água potável. As moradias a beneficiarem já foram cadastradas.

O PDISA- I, lê-se no projecto, vai instalar em três anos, 140 quilómetros de condutas de distribuição com diâmetros de 63 a 400 mm. Os consumidores dos dez bairros prescritos vão brevemente deixar de se preocupar com o abastecimento de água potável, percorrer longas distâncias para adquirirem o produto.

A execução do programa previu a reposição das infra-estruturas públicas a serem danificadas, com realce para os passeios, lancis, tapete asfáltico das avenidas abrangidas para inverter o quadro criado de certos pontos da urbe, que estão as estradas degradadas face às obras anteriores.

8.9 Água e a qualidade de vida

Jornal de Angola

8 De Julho de 2017

A qualidade da água produzida para os mais variados fins, com maior particularidade à ligada ao consumo das famílias, deve ser de preocupação permanente da empresa fornecedora e de toda a sociedade. Numa altura em que residem em Luanda cerca seis milhões de habitantes, com necessidades de consumo de água que rondam milhares de milhões de metros cúbicos, não há dúvidas de que se trata de uma situação desafiadora. Além da complexidade e dificuldade na produção, subsistem numerosos desafios para que a qualidade de água que parte das instalações da

empresa fornecedora chegue até ao consumidor final com a mesma qualidade.

Numa altura em que vale a pena avaliar aquela e outras situações, teve ontem lugar, em Luanda, um seminário sobre a qualidade da água em Angola, promovido pela Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL).

Tratou -se de um evento que contribui sobremaneira para a identificação dos principais desafios que envolvem o trabalho da EPAL com incidência no fornecimento de água potável para as famílias e empresas. Estas últimas, sobretudo as que dependem em cerca de 80 a 90 por cento de água para a produção, num momento em que os angolanos lutam para dinamizar a diversificação da economia, precisam muito de ter a EPAL como aliada.

Em Luanda, a cidade capital, as ligações domiciliarens cresceram muito, realidade que permitiu encurtar o acesso das famílias à água, embora nem sempre em condições completamente desejáveis.

Há um grande esforço da parte da EPAL no sentido de produzir e fornecer água com a qualidade em conformidade com os padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde. É verdade que grande parte destes esforços por parte da EPAL devem ser complementados com boas práticas dos fornecedores e consumidores.

Como algumas vezes comprovado, os estrangulamentos que subvertem a qualidade da água chegada aos consumidores resultam também de violações, garimpo e outras práticas que atentam contra o serviço público prestado pela EPAL.

As sucessivas violações das condutas de água constituem graves atentados ao fornecimento normal e em condições normais que garantam a qualidade do líquido precioso. E, para inverter esta tendência criminosa em determinadas localidades, dentro do itinerário de algumas condutas, todos devem colaborar com as autoridades.

A colaboração e a ajuda para que tenhamos um serviço cada vez melhorado passam também' além do pagamento regular das contas do consumo de água, pelo consumo racional e pelo controlo dos desperdícios. Independentemente da aparente disponibilidade vantajada de água, fruto das bacias hidrográficas espalhadas pelo país e em particular à volta da cidade capital, não pode continuar a ser normal assistir - se a jorros de água das condutas pelas ruas por largas horas ou dias. Precisamos de mudar de paradigma, porque, com o consumo

racional e devidamente controlado de água, mais quantidade teremos disponível e não o contrário.

Em muitas circunscções de Luanda, que passaram a contar com as ligações domiciliare, não raras vezes, ocorrem situações de aparente descontrolo por via das quais as torneiras são deixadas abertas.

Fazemos todos uma ideia básica das condições em que circulam milhares de metros cúbicos de água que, comparativamente a outras épocas, melhoraram significativamente em quantidade e qualidade.

Em todo o caso, vale a pena o repto lançado pela EPAL com a realização do seminário sobre a qualidade de água em Angola, um pressuposto importante para aumentar a qualidade de vida da população.

8.10 Novo Sistema em Construção

Jornal de Angola

10 De Julho de 2017

Texto: Arão Martins

Um novo sistema de abastecimento de água à população rural e de apoio ao abeberamento do gado bovino está a ser construído, desde ontem, na localidade de Cahila, na comuna da Chibemba, com a colocação da primeira pedra pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge.

Orçado em 318.035.020,00 de kwanzas, o referido projecto é financiado com fundos do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Governo Provincial da Huíla e as obras para a sua construção decorrem durante um ano.

O director provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa, informou que o projecto prevê beneficiar cinco mil pessoas de diversos bairros do interior do município dos Gambos. Para funcionar, a infra-estrutura vai contar com os préstimos de 30 pessoas.

Abel João da Costa esclareceu que vão ser criados três furos de água de 31 metros cúbicos, um tanque de recepção com 60 metros cúbicos, reservatório de 10 metros cúbicos, assim vai ser instalada uma passagem hidráulica.

O sistema de distribuição e captação de água vai funcionar por meio de sistema solar, para evitar os problemas com o gasto de combustíveis' filtros, óleo e sua manutenção. "É um projecto estudado para o meio rural.

Na comuna da Chibemba, nos Gambos, a 150 quilómetros a sul da cidade do Lubango, está a ser

construída uma escola, lavandaria, reservatórios intermédio e final e a instalação de sete bebedouros e bicas, no âmbito do mesmo projecto.

Abel João da Costa referiu que o projecto vem ajudar igualmente a população que pratica também a transumância, fazendo uma distância de 30 quilómetros, numa zona em que o gado tem bons pastos, mas não tem água. "Aqui, o animal é obrigado a beber água no intervalo de três dias e o que se pretende é inverter o quadro imediatamente."

Abel João da Costa explicou que o projecto vai estar numa distância de 13 quilómetros, permitindo que sejam erguidos alguns tanques ao longo do percurso, sete fontenários e bebedouros para o gado. Na segunda fase, o projecto é estendido para mais 30 quilómetros, no sentido de evitar que o gado, em número considerável, se concentre num só sítio, porque quando isso ocorre danifica - se também o pasto."

Novas acções Abel João da Costa anunciou que o governo, logo de seguida, vai realizar outros programas de extensão de novos serviços sociais nestas zonas, sobretudo escolas, para as crianças que acompanham geralmente o gado, e um centro médico.

A colocação de serviços que auxiliem o melhor tratamento do gado vai fazer os animais, em pouco tempo, terem maior robustez e permitem fazer bons negócios.

O director explicou que tem se notado que o gado fica confinado nas fazendas, entre três e quatro anos, depois tem 500 quilos. Por norma, os animais dos criadores tradicionais' para ter 300 quilogramas, precisam de viver quase dez anos, originando uma carne difícil de digerir.

O governador João Marcelino Typinge disse que as infra-estruturas de água, criadas no município dos Gambos, estão alinhadas em função dos programas gizados pelo Executivo.

Explicou que os governos central e o provincial da Huíla dispõem de um projecto de aproveitamento de água, a partir do rio Caculuar.

Indicou que, no município dos Gambos, iniciou - se já a construção de uma bacia hidrográfica, para acudir as populações desta região, que têm sido afectadas pela seca, projecto que deve igualmente estendido à localidade de Nonkombo.

O que se pretende é que, com o aproveitamento da água à volta dessas barragens, se possa praticar a agricultura, com destaque para o cultivo do milho,

durante todo o ano, e de hortaliças", disse o governador.

Governo vai realizar outros programas de extensão de novos serviços sociais nestas zonas, sobretudo escolas, para as crianças que acompanham geralmente o gado, possam estudar, e um centro médico. Por isso, João Marcelino Tyipinge apelou os municípios para que cuidem dos empreendimentos colocados à sua disposição, denunciando aqueles que procuram destruir esses equipamentos sociais.

Nos últimos tempos, as autoridades governamentais têm reforçado a estratégia de expansão dos serviços sociais básicos à população, com intervenções de realce para os sectores da Energia e Água, Saúde e Educação, bem como na melhoria das vias de circulação.

Fruto da execução destes programas, a população vê encurtada as distâncias no acesso aos bens e serviços essenciais, o que contribui para a diminuição dos problemas locais mais candentes. Por isso, o governador assegurou que novos serviços vão ser instalados em breve.

8.11 Tarifas e custos de energia e de água estão em análise

Jornal de Angola

12 De Julho de 2017

As tarifas, os custos e os procedimentos de atribuição de subvenções no sector de energia e águas levaram, na última semana, o Conselho directivo do Instituto de Preços e Concorrência (IPREC) a reunir com o Instituto Regulador do Sector da Energia e Águas (IRSEA) e demais parceiros deste sector.

A reunião, que teve lugar na sede do IPREC, pautou pela concretização da meta macro económica sobre a optimização dos subsídios aos preços. O encontro teve como base a observação das tarifas vigentes às condições das populações mais desfavorecidas, os custos do sector e os índices de benchmarking (avaliação comparativa) da região da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral). Além disso, foram partilhados os tópicos relevantes do sector que seriam apreciados pelo Conselho Nacional de Preços (C n.

Relativamente às tarifas da água canalizada e da energia eléctrica, foi debatida e realçada a necessidade de actualização e o seu papel na optimização dos subsídios, respeitando o equilíbrio necessário entre o aumento gradativo da tarifa e a redução

correspondente dos custos, com vista a atingir os níveis da SADC.

No que respeita aos procedimentos de atribuição de subvenções ao preço das empresas operadoras, foi realçado o respeito pela legislação vigente, nomeadamente, a Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado n.º 15/10, de 14 de Julho, o Código Fiscal Angolano, o Decreto n.º 39/09, de 17 de Agosto, e o Decreto 77/16.

Neste sentido, foi abordada a necessidade do estabelecimento de tarifas compatíveis ao nível social e económico dos consumidores, ao mesmo tempo que se garantem as condições de identificação e rastreamento dos beneficiários e se delineiam estratégias para a atribuição de subsídios directos.

A reunião terminou com a análise da proporcionalidade de preços internos e uma abordagem às principais propostas de tarifas e preços dos bens e serviços, em regime de preços fixados e vigiados, recomendadas para a apreciação do Conselho Nacional de Preços.

No encontro estiveram presentes as empresas operadoras PRODEL (Empresa Publica de Produção de Electricidade), RNT (Rede Nacional de Transporte de Electricidade), ENDE (Empresa Nacional de Distribuição de Energia) e EPAL (Empresa Provincial de Aguas de Luanda), todas as Empresas Públicas (EP), que procederam a rima análise aprofundada das tarifas, custos e procedimentos de atribuição de subvenções.

Em Abril, os custos de produção e preços da energia e águas passaram na mesa do regulador do sector. No intuito de avaliar os componentes da estrutura de custos das empresas de sector de energia e águas, membros do conselho directivo do instituto de Preços e Concorrência visitaram, a 2Q de Abril, o Instituto Regulador do Sector de Energia e Águas (IRSEA), na qualidade de supervisor das empresas dos dois sectores,

A visita teve como objectivo verificar os elementos de composição das tarifas praticadas pelas empresas E DE, EPAL e Aguas de Lobito e Benguela e a necessidade de subsídios aos preços reclamados pelo sector.

a director -geral do IPRE e, António da Cruz Lima, que chefiou a delegação disse na altura ter analisado os elementos técnicos e financeiros das empresas, como a estrutura de capital, os investimentos e suas amortizações, assim como o quadro de pessoal e as tabelas salariais das empresas, tendo como referência

entidades congêneres de energia e águas da região SADC.

O responsável enfatizou que o encontro com o Instituto Regulador enquadrou - se na orientação do Executivo para a otimizações os subsídios, mediante a harmonização de tarifas com a redução de custos.

O tarifário em vigor, os modelos de facturação por medição ou estimativa, a eficácia e detalhe das cobranças domiciliadas ou por pré pagamento, bem como as dívidas das empresas por operarem sob preços fixados, foram avaliadas durante a visita, para serem submetidas à apreciação dos membros do Conselho Nacional de Preços, nos termos do Decreto Presidencial 206111, de 29 de Julho, que define o Sistema Nacional de Preços e institui o referido Conselho que assessora o Ministro das Finanças, enquanto autoridade de preços do país.

8.12 Município dos Gambos com mais água potável

Jornal de Angola

13 De Julho de 2017

Texto: Arão Martins

A população que vive nas localidades de Capelete e Tunda do Chiange, município dos Gambos, na província da Huíla, conta com mais água potável, com a entrada em funcionamento de dois sistemas de captação, tratamento e distribuição, inaugurados pelo governador João Marcelino Typinge.

O diretor municipal dos Gambos dos serviços técnicos, Carlos Bornido, disse ao Jornal de Angola que os dois sistemas foram construídos com fundos do Programa de Combate à Fome e à Pobreza.

Segundo Carlos Bornido, o sistema da Tunda do Chiange está equipado com energia solar e tem um furo de 35 metros de profundidade, um caudal de dez metros cúbicos por hora e foi instalada uma bomba de 2,5 metros cúbicos por hora, dois reservatórios, incluindo uma estrutura metálica elevada, armazenando um total de 20 metros cúbicos, uma bica e dois servidores de rega.

A construção do projecto esteve a cargo da empresa Sela Grup e orçou 9.470.482,00 de Kwanzas e vai apoiar também a associação de camponeses, que trabalham num campo de cultivo com 4,7 hectares. Já o sistema de abastecimento de água de Capelete faz parte dos quatro projectos de água financiados pelo Programa de Combate à Fome e à pobreza e está equipado igualmente com energia solar.

O furo, referiu Carlos Bornido, está equipado com um sistema solar, um furo de 50 metros de profundidade, um caudal de 1,5 metros cúbicos hora, reservatório de 10 m³, incluindo a estrutura metálica elevada, uma lavandaria de 4 tanques, uma bica e um bebedouro.

A construção do projecto, também executado pela empresa Sela Grup, orçou aos cofres do Estado 9.470.482,00 kwanzas.

O fundonamento e os cuidados dos dois sistemas estão assegurados por um grupo criado dentro das normas estabelecidas, sob a supervisão da Administração Municipal dos Gambos. O administrador municipal dos Gambos, Etiasso explicou que o sistema de abastecimento de água potável vai beneficiar milhares de pessoas, que diariamente percorriam longas distâncias à procura de água para o consumo diário, bem como facilitar o abeberamento do gado.

O administrador municipal dos Gambos reconheceu os avanços que a região regista na criação de sistemas de abastecimento de água potável para a população.

Informou que, no quadro do programa de contenção da seca, foram criados já 150 sistemas de abastecimento de água. O governador João Marcelino Typinge, reconheceu os efeitos negativos que a seca cíclica tem causado no município, tendo afirmado que foram traçados um conjunto de acções que visam minimizar as causas nefastas que causa às pessoas e ao gado bovino.

O governador reconheceu que nos Gambos chove pouco e por isso foram estabelecidos alguns programas para a contenção da água do rio Caculuar. Anunciou que os programas estão aprovados e em alguns casos já começou a sua execução e, assim que houver recursos financeiros, vão ser retomados.

8.13 Cartoon

Jornal Liberdade
14 Julho de 2017



8.14 EPAL quer melhorar níveis de qualidade

Jornal Economia e finanças
14 De Julho de 2017
Texto: Xavier António

A Empresa Pública de " Águas de Luanda (EPAL) vai aumentar os níveis de qualidade a água que distribuiu, tendo em conta o seu plano de cooperação com outros laboratórios de referência a nível do mundo, segundo afirmou o presidente do Conselho de Administração da empresa, Leonídio Ceita. " Informou que a colaboração que mantém com laboratórios de países como Portugal e Israel vão conferir maior credibilidade e melhorar cada vez mais a qualidade do "precioso líquido", tendo acrescentado que a água que Luanda consome está dentro dos padrões da organização mundial.

O gestor que falava à margem do seminário sobre "Controlo e qualidade da água em Angola promovido pelo Ministério da Indústria esclareceu que a empresa poderá atingir os 750 mil metros cúbicos de água até final de Julho, um acréscimo de 60 por cento de abastecimento na cidade de Luanda.

Mais água

Assegurou também que os projectos de abastecimento do Bita e Quilonga poderão permitir que Luanda tenha acesso a água potável 24h/24.

Sobre as reclamações que surgiram recentemente por parte de clientes das centralidades do Sequele e Kilamba, sobre a má qualidade da água, Leonídio Ceita disse que muitas vezes as condutas são destruídas por garimpeiros que partem a tubagem causando danos na qualidade da água. "

Sublinhou que já está em curso contratos com empresas para a colocação de sensores para permitir registar anomalias que poderão surgir caso houver interrupções no seu funcionamento.

Referiu ainda que cada cidadão deve ser um parceiro da EPAL denunciando práticas de garimpos a fim de se prevenir o pior.

Segundo disse constam dos projectos da EPAL a construção de laboratórios municipais que estarão à disposição da comunidade escolar local, com os estudantes poderão praticar as ciências químicas e biológicas.

Acreditação

Na ocasião, a directora geral-adjunta para Área Técnica do Instituto Angolano de Acreditação (IAAC), Cláudia de Lima Simões frisou que a sua instituição está numa fase de preparação para dar início à acreditação de laboratórios do país.

Precisou à imprensa que a certificação ainda é feita através do Sadca, que é o organismo regional para os países da Sadec.

"Neste momento estão acreditados os laboratórios da Brumangol e da Refriango que foram certificados por organismos internacionais, muito antes da criação do IACC", afirmou.

"Explicou que é importante a acreditação dos produtos locais para conferir qualidade e confiança no processo de exportação

Durante o evento foram abordados temas como "Gestão e tratamento da água: caso da EPAL", "Procedimentos internos de um laboratório

acreditado", Gestão comunitária da água", "protecção ao consumidor" , Água Saneamento e saúde, entre outros temas.

8.15 Acordo vai levar água a 1 milhão de pessoas

Jornal de Angola
15 De Julho de 2017

O Governo assinou ontem em Luanda com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e com o Banco Mundial, um acordo de financiamento no valor de 545 milhões de dólares para a implementação de um projecto para levar água a 950 mil pessoas em nove províncias do país.

Antes, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, assinou com o embaixador francês em Angola, Sylvain Itté, um acordo intergovernamental entre os dois países, para permitir que a AFD oficialize a sua presença em sede na Embaixada, e trabalhe sobre projectos de financiamentos angolanos.

A representante residente do Banco Mundial, Clara de Sousa, disse que a sua instituição contribuiu com 200 milhões de dólares; a Agência Francesa de Desenvolvimento com 150 milhões e o Governo angolano com 95 milhões.

Acrescentou que já foram identificados parceiros internacionais para cobrir os 100 milhões de dólares em falta. O financiamento enquadra-se no programa do Executivo "Água para Todos".

Nilza Massango

8.16 Regiões do Sul com mais água

Jornal de Angola
15 De Julho de 2017
Texto: Victorino Joaquim

Os municípios dos Gambos e da Bibala, zonas das províncias da Huíla e do Namibe que, no passado, viveram um período de seca, vão ser abastecidos de água potável e energia eléctrica, informou ontem, em Luanda, o director nacional das Águas.

Lucrécio Costa falava no final de uma cerimónia de assinatura de um memorando de entendimento para a execução do projecto, que vai ser executado pelo Ministério da Energia e Águas, em parceria com o Ministério da Saúde e a empresa petrolífera ENI.

O projecto vai ser executado durante cerca de dois anos e beneficiar mais de 60 mil pessoas. No âmbito

do projecto, vão ser instaladas fontes alternativas de fornecimento de energia eléctrica e sistemas de abastecimento de água potável junto a escolas, postos médicos e noutros pontos dos municípios dos Gambos e da Bibala.

As fontes alternativas são painéis solares, explicou. Lucrécio Costa, que, quanto ao fornecimento de água potável, disse que vão ser feitos furos no subsolo de onde vai sair a água para o consumo humano.

Lucrécio Costa acentuou o projecto vai contribuir para a resolução dos problemas que afectam as comunidades dos dois municípios. Além disso, acrescentou, "pretende-se incentivar ainda iniciativas de materialização de projectos conjuntos, entre instituições públicas e privadas, para que os mesmos serviços sejam levados a outras, regiões do país" , salientou Lucrécio Costa.

O responsável frisou que, para a implementação do projecto, foram feitos, há oito meses, estudos e identificadas as localidades, estando as administrações municipais com a responsabilidade de sensibilizar a população sobre a necessidade de preservação dos equipamentos sociais.

O memorando de entendimento foi assinado pelo director nacional das Águas, Lucrécio Costa, em representação do Ministério da Energia e Águas, pelo director do Gabinete jurídico do Ministério da Saúde, Adalberto Calungo, e pelo director-geral da empresa petrolífera ENI, Guido Brusco.

Memorando por dentro

Por força do memorando de entendimento, a empresa petrolífera ENI tem a responsabilidade de pagar os custos do projecto, orçados em dois milhões de dólares, enquanto o Ministério da Energia e Águas e o da Saúde ficam com a responsabilidade de coordenar todas as operações, como a subcontratação de empresas para a aquisição de equipamentos e execução das obras. O Ministério da Saúde tem ainda a responsabilidade de implementar um programa de vacinação às crianças das duas localidades.

Os dois departamentos ministeriais têm a responsabilidade de assegurar o fornecimento de água e energia de qualidade, observando as normas, regulamento e leis vigentes no país.

O director-geral da ENI, Guido Brusco, garantiu que, no âmbito da responsabilidade social, a empresa petrolífera está pronta para apoiar o projecto e afirmou que o consumo de água e energia vai dar melhor qualidade de vida à população dos dois municípios.

O director do Gabinete jurídico do Ministério da Saúde, Adalberto Calungo, considerou importante a execução do projecto e assegurou que o Ministério da Saúde "está totalmente engatado no acompanhamento da execução do projecto."

"Com o acesso à água potável e à energia eléctrica, muitas das doenças vão ser evitadas, garantido assim mais saúde e menos gastos de dinheiro na compra de medicamentos", declarou o jurista. Há cerca de dois anos, o município dos Gambos viveu uma das piores secas da sua história, causando a morte, por falta de água, de animais, plantas e pessoas.

A malnutrição tomou conta da população. As crianças foram as mais afectadas.

Como alternativa, as pessoas alimentavam -se sobretudo de frutos silvestres. Os riachos que continham alguma água, embora não adequada para o consumo humano, acabaram por secar por completo.

A malária e as doenças de foro nutricional e respiratório eram as mais frequentes e preocupantes. Os mais afectados com a situação eram os cidadãos da terceira idade, viúvas, crianças e pessoas com deficiência. Dados disponíveis na administração do município dos Gambos apontam para mais de dez mil pessoas afectadas pela seca. O aquecimento global e o avanço do deserto do Namibe são apontados por varies especialistas em meteorologia como as principais causas da seca, fenómeno registado noutras regiões do país.

8.17 Mais serviços sociais dão vida ao município

Jornal de Angola
16 De Julho de 2017

A vida a nível da embala do Chingui, no município de Camacupa, ganha outra dinâmica a partir de agora, com a entrada em funcionamento de novos serviços socioeconómicos, inaugurados ontem pelo governador provincial do Bié, Boavida Neto. Para isso, a população beneficiou de um sistema de distribuição de água potável e de cinco residências da tipologia T3, destinadas a quadros da função pública. Construídas no âmbito do programa de investimentos público, as casas foram edificadas numa área total de 600 metros quadrados, sendo que todas estão apetrechadas, no sentido de proporcionarem dignidade aos professores, técnicos de saúde e outros filiados do aparelho do Estado naquela circunscrição' garantiu.

O governador provincial salientou que a entrega dos bens sociais à população assinala um passo positivo na estrutura organizacional da administração local e pediu que se preserve os bens públicos.

Na mesma localidade, o governador procedeu ainda à entrega de tractor, charruas, enxadas, botas e adubos de referência NPK 12-24-12, para apoiar a associação de camponeses.

Boa Vida Neto disse que a prosperidade e a transformação da economia nacional começam na produção da terra. Num outro momento, o responsável ofereceu aos idosos e desfavorecidos da embala de Chingui cadeiras de rodas, bicicletas e bens alimentares.

Matias Da Costa I Chingui

8.18 Milhares de cidadãos têm mais água potável

Jornal de Angola
19 De Julho de 2017

36.551 Cidadãos do município de Saurimo, na província da Lunda - Sul, beneficiam, desde 2012, de fornecimento regular de água potável, no âmbito do programa do Executivo "Água para Todos", informou ontem o director municipal do Gabinete de Estudos e Planeamento.

Em declarações à imprensa, João Rombo disse que o programa visa aumentar a oferta do produto e diminuir as doenças causadas pelo consumo de água imprópria e beneficiou da construção de uma central de captação, tratamento e distribuição, que produz 288 metros cúbicos por hora. Já nas comunas de Sombo e Mona Quimbundo, prosseguiu, no âmbito do Programa

Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza foram construídos 53 sistemas de abastecimento de água.

João Rombo garantiu que a Administração Municipal continua a envidar esforços para construir mais sistemas de abastecimento de água potável nas zonas mais carentes. Na cidade de Saurimo estão em curso diversas acções de impacto social, para melhorar a qualidade de vida da população.

8.19 Sectores das águas querem benefício 950 mil consumidores

Jornal Economia e Finanças
21 De Julho de 2017

Os governos de Angola e da França, conjuntamente com a representação do Banco Mundial (BM), acordaram, recentemente, em Luanda, financiar mais de 950 mil ligações de água às zonas periurbanas de nove províncias, num projecto que prevê a sua plena concretização num prazo de dois a três meses.

O programa está avaliado em 545 milhões de dólares. A França, por via da sua Agência de Desenvolvimento, disponibiliza 150 milhões, o Banco Mundial dispõe 200 milhões, há um parceiro já identificado que vai participar com 100 milhões e o próprio Governo de Angola que fica com os restantes 95 milhões.

O ministro da Finanças, Archer Mangureira, a representante residente do Banco Mundial em Angola, Clara de Sousa, e a directora da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Martha Stein-Sochas, assinaram, o acordo de financiamento direccionado para projectos já existentes no sector das águas.

Do Banco Mundial, Clara de Sousa, disse na ocasião que a sua instituição já trabalha no sector há 15 anos e que este novo projecto para 950 mil beneficiários, prevê que 50 por cento destes sejam mulheres.

Durante o evento, foi ainda assinado um outro acordo, que trata da autorização de estabelecimento da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) em Angola. O Ministro Archer Mangureira assinou por Angola e o embaixador Silvain Itté, pela parte francesa.

Com a autorização de fixação formalizada, estão entre as acções de cooperação previstas pelos dois países a promoção do intercâmbio, de carácter intergovernamental, com o qual se pretende assegurar que a AFD trabalhe em projectos ligados ao desenvolvimento de outras áreas, como energia e agricultura.

8.20 Sede do município com mais água potável

Jornal de Angola
25 De Julho de 2017

Habitantes da sede municipal de Chitembo, 150 quilómetros a Sul do Cuíto, capital da província do

Bié, contam com mais água potável, com a entrada em funcionamento de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição.

O empreendimento, inaugurado ontem pelo governador Boavida Neto, foi erguido no âmbito do programa "Água para todos".

O sistema, com capacidade para bombear dez mil litros de água por hora, comporta ainda um reservatório para 100 mil litros, que beneficia os moradores dos bairros adjacentes, bem como uma centena de ca as sociais, erguida na municipalidade.

O funcionamento do novo sistema de abastecimento, segundo fonte do sector de Energia e Águas, vai ser assegurado por uma central terrinca, que funciona com um grupo gerador de 45 KVA.

Durante um encontro com a população do Chitembo, o governador provincial, Boavida Neto, explicou que a inauguração desta unidade de distribuição de água potável marca mais uma vez a responsabilidade do governo para com a população.

Boavida Neto realçou, por outro lado, que doravante, com a entrada em funcionamento do novo sistema de abastecimento de água potável, a população deixa de percorrer longas distâncias e/ou recorrer aos rios e cacimbas.

O governante pediu, na ocasião, à população do Chitembo no sentido de continuar a acreditar nos programas do Governo angolano, para que o município se desenvolva.

8.21 Caluquembe ganha pontos de água potável

Jornal de Angola
28 De Julho de 2017
Texto: Arão Martins

Fundo Soberano para o Desenvolvimento de Angola está a financiar a construção de 33 pontos de água em toda a extensão do município de Caluquembe, província da Huíla, que vai tornar mais abrangente, consumo do precioso "líquido" à população local, informou ao JE, o administrador local, José Arão Nataniel Chissonde.

Segundo disse, o projecto abrange as aldeias e povoações das comunas da Negola, Calepi e a sede Sandula, está a ser concretizado em parceria com a administração local e a Organização Não Governamental "People in Need", José Arão Nataniel informou igualmente que no período 2012/2016, no quadro da implementação dos

programas virados para o bem-estar da população, foi construído no município, uma Estação de Tratamento de Água (ETA) na sede municipal.

Salientou que foi ainda aprovado o contrato das obras para a construção do novo sistema de abastecimento de água à sede municipal de Caluquembe, a partir do rio Que, no sector 'da Vila-branca.

A acção, acrescentou, vai contribuir positivamente na diminuição das doenças originadas pelo consumo do líquido não tratado.

José Arão Nataniel anunciou que durante o período em referência, foram criados pontos de água nas localidades de Mumue, Cussesse, Gando, Vila-branca, Cahãla, Chaunje, Cacomba, Mercado municipal da Alemanha, Lomba, Vatuco, Embala Unhangui, Campuena, bem como o Bairro 25 de Abril.

Oferta habitacional A criação da centralidade da Cachicacala (Caluquembe) permitiu aumentar a oferta habitacional.

O administrador informou que na centralidade já foram erguidos edifícios de um a dois andares, bem como casas sociais, na sua maioria colocadas já à disposição dos seus proprietários, por intermédio de requisitos pré-estabelecidos, Foram construídas 26 residências no Bairro Cachicacala no âmbito dos 200 fogos habitacionais por município.

Referiu ainda que a nível do município foram reabilitadas e apetrechadas duas casas comerciais, no sector da Vila-branca e na sede da comuna da Negola, bem como a aquisição de cinco geradores para o fornecimento de energia eléctrica, nas sedes comunais.

Projectos estruturantes No domínio das infra-estruturas, salientou que as principais ruas da sede municipal de Caluquembe foram asfaltadas.

O arranque das obras de construção do novo edifício da administração municipal, a construção do edifício da administração comunal de Calepí, assim como seis casas evolutivas no sector do Vatuco, constituem alguns dos projectos já realizados.

No quadro do cumprimento das orientações superiores, através dos vários programas implementados no município, foi possível concretizar inúmeras acções e tarefas, com o empenho e dedicação de todos munícipes de Caluquembe", salientou.

A montagem do sistema de iluminação pública no bairro da Etonga, construção da Loja dos Registos, posto de emissão do Bilhete de Identidade, conservatória do registo civil e serviço de notariado, este último, dinamizou a atribuição da identidade dos cidadãos locais.

O administrador municipal de Caluquembe disse ainda que a montagem do sistema de iluminação pública na sede municipal e na Avenida do Bairro 4 de Fevereiro, construção da escola de formação de professores (permitiu que anualmente, mais de cinco mil jovens se desloquem ao município para frequentar aulas).

O responsável destacou ainda a criação por decreto executiva conjunta dos Ministérios da Educação e da Administração do Território, a criação do Magistério Primário da Missão Católica de Santiago.

Ainda observando o exposto no Decreto Executivo conjunto dos Ministérios da Educação e da Administração do Território, foi possível criar no município, o Instituto Politécnico de Caluquembe Dr, Alfredo Berner".

8.22 Lançada campanha contra o garimpo

Jornal de Angola
29 De Julho de 2017

A Empresa Pública de Água (EPAL- EP) lançou na Feira Internacional de Luanda (FILDA/2017) a campanha contra o garimpo nas condutas de fornecimento de água.

A campanha destina-se a consciencializar a população a ser agente denunciante destas práticas, por serem ilegais e punidas por lei. Por este facto, a EPAL tem patente no seu stand uma exposição com painéis que ilustram toda a cadeia de valor da empresa, desde a captação. Centros de produção, distribuição e ligações domiciliárias até ao sistema de cobrança.

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, informou que fazem também parte dos atractivos expostos pela empresa na Filda, um contador pré-pago e um técnico que presta informações sobre o Funcionamento do mesmo. Domingos Paciência frisou que a água é para ser consumida por todos e não para ser comercializada por terceiros, que só provocam a sua irregularidade para o consumo.

Há muito tempo que a EPAL se queixa da actividade dos garimpeiros" de água que causam danos às condutas, para desviarem o produto para tanques e camiões-cisternas, a fim de ser comercializada em

áreas onde o abastecimento é insuficiente ou não chega.

Em operações concertadas com a Polícia, têm sido detidos "garimpeiros" angolanos e estrangeiros, por praticarem essa actividade ilegal, sobre tudo no distrito urbano do Kilamba Kiaxi.

8.23 Nova rede de água arranca este ano

Jornal de Angola
29 De Julho de 2017

Uma nova rede de distribuição de água potável construída em N'Dalatando, município do Cazengo, entra em funcionamento em breve. O empreendimento é uma iniciativa do governo provincial e faz parte do programa de melhoramento de fornecimento do produto às populações da capital do Cuanza Norte.

O projecto, que conta com o apoio técnico da Empresa Provincial de Aguas e Saneamento' em execução desde 2013, sobre responsabilidade da empresa GNO, consiste na colocação de 1. 72 6 Novas ligações domiciliárias.

O administrador para a área técnica da referida empresa, Xavier Augusto, disse à Angop que, numa primeira fase, são abrangidos os bairros Camungo, com 870 ligações, Valódia, com 689, e Posse, com 160.

Sem avançar o valor financeiro do projecto, o responsável disse que vai ainda beneficiar os bairros da Comarca, Imbondeiros, Sassa e Tiro aos Pratos.

Projecto conta com o apoio técnico da empresa de água Actualmente, a empresa tem em dalatando mais de três mil consumidores da antiga rede, com uma produção estimada em 96 mil metros cúbicos de água por segundo. À medida que vão sendo feitas as novas ligações, a distribuição é efectuada alternadamente por zonas, para permitir que toda a população tenha acesso à água potável.

8.24 Recolhidas toneladas de lixo no Cacucaco

Jornal de Angola
3 De Julho de 2017

Cerca de 27 mil toneladas de lixo são recolhidos mensalmente no município de Cacucaco, província de Luanda.

O director municipal dos Serviços Comunitários, Martinho Jerónimo, disse à Angop que a gestão ambiental é uma das prioridades das autoridades locais.

Para o saneamento básico, as autoridades municipais contam com concurso da concessionária Rota Ambiental, da Unidade Técnica de Saneamento e da Brigada Especial de Limpeza.

"O município não regista passivos de lixo, graças às campanhas de recolha de resíduos sólidos que têm sido desenvolvidos", explicou.

Este trabalho, lembrou, contribui para a boa imagem da circunscrição e para a redução dos focos de doenças.

O município de Cacucaco está localizado numa zona baixa, com valas de drenagem interligadas a outros municípios cuja altitude é maior.

A título de exemplo, citou a zona da Pólvora. Esta recebe as águas pluviais de Cazenga e Sambizanga, que desaguam no Hotanganga, do Quicolo, Paraíso e no bairro dos Pescadores, cujos ramais começam no distrito urbano do Sequele e no município de Viana. "Isto provoca transtornos, porque alguns munícipes insistem em deitar lixo nos canais de escoamento da água", disse Martinho Jerónimo.

Para minimizar o problema, foi instituído um programa de manutenção das valas de drenagem e da orla marítima que regista muita afluência de banhistas aos fins-de-semana, provenientes de outros municípios de Luanda.

Os maiores problemas, disse, ocorrem nas zonas menos urbanizadas.

8.25 GPL quer 'afinar a máquina de cobrança' da taxa de limpeza

Jornal O PAIS
12 De Julho de 2017
Texto: Milton Manaça

O número de cidadãos que pagam a taxa de limpeza ainda não satisfaz o Governo Provincial de Luanda (GPL) que quer 'afinar a máquina' de cobrança para abranger mais consumidores de energia eléctrica, segundo Sebastião José, o porta-voz da instituição.

Ontem, o GPL reuniu-se na sua sede para analisar os primeiros meses da cobrança da taxa de lixo e concluiu que, seis meses depois de começar a vigorar a medida, muitos cidadãos em diversos bairros da capital ainda não cumprem com esta obrigação legal.

"Hoje podemos dizer que ainda não é grande esta contribuição dos cidadãos na tarefa de recolha do lixo por via da taxa", disse o porta-voz, acrescentando ser necessário fazer-se "afinamentos" para atingir "a população incumpridora".

O GPL instituiu a cobrança da taxa de limpeza através da factura de electricidade e a partir da entrega directa de facturas às empresas e singulares que não sejam clientes da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE). De acordo com Sebastião José, é neste último critério em que as autoridades mais dificuldades têm encontrado, razão pela qual "continuamos a afinar este mecanismo para que alarguemos a base de cobrança".

Sebastião José disse que o valor que tem sido arrecadado ainda é ínfimo e não foi o que as autoridades da província perspectivavam.

O responsável reconhece que número de contribuintes será maior na medida em que a ENDE for alargando a distribuição de electricidade a várias residências de Luanda, todavia, apelou aos actuais clientes a cumprirem com os seus deveres.

Segundo o porta-voz, o GPL tem dificuldades de fazer chegar notas de cobrança a várias empresas porque os endereços que eles remeteram não estão bem referenciados na base de dados. Por ser a elas a quem foi atribuído o maior valor em termos nominais, o responsável apelou para que as empresas cumpram com os seus deveres.

Sebastião José lembrou que a institucionalização da taxa de limpeza visa, essencialmente, aliviar o máximo possível os encargos que Orçamento Geral do Estado tinha com a recolha do lixo em Luanda.

Importa referir que o modelo viu-se envolto em polémica o ano passado, tendo em conta as primeiras taxas propostas pelo Governo Provincial de Luanda em 2016, tendo sido chumbadas pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, em Abril desse ano. Meses depois, fixaram-se novos preços e atribuiu-se o valor de 500 Kz para os municípios de Quissama e Icolo e Bengo, 1500 Kz para Viana, Cacuaco e Belas. Para os restantes municípios, condomínios e centralidades foi fixado o valor de 2500.

As empresas, em função da dimensão, pagam taxas que variam entre os 12.500 kwanzas e os 16.400 kwanzas por mês, segundo o mesmo regulamento.

De acordo com o Decreto Presidencial de 20 de Maio de 2016, I Série, estão isentos da taxa dos serviços de limpeza, o Estado e quaisquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que

personalizados, com excepção das empresas públicas, institutos públicos, estabelecimentos públicos, bem como os órgãos da administração indirecta do Estado.

8.26 Valor resultante da taxa é considerado "pouco"

Jornal de Angola

12 De Julho de 2017

Texto: Nilza Massango

O valor arrecadado com a cobrança da taxa de saneamento e limpeza na província de Luanda ainda é diminuto e não satisfaz o esperado, disse ontem Sebastião José, à saída de uma reunião do Governo Provincial, que abordou o relatório de actividades do primeiro semestre deste ano.

Sebastião José, que foi porta-voz da reunião, que serviu também para fazer o ponto de situação sobre o pagamento da taxa do lixo, não revelou o montante do "pouco valor" arrecadado.

Sebastião José referiu que a cobrança continua, mas é preciso que a base de dados seja alargada e mais famílias participem, assim como as empresas e condomínios.

"Pela via da ENDE, só paga a taxa do lixo quem é cliente, consumidor de energia eléctrica. A província de Luanda cresceu exponencialmente e muitos não pagam energia", disse, para acrescentar que o Governo Provincial continua a trabalhar para que o valor arrecadado com o pagamento da taxa seja algo considerado como ponto de alívio para o Orçamento Geral do Estado.

Sebastião José adiantou que, de uma forma geral, todos os que recebem a factura pagam, apesar de ainda haver algumas dificuldades em fazer chegar facturas às empresas cujos endereços não estão bem referenciados na base de dados.

O porta-voz disse que o Governo da Província de Luanda continua a sensibilizar os municípios, empresas e condomínios, que beneficiam de energia eléctrica, para que se mostrem disponíveis a pagar e a receber as facturas de cobrança, pois só desta forma é que se pode ter um sistema de recolha de lixo bem afinado e assim pagar as empresas que operam na recolha.

Sebastião José explicou que a taxa de cobrança do saneamento e limpeza de Luanda foi instituída para procurar aliviar ou diminuir, o máximo possível, os encargos que o Orçamento Geral do Estado tem com

a recolha dos resíduos sólidos. "Hoje, podemos dizer que ainda não é grande essa contribuição dos cidadãos, por via do pagamento da taxa.

Existem dois modos de cobrança, um anexado à factura da ENDE, para os municípios, e outro, a entrega directa da factura aos grandes pagadores, por parte de órgãos competentes do Governo Provincial de Luanda. Sobre as informações a respeito de áreas de alguns municípios em que os cidadãos não pagam, o porta-voz da reunião esclareceu que se a ENDE alargar a rede de distribuição e, consequentemente, a base de clientes, automaticamente cresce o número de pagadores da taxa de lixo.

Cultura de pagamento Face ao insignificante valor arrecadado com a cobrança da taxa pelo serviço da recolha de lixo, o governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, defendeu a necessidade do cidadão ter a cultura do pagamento de impostos. "Sabendo nós das dificuldades do Governo em cumprir com os compromissos referentes ao pagamento deste serviço, foi decidido que o cidadão pudesse participar de forma positiva, com um valor mínimo", disse.

Para ele, os cidadãos não pagam por indisponibilidade, mas por falta de hábito, e considerou ser necessário criar essa cultura "para as coisas correrem o seu curso normal".

Por outro lado, o governador orientou que o relatório de actividades e de contas do GPL deve estar preparado para ser entregue com antecedência às estruturas centrais do Executivo.

Participaram do encontro, que decorreu a porta fechada, directores das diversas áreas do Governo provincial.

Com mais de seis milhões de habitantes, fazem parte da província de Luanda os municípios de Luanda, Cacuaco, Cazenga, Viana, Belas, Talatona, Quiçama e Icolo e Bengo.

8.27 Lixo é um dos Nobel do regime

Jornal folha 8

8 De Julho de 2017

O regime angolano está com os tambores da falsidade aquecidos para, numa poluição sonora, de muito má qualidade, e que intriga a maioria dos angolanos, tentar branquear os 42 anos de uma política de má gestão económica e social, discriminação política, perseguição dos opositores e sociedade civil, não bajuladora e, mais grave, lixeira

de uma política irracional, que já não consegue sair dos monturos por si implantados.

Por mais que Eduardo dos Santos ou o seu predilecto Malandro (João Lourenço) tentem sacudir o lixo para o quintal do vizinho, exonerando governadores e exarando em catadupa decretos e despachos, ao longo destes 42 anos de independência, caricatamente, todos, absolutamente, todos os governantes por si nomeados, são mais da sua esfera pessoal, do que do próprio MPLA, que fica em cima dos contentores, a analisar a lixeira do lixeiro que se segue.

Não é possível tentar enquadrar o tamanho do lixo que inunda Luanda, fora de uma prática incompetente do executivo, superiormente liderado, por José Eduardo dos Santos, há 38 anos no poder, sem nunca ter sido nominalmente eleito, e sem noção de gestão urbana, que comete ao longo destes anos erros crassos de gestão, afastando muitos técnicos, oriundos do período colonial, com forte conhecimento da gestão urbana da cidade e das formas para um saneamento eficaz e despartidarizado. O maior mérito da política do MPLA tem sido a promoção de "jobs for the boys", muitos dos quais verdadeiramente incompetentes, mas por serem bajuladores do "camarada presidente", são no meados, não para acabar com o lixo, mas para a sua verdadeira promoção.

Uma máxima que o MPLA tem perseguido ao longo dos anos é a de que MPLA é o Povo e o Povo MPLA, mas face à incapacidade de não acertar numa política de limpeza e recolha do lixo das cidades, foi, por conveniência de serviço, obrigado o Executivo a nomear, ele madrugado (tal como o fez com a aprovação da Constituição de 2010, a maioria estava com atenção no CAN; ou a entrada em vigor da nova Lei Geral de Trabalho, no dia J3 de Setembro, um domingo), um novo membro, o ministro da promoção do lixo. Isto para incentivar a sua produção em larga escala, para justificar a subida dos níveis de produção de 1973, ano de ouro da governação colonial portuguesa e que foi sempre um marco para ser superado pelo MPLA e desta forma legitimar a nova máxima: O MPLA é o lixo, o lixo é o MPLA. O aumento do lixo, a incapacidade de pagarem às empresas dos próprios membros do MPLA, pois são os únicos autorizados, nesta empreitada demonstra que a discriminação só gera lixo, lixo que afinal (JMPLA sente como um verdadeiro elemento imprescindível da sua gestão. O líder do MPLA e da República, que dirige ininterruptamente, o país há 38 anos, é considerado como o maior "arquitecto do lixo", face às políticas de promoção da incompetência e interferência numa verdadeira gestão urbana. O Presidente da República

é avesso a um verdadeiro programa de gestão autónoma das cidades, principalmente, no que se refere à capital, sendo conflagradora a falta de visão sobre o que pretende que seja a Luanda capital; a Luanda Metropolitana ou a Luanda Província.. E numa altura em que o lixo é o que mais ordena, nada espanta que tudo seja uma verdadeira lixeira, ao ponto da política e da justiça serem hoje o seu expoente máximo.

8.28 Será verdade o MPLA é lixo, o lixo é o MPLA

Jornal Folha 8

22 De Julho de 2017

O ministério do ambiente angolano vai contratar a China Harbour Engineering Company (CHEC) para construir, em Luanda, uma fábrica de reciclagem de resíduos sólidos, num investimento público de 195 milhões de dólares (170 milhões de euros). Branqueamento eleitoral para a velha máxima do regime: O MPLA é o lixo, o lixo é o MPLA. De acordo com um despacho governamental, a reciclagem a fazer nesta fábrica permitirá ainda gerar energia a partir daquela unidade, cabendo aos chineses da CHEC a sua construção e apetrechamento.

O documento, assinado pelo Presidente, com data de 11 de Julho e que autoriza o Ministério do Ambiente a avançar com o negócio, justifica o investimento ainda com a necessidade de se construir o aterro sanitário da cidade do Kilamba centralidade construída de raiz nos arredores de Luanda -, e "simultaneamente responder à problemática da capacidade de tratamento dos resíduos produzidos diariamente na cidade de Luanda".

O Ministério do Ambiente e a empresa CHEC assinaram, em Luanda, um memorando de trabalho referente à construção de aterros sanitários, no âmbito do plano estratégico de gestão de resíduos, informou fonte governamental.

O Governo angolano prevê a construção de aterros sanitários em todas as 18 capitais de província do país, até 2020, sete dos quais em fase de execução, informou em Outubro último a ministra do Ambiente, Fátima Jardim. A governante falava no final da reunião conjunta das comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros, que aprovou o Plano Estratégico para a concretização do Modelo de Aterros Sanitários no país.

"Não podemos continuar com as lixeiras", enfatizou na altura a ministra do Ambiente. De acordo com

Fátima Jardim, já estão em curso os processos para a construção de aterros nas províncias de Cabinda, Huambo, Cuando Cubango, Huíla, Malange, Cuanza Norte, além de Luanda, servindo esta última de modelo para o plano. No total serão construídos 20 aterros sanitários em todo o país.

No âmbito deste plano, cujo investimento não foi revelado, a população também será alvo de campanhas de sensibilização para a separação de resíduos e seu reaproveitamento, através de novas indústrias de reciclagem.

De igual forma será desenvolvido um modelo de actuação para as empresas que vão assegurar a recolha e tratamento de resíduos sólidos, através de contratos de concessão à semelhança do que acontece em Luanda.

"Isto é um repto que Vilmos ter até 2020, temos tempo para pensar positivo. Mas temos sob o tempo para melhorar a prestação de serviços, a qualidade de vida das populações e também o desempenho institucional dos envolvidos na gestão dos resíduos urbanos", apontou Fátima Jardim. O modelo assenta em três aterros sanitários só em Luanda, província com 6,9 milhões de habitantes, e com a concessão à recolha a empresas públicas e privadas, adaptando-o para as restantes províncias.

8.29 O lixo e um dos espelhos do regime

Jornal Folha 8

22 De Julho de 2017

As enormes quantidades de lixo que se acumulam, por exemplo, na orla marítima do município de Cacuaco, arredores de Luanda, têm origem, segundo as autoridades, nas valas de drenagem. Plásticos, ferros, além de paus, garrafas e todo o tipo de electrodomésticos, é o cenário mais comum que se constata em grande parte da extensão das praias de Cacuaco, por entre populares pouco preocupados e funcionários da administração municipal, que tentam recolher o Lixo.

Em declarações à agência Lusa, em Março deste ano, o director do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários do Cacuaco, Martinho Jerónimo, esclareceu que as enormes quantidades de resíduos sólidos que se registam no litoral do município, surgem pelo escoamento das valas de drenagem, que desaguam nas praias.

"São quatro valas de macro drenagem, que cortam o distrito sede vindo uma do município do Cazenga,

outra do Sambizanga e duas dos distritos dos Munlevos e da sede, das quais os resíduos sólidos jogados nessas valas encaminham todo para a orla marítima do município. Porque o mar recebe com a força das águas da chuva e depois faz o processo de inversão", explicou.

O cenário, de acordo com Martinho Jerónimo, regista-se com grande incidência principalmente na época chuvosa em Luanda, mas admite que o sector que dirige tem já elaborado um programa de resposta a situação e nega mesmo que sejam os munícipes de Cacuo que depositam o lixo a beira-mar.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Hoji-ya-Henda atenua índice de violência

Jornal O PAÍS

14 De Julho de 2017

Texto: Stela Cambamba

As igrejas e os membros que fazem parte da rede de desenvolvimento do género do Cazenga têm realizado visitas domiciliárias de modo a fazerem um levantamento real e constatarem se o índice de violência no município melhorou, segundo Maria Júlio, coordenadora da rede, que falava à margem da IV Conferência sobre o Género e Desenvolvimento.

Maria Mateus Júlio reconheceu que a violência na localidade, que já teve no passado índices muito elevados, agora regista níveis mais baixos.

A responsável explicou que no mês de Abril teve lugar no distrito um fórum sobre tal problemática e a Polícia de Ordem Pública confirmou que os números tinham reduzido consideravelmente.

A interlocutora referiu que, de acordo com a Polícia, no primeiro trimestre do ano em curso ocorreram 113 crimes de natureza diversa contra os mais de 200 no ano passado no mesmo período.

Como moradora, Maria Mateus Júlio diz que sente maior segurança ao caminhar pelo interior do casco urbano, apesar de que ainda "existem algumas áreas que não têm iluminação, o que dificulta o trabalho da Polícia".

Frisou a moradora que a maior preocupação na actualidade prende-se com a camada juvenil que "está a consumir muito álcool e outras drogas".

O município Mbuta Pascoal, por sua vez, diz que apesar de se sentirem aliviados, a situação ainda não é das melhores, pelo que continuam a realizar diversas actividades para sensibilizar os moradores, sobretudo os jovens.

Madalena Vicente, outra moradora, diz que nos anos anteriores encontravam nados-mortos no lixo, hoje, felizmente, dificilmente se registam casos desta natureza, o que alega os municípios.

Aquela responsável aproveitou tema da actualidade para apelar as mulheres a votarem, independentemente da religião e estrato social.

9.2 Luanda lidera recolha de armas

Novo Jornal

14 De Julho de 2017

A campanha de recolha de armas, que atinge já o seu pico, de acordo com o seu coordenador, encontra-se actualmente na fase de recolha coerciva, estando Luanda no topo da lista de armamento recolhido, segundo avançou o comissário-chefe Paulo de Almeida.

Semanalmente, de acordo com o responsável, são recolhidas, só na capital do país, cerca de 50 armas, o que corresponde a 50 por cento do material letal de todo o país. "Luanda lidera a lista, depois seguem-se a Huíla, Benguela e Huambo. Estas são as cidades que mais se destacam na recolha de armas. Luanda consome 50% das armas recolhidas. Semanalmente, recolhemos coercivamente uma média de 50 armas", revelou.

Questionado sobre a proveniência das armas envolvidas no cometimento de vários crimes pelo país, Paulo de Almeida reconheceu que muitas delas são retiradas ilegalmente das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional, e outras ainda têm como proveniência o longo conflito armado que se observou em Angola.

"As proveniências das armas estão identificadas. Muitas delas, em posse de marginais e não só, foram sendo adquiridas ao longo da guerra civil, outras são provenientes de alguns esconderijos ou paióis clandestinos do tempo da guerra que não foram desactivados, e ainda temos o registo de algumas saídas ilícitas e criminais de armas dos armeiros da Polícia Nacional. Estes casos estão bem identificados e foram remetidos aos órgãos de investigação criminal", disse.

O comissário-chefe Paulo de Almeida considera que o espectro de proliferação de armas no país reduziu consideravelmente, feito que atribui ao sucesso da campanha de recolhas de armas. "Antigamente, qualquer aniversário ou acto político era celebrado com salvas de tiro".

9.3 Mais de 100 mil armas recolhidas na campanha

Novo Jornal

14 De Julho de 2017

O país registou, de Março de 2008 a Junho de 2017, a recolha de 104.730 armas de fogo; deste número, 80.129 armas foram entregues voluntariamente pelos cidadãos, ao passo que 24.601 armas foram

recolhidas compulsivamente pelas forças da ordem. Os números foram revelados ao Novo Jornal pelo coordenador da Subcomissão Técnica para o Desarmamento da população Civil e segundo comandante-geral da Polícia Nacional, Paulo Gaspar de Almeida, que faz um balanço positivo da campanha iniciada em 2008.

O processo de desarmamento, que já leva nove anos, caminha para o fim da sua terceira fase, programada em intervalos de cinco anos, segundo esclareceu Paulo de Almeida, que prevê igualmente o fim do seu mandato de cinco anos.

"Os programas do governo são concebidos de cinco em cinco anos, portanto são os períodos que coincidem com o pleito eleitoral, 2012-2017. Estamos agora em 2017 e no fim deste mandato que nos foi dado nesta campanha", disse.

O comissário faz um balanço positivo do programa que coordena, regozijando-se com o número de armas recolhidas, e constata haver uma mudança de consciência por parte das populações que, na sua visão, "tomaram consciência do perigo que representa a posse ilegal de arma de fogo".

Recuando no tempo, Paulo de Almeida lembra que o programa de desarmamento foi elaborado para ser executado em dois anos. A proliferação de armas de fogo, motivada pela guerra civil no país, de acordo com o interlocutor, obrigou o governo a estender o período da campanha para cinco anos.

"Inicialmente, o processo foi concebido para dois anos, isto é, 2008-2010.

Neste primeira fase, os resultados foram satisfatórios em termos de recolha de armas, porém decidimos continuar porque constatámos que ainda havia muitas armas por se recolher. Então, decidimos estender por mais, dois anos, até 2012. Neste período, recolhemos mais de 60 mil armas de guerra", contabilizou.

Nesta fase, segundo o coordenador, a campanha mudou de figurino. Para além da recolha de armas de fogo, explicou, a Comissão decidiu apostar na publicitação da actividade para a mudança de comportamento dos cidadãos. "Paralelamente à recolha voluntária e recolha coerciva, iniciámos também um trabalho de consciencialização do homem sobre o perigo que representa a posse de uma arma de fogo e acreditamos que resultaram daí as mais de 60 mil armas recolhidas por nós", sublinhou.

Foi igualmente a partir daquela período, segundo o interlocutor, que o governo angolano decidiu instituir, em 2012, a campanha para o desarmamento

da população civil como um programa de Estado, solução que para Paulo de Almeida tem sido uma mais-valia no combate à sua proliferação, deixando assim de representar "um empecilho" para "o desenvolvimento do país, a unidade e reconciliação nacional". A.P.

9.4 Marginais fazem-se passar por passageiros e assaltam taxistas

Novo Jornal

21 De Julho de 2017

Texto: Isabel João

A decisão de não aceitar passageiros à noite nas ruas da capital, tem sido tomada pelos profissionais para evitar a onda de assaltos que se vem sucedendo por quase toda a cidade capital. À noite, segundo alguns taxistas ouvidos pelo

Novo Jornal, não há qualquer tipo de segurança e fica difícil eles confiarem nas pessoas. "Fui assaltado na semana passada e levaram-me todo o dinheiro do trabalho do dia todo; no total foram 21 mil kwanzas", revelou André Cardoso, condutor de uma empresa de táxis.

O assalto ocorreu quando o taxista pegou três passageiros, entre os quais uma mulher que aparentava ter 40 anos, à entrada da cidade do Kilamba e informaram-no que o seu destino seria o bairro do Zango, "Apanhei os passageiros por volta das 20h00 na via expresso à entrada da cidade do Kilamba e passados 10 minutos, o homem que estava no banco da frente tirou uma pistola e anunciou o assalto", conta, Acrescentou ainda que foi obrigado a pagar os valores à empresa proprietária.

Outro taxista, Florivaldo Pedro, disse-nos que já foi assaltado quatro vezes no bairro do Benfica, por marginais que se fizeram passar por passageiros. "Não é fácil ser taxista em Luanda, Corremos muitos riscos principalmente no período da noite. O meu carro já foi furtado duas vezes e a polícia só conseguiu localizar a viatura graças ao sistema GPS da viatura".

De acordo com o taxista, a primeira vez que foi assaltado em meados de 2016, os marginais, no mesmo dia, assaltaram três outros táxis e levaram todo o dinheiro que fizera naquele dia de trabalho, bem como os telemóveis. "É muito triste, nós deixamos as nossas famílias e quando somos surpreendidos por este tipo de situações ficamos sem saber o que fazer porque a Polícia, que poderia resolver o problema não o resolve; já apresentei várias queixas e nada...", reclamou.

Outro taxista que também foi assaltado é Eduardo Kimona, que foi surpreendido pelos marginais nas proximidades do mercado do São Paulo, na segunda-feira (17) por volta das 21h00. Informou a Polícia do sucedido mas até ao momento nada foi feito.

Ainda de acordo com a vítima, os dois assaltantes entraram no seu táxi nas proximidades da Rádio Eclésia localizada no bairro do São Paulo, mas só anunciaram o assalto na zona do Kinaxixi, tendo levado todo o dinheiro.

"Eles ameaçaram-me com uma faca e ainda me deram um choque com uma coisa que não sei o que foi.

Depois de pegarem o meu dinheiro, abriram a porta do carro e saíram normalmente como se nada tivesse acontecido", contou.

Há muito tempo que os taxistas são alvos preferidos dos ladrões nas ruas de Luanda. Não conseguem evidentemente distinguir se a pessoa que está solicitando os serviços de táxi é bandida ou não, e, muitas das vezes, acabam atraídos para emboscadas e assaltados pelos falsos "cliente".

Polícia regista queixas

O porta-voz do comando provincial de Luanda da Polícia nacional, Mateus Rodrigues, disse que a polícia tem recebido queixas de taxistas assaltados na via pública e que a investigação criminal tem trabalhado na resolução dos casos.

9.5 Criminalidade em caixa alta no município de Cacucaco

Jornal O PAÍS

7 De Julho de 2017

Director do O PAÍS, bom dia. Espero que esteja bem. Escrevo a partir do município do Cacucaco, província de Luanda.

A criminalidade aqui continua em alta. Os bandidos fazem e desfazem.

A presença das forças policiais, no terreno, tem sido muito inconstante e, isto, os leva delinquirem ainda mais.

Há duas semanas, um jovem foi brutalmente espancando por vários meliantes.

O mesmo estava sem dinheiro, porém tinha somente um telemóvel, famoso "laranjinha".

Por não ter um valor que ia acima dos 20.000 mil kwanzas, o jovem ia perdendo a vida.

Os bandidos usaram todo o tipo de objectos para o espancaram, porque não tinha o que eles queriam.

Os moradores ligavam para o 113, número da Polícia Nacional, este chamava mas não atendiam.

Depois de uma hora, o jovem já tinha sido levado para o hospital, lá, apareceu um carro da Polícia Nacional.

Os moradores explicaram o sucedido, no' entanto os agentes não aceitaram ir atrás dos bandidos, porque a zona é muito escura.

O acesso a ela não é dos melhores, por isso peço que haja um trabalho mais sério na zona.

Não quero dar lições de investigação a Polícia Nacional, mas, mesmo não havendo condições para os apanhar a noite, à paisana no dia seguinte é rápido.

Aliás, os bandidos cometem as acções e moram mesmo no bairro, porém no dia seguinte desfilam no bairro como se fossem "rambos".

A criminalidade, com métodos modernos de investigação, pode diminuir e devolver a alegria dos moradores em Cacucaco.

Em Cacucaco, há bairros em que vigora o serviço de "recolher obrigatório" imposto pelos bandidos. Ai daquele que ousar em sair a noite!

Américo Vestuto

Cacucaco/Luanda

9.6 Chineses denunciam constantes assaltos e mortes na comunidade

Novo Jornal

14 De Julho de 2017

Texto: Isabel João

Juan Chang, que representa a comunidade chinesa em Angola, afirmou que a "cada dois dias um cidadão chinês sofre uma tentativa de assalto ou sequestro em Luanda". A fonte explica que na passada semana um estaleiro chinês nas proximidades do canal do Kikuxi foi assaltado por 10 indivíduos, dois dos quais trajavam uniformes da Polícia Nacional.

"O indivíduos trajados de polícias informaram aos seguranças que fazem o asseguamento do estaleiro

que vinham inspeccionar as armas dos seguranças. Passados 5 minutos, os 10 homens confiscaram todas as armas, anunciaram o assalto e colocaram todos os 30 funcionários que se encontravam no local na sala de contabilidade ", denunciou.

De acordo com Juan Chang, os meliantes levaram do local mais de nove milhões de kwanzas, oito telemóveis, dois computadores, dois equipamentos de videovigilância e uma viatura que foi recuperada pela polícia de investigação criminal. Após o assalto, a empresa proprietária do estaleiro entrou em contacto com a embaixada da China em Angola, que deu prosseguimento ao caso, tendo o Conselheiro de Segurança Policial da Embaixada abordado o trágico acontecimento junto de responsáveis do ministério do Interior, informou a fonte. Acrescentou ainda que, nos últimos dias, a situação de segurança dos cidadãos chineses tem vindo a piorar, com sucessivas ondas de assaltos, sequestros e mortes.

No princípio deste ano, um dos responsáveis da Embaixada da China em Angola criticou a falta de actuação da polícia e afirmou que os negócios entre os dois países poderiam estar em risco. Uma fonte do Comando provincial de Luanda da Polícia Nacional garantiu ter recebido denúncias do assalto aos estaleiros dos chineses e que a investigação trabalha no caso.

Cronologia de crimes contra chineses nos últimos dias

No dia 29 de Junho, às 14h00, três chineses foram sequestrados por dois marginais fortemente armados, tendo sido atingido um dos homens, de 45 anos, com um tiro nos pulmões.

Já no dia 1 de Julho, pelas 20h00, um cidadão chinês foi morto na cidade do Sumbe por três elementos.

A 3 de Julho, pelas 10h00, dois chineses foram saqueados em Catete, no Km 34. Os quatro assaltantes raptaram-nos e exigiram à empresa chinesa o pagamento de 12 milhões de kwanzas, tendo sido postos em liberdade.

No dia 9 de Julho, às 7h00, uma cidadã chinesa foi sequestrada por oito marginais que se faziam transportar em quatro motorizadas, com uma pistola e três AKM 47, tendo levado 400 mil kwanzas da vítima.

9.7 Criminalidade preocupa moradores do distrito do II de Novembro

Jornal Manchete

14 De Julho de 2017

Texto: Moreira Mário

Os moradores do distrito urbano 11 de Novembro, no município do Cazenga, estão preocupados com o índice elevado de criminalidade na área e que afecta quase todos os bairros da circunscrição. Os mesmos apelam a Polícia Nacional no sentido de inverter o quadro.

A inquietação foi manifestada sábado, 8, numa reunião de auscultação com os moradores locais, dirigido pela Comissão de Moradores e que contou com a presença dos coordenadores de sectores e quarteirões, entidades tradicionais, bem como um inspector da 14.ª Esquadra da Polícia do mesmo distrito.

O encontro teve como propósito definir estratégias de organização interna e encontrar soluções para os problemas das comunidades locais.

De acordo com os moradores, a situação da criminalidade nos bairros do distrito urbano 11 de Novembro é preocupante na medida em que aumentam os assaltos na via pública, residências e estabelecimentos comerciais.

Por exemplo, os moradores do sector 9, localizado na zona dos Kwanzas, disseram que na rua principal do mercado com o mesmo nome, mais concretamente nas imediações da antena da Unitel, tem ocorrido muitos assaltos. Os alvos principais dos meliantes são funcionários e vendedores que saem de casa às 4 ou 5 horas da manhã para o exercício das suas actividade.

Nesta mesma rua, contaram ainda os mesmos, há também registos de assaltos em cantinas e lojas, salientando que os criminosos repetem as suas acções quantas vezes forem necessárias num mesmo estabelecimento, em curto espaço de tempo.

Já os moradores do sector 10, da zona do Ex-Calaboca, entendem que a actuação policial na área deixa muito a desejar. "A Polícia muitas vezes agarram os gatunos, levam-nos à esquadra mas passados alguns dias lhe é restituída a liberdade", referiram.

Outra situação que muito está a preocupar os moradores dos sectores 9 e 10, tem à ver com a luta de grupos de gangs quase todas as semanas, sendo que os mesmos fazem recurso a objectos contundentes como catanas, facas, cacos de garrafas, pedras, entre outros, colocando em risco a segurança dos transeuntes.

"Os elementos dos grupos não podem passar na rua do outro, sob pena de serem atacados. Há dias houve uma rixa entre os grupos, onde um dos elementos foi cortejado nas costas e na cabeça com catana ao ponto de ficar em estado grave, tendo sido levado para o hospital", contaram.

No final, o inspector chefe da Polícia da 14ª Esquadra em representação do Comando da Divisão da Polícia do Cazenga, fez anotações das queixas dadas pelos moradores e prometeu apresentar o assunto ao seu superior hierárquico.

Grande parte dos moradores que falaram na reunião, queixaram-se da situação de segurança nas suas zonas de residências e exigiram que sejam desmantelados todos os grupos de marginais na área.

Os participantes apresentaram também inquietações em relação ao saneamento básico, falta de energia e de água potável, assim como a venda ambulante nos passeios que acontece nas proximidades do mercado dos Kwanzas, que tem dificultado a circulação das pessoas.

O presidente da Comissão de Moradores, Vitorino Fernando, disse que encontros do género têm contribuído para a resolução de muitos problemas na comunidade.

10. AMBIENTE

10.1 Exploração de madeira gera mais receitas para o Estado

Jornal de Angola
1 De Julho de 2017

O Governo da província do Uíge vai continuar a apoiar a exploração de madeira, para o alargamento da base tributária do país e a consequente obtenção de mais receitas para o Estado, garantiu o governador provincial.

Paulo Pombolo, que participou na quinta-feira na primeira conferência nacional sobre "a contribuição das florestas no desenvolvimento sustentável - desafios e oportunidades", considerou importante apoiar este segmento da economia, porque a madeira exportada permite ao país captar divisas.

A província do Uíge tem 44 empresas de exploração de madeira, oito das quais de grande dimensão. Desde 2012, é a maior produtora no país, contribuindo anualmente com cerca de 52 por cento de madeira explorada nos municípios do Ambuila, Milunga, Quimbele, Songo e Bembe.

O governador recomendou a aplicação da legislação sobre a exploração deste recurso natural. "Antigamente, além da existência dos garimpeiros, as empresas também cometiam muitos erros em termos de organização e estruturação, e muitas não pagavam impostos, mas com a nova legislação, vamos contribuir muito mais para o desenvolvimento da província e do país em geral", garantiu.

Por sua vez, a governadora da província da Lunda Sul, Cândida Narciso, apelou para uma maior protecção e exploração equilibrada das florestas do país.

Cândida Narciso disse que as florestas ficaram durante muito tempo intocáveis por causa das minas terrestres, mas agora, com a urgente necessidade de diversificação da economia, assiste-se a um dinamismo na exploração da madeira.

"Estamos a assistir, de facto, a uma exploração cuidada para que as futuras gerações tenham oxigénio para respirar e que haja equilíbrio na conservação das nossas florestas", disse.

A governadora acrescentou que, apesar dos poucos fiscais existentes na província, foram feitas várias apreensões de madeira explorada de forma ilegal.

Por seu turno, o governador provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, defendeu a necessidade de serem admitidos mais fiscais, para protecção e fiscalização das florestas.

Eusébio de Brito Teixeira reconheceu a falta de sensibilização por parte das populações que fazem queimadas que devastam a floresta, fauna e flora. "Há uma grande devastação das nossas florestas e o Cuanza Sul tem florestas vastas e temos tido esses problemas por haver cortadores de lenha, sem autorização", disse.

O governador reconheceu os esforços do Ministério da Agricultura relativos à protecção da floresta numa província que detém uma das mais densas, designada "Pulmão da Conda", com espécies de aves raras no Mundo.

Dia da floresta

O ministro da Agricultura, Marcos Nhunga, propôs o 29 de Junho como Dia Nacional das Florestas, quando começou a primeira Conferência Nacional sobre "A Contribuição das Florestas no Desenvolvimento Sustentável - Desafios e Oportunidades".

O governante explicou que a proposta da data é uma homenagem e reconhecimento à contribuição das florestas para o bem-estar de todos e ao desenvolvimento sustentável de Angola.

Marcos Nhunga considerem a conferência um marco importante na História de Angola, no que diz respeito à valorização social, económica, ambiental e cultural deste importante património natural.

"As florestas devem ser vistas no quadro de princípios de uma gestão sustentável, mantendo a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração e o seu potencial para desempenhar funções ecológicas, económicas e sociais relevantes", referiu. O ministro disse que o usufruto "das florestas aos níveis local, nacional e global deve ser feito de forma intensa, sem causar prejuízos a outros ecossistemas. Além da indispensável função ambiental, Marcos Nhunga disse que as florestas têm importância económica, social e cultural.

Entre as inúmeras funções, lembrou o ministro, as florestas são fontes de matéria-prima e bens, assim como absorvem carbono, ao mesmo tempo que garantem a protecção dos solos e de controlo do ciclo e da qualidade da água. Contêm a maior parte da diversidade da Terra e têm um elevado valor paisagístico.

A primeira conferência nacional sobre floresta, promovida pelo Ministério da Agricultura, com o apoio da Casa Civil do Presidente da República, teve como objectivo promover os produtos florestais e a sua inserção no mercado nacional e internacional, sensibilizar e incentivar as instituições financeiras públicas e privadas acerca da necessidade de financiar projectos de investimento neste sector.

10.2 Licenças de madeira usadas de modo ilegal

Jornal de Angola
1 De Julho de 2017

Há empresários nacionais que solicitam licenças de exploração florestal para as passarem a empresários estrangeiros, dando-lhe a possibilidade de exercerem a actividade de forma inadequada, revelou ontem, o ministro da Agricultura, Marcos Nhunga, durante a Conferência Nacional sobre Florestas que decorreu em Luanda.

Marcos Nhunga disse que os empresários nacionais envolvidos nesta pratica renovam constantemente as licenças" para permitir que os' estrangeiros, sobretudo de nacionalidade chinesa e vietnamita, continuem com a actividade irregular.

"Acho que nenhum angolano vai concordar que continuemos nessa situação. Isso só beneficia os estrangeiros. Temos que disciplinar o sector madeireiro", declarou o ministro, que também defendeu o estabelecimento de parcerias entre empresários nacionais e estrangeiros com vantagens mútuas.

O Executivo, acrescentou o ministro, não pode permitir que a madeira continue exportada em toro, como antes. Temos que impor regra porque a maior parte dos países não exporta a sua madeira em toro" justificou, para afirmar que é preciso criar emprego para: a população das províncias onde se explora a madeira, como o Moxico, Cabinda, Lunda-Norte e Sul e Uíge, e fazer com que ela sinta os benefícios desta actividade.

Marcos Nhunga revelou que o Ministério da Agricultura está a reestruturar o sector.

Josina de Carvalho

10.3 Seca no Kunene provocou 10 mil desnutridos

Jornal Folha 8
1 De Julho de 2017

A seca, que afecta o sul de Angola desde 2011/2012, tem aumentado o número de casos de subnutrição, com a província do Kunene a passar, nesse período, de 1.357 casos para 9.999, em 2015.

Os dados constam do relatório de Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA na sigla em inglês), que analisou a seca em Angola no período entre 2012-2016.

O PDNA foi realizado, entre 11 de Julho é 19 de Agosto de 2016, pelo Governo angolano, com assistência técnica das Nações Unidas, nas províncias prioritárias do. Kunene, Huíla e Namibe, todas no sul do país. O -documento sublinha que desde a campanha agrícola de' 201V2012, que a região sul tem vivido urna situação de seca, tendo recebido chuvas esporádicas durante este período, que trouxeram "um certo alívio", contudo, não suficiente para a recuperação daquelas províncias.

O Kunene, Huíla e Namibe situam-se na zona agro-ecológica -árida e semi-árida no sul de Angola, que se caracteriza por desertos, savanas e florestas, estando em geral sujeita a secas e cheias frequentes.

A seca voltou a marcar presença no calendário agrícola de 201512016, tendo esta sido a estação mais seca em 35 anos registada na região da África Austral, aponta o relatório.

Nas províncias do Kunene e da Huíla, aproximadamente 68% dos agregados familiares dedicam-se à agricultura, especificamente à plantação de cereais (massango e massambala), sendo igualmente a pecuária um importante meio' de sustento, com destaque para o gado bovino.

Segundo os últimos números fornecidos pelo Governo angolano para o PDNA, actualmente existem 1.139.064 pessoas afectadas pela seca nas três províncias - 755.930 (Kunene), 205.507 (Huíla) e 177.627 (Namibe).

O relatório revela que a situação geral nas áreas afectadas tem vindo a deteriorar-se, com o aumento dos casos de subnutrição, abandono familiar, violência doméstica, produção de carvão, bem como pelo agravamento da desflorestação e a degradação contínua dos recursos hídricos na região.

A informação revela que na província do Kunene, a mais afectada pela seca, os casos de subnutrição passaram, em 2011, de 1357, para 9.999, em 2015, enquanto que na Huíla foram registados, 105 casos, em 2011, passando, em 2015, para 1.969, mas com um pico maior, em 2014, quando atingiu os 6.044 casos.

A campanha agrícola de 2011/2012 foi marcada por um défice pluvial superior a 60%, face a anos normais, segundo uma avaliação do Ministério da Agricultura, realizada entre Abril e Maio de 2012.

A seca sazonal afectou a maior parte do país, mas sobretudo as províncias do Bengo, Kuanza Sul, Benguela, Huíla, Namibe, Kunene, Moxico, Bié, Huambo e Zaire.

No período 2014/2015, o relatório indica que a falta de chuvas foi severa e generalizada, sobretudo na primeira fase da estação e prolongou-se até final de Abril de 2015, sendo este considerado o período mais seco nos últimos 25 anos nas províncias do Kunene e do Namibe e o segundo para a Huíla.

10.4 Pessoas em zonas de risco beneficiam de novas casas

Jornal de Angola
5 De Julho de 2017

A partir de Setembro, Luena passa a dispor das primeiras 100 casas do tipo T2 e T3, de um total de 450, que se encontram em construção num projecto habitacional, no bairro 4 de Fevereiro, para acolher pessoas que vivem em zonas de risco, soube ontem a Angop junto do fiscal da obra.

Eliezer de Freitas avançou que as obras, a decorrerem sem sobressaltos, começaram em Março e primeira etapa de construção de 100 casas vai ser concluída em Setembro deste ano e as restantes 350 habitações, correspondentes à segunda fase, terminam em 2018.

O projecto habitacional, construído numa área de 28 hectares, comporta 180 residências do tipo T2, e 270 da tipologia T3, segundo informações prestadas por Eliezer de Freitas. Avaliado em mais de 27 milhões de dólares, o projecto inclui uma quadra desportiva, áreas de lazer e outra parte da reserva fundiária do

Estado, que está salvaguardada para infra-estruturas sociais.

Sob a égide da Direcção Nacional de Investimentos de Infra-estruturas Públicas (DINIP), órgão do Ministério da Construção, o empreendimento habitacional empregou 383 trabalhadores, dos quais 348 nacionais.

No Moxico, um total de 429.584 pessoas foram vacinadas durante a campanha de vacinação contra a febre-amarela que decorreu nos últimos 18 dias nos municípios sede do Moxico e dos Bundas, informou na cidade do Luena, o chefe do departamento provincial da Saúde Pública.

Luis Domingos Mufengi disse a à Angop que o município sede da província vacinou 360 mil pessoas, entre crianças, adultos e grávidas.

O responsável da saúde acrescentou que campanha envolveu 72 equipas de vacinadores, registadores e mobilizadores.

No município fronteiriço dos Bundas, salientou o responsável, foram imunizadas mais de 69 mil populares, tendo sido mobilizados 66 técnicos de saúde.

10.5 "El Niño" afectou um milhão de pessoas

Jornal de Angola
6 De Julho de 2017

Mais de um milhão de pessoas foram afectadas pela seca nos últimos cinco anos em Angola, devido ao fenómeno "El Niño", com maior incidência nas províncias da Huíla, Cunene e Namibe, disse ontem, em Roma, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Marcos Nhunga falava na 40.ª sessão da Conferência do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que decorre de 3 a 8 de Julho, na capital italiana, sob o lema "As Mudanças Climáticas, a Agricultura e a Segurança Alimentar".

Marcos Nhunga sublinhou que esta situação constituiu um ciclo de impacto recorrente no país e levou o Executivo, com a participação de parceiros nacionais e internacionais, a realizar uma operação de apoio à população, no sentido de enfrentar e recuperar dos efeitos negativos causados pela seca.

O ministro da Agricultura destacou a cooperação com FAO na assistência de emergência ao sul de Angola, região afectada pela estiagem cíclica, e outras

áreas da agricultura, pecuária, pescas, ambiente e apoio à mulher rural.

Ao falar da melhoria dos níveis de rendimentos e redução de pobreza, o ministro disse estarem em curso vários programas e projectos, como a extensão e desenvolvimento rural, aumento da oferta de fertilizantes, de sementes e o programa de análises e correcção da acidez dos solos no sector familiar.

10.6 Recursos florestais fortalecem economia

Jornal Economia e Finanças
07 De Julho de 2017
Texto: António Eugénio

A ministro da Agricultura, Marcos Nhunga, realçou recentemente, em Luanda, a necessidade de se estimular o investimento privado, no ramo das florestas para gerar mais riqueza e revitalizar o sector que pode contribuir muito para o aGE.

a pronunciamiento foi feito durante a I conferência nacional sobre florestas que decorreu sob o lema "A contribuição das florestas no desenvolvimento sustentável desafios e oportunidades", numa promoção do Ministério da Agricultura, com o apoio da Casa Civil do Presidente da República.

Segundo o titular da pasta, este factor pode contribuir para a gestão sustentável dos recursos florestais em todo o país.

a ministro defendeu a necessidade da disseminação de informações sobre o sector florestal, para maior responsabilização de todos os actores da sociedade, com o propósito de se observar o cumprimento da legislação sobre o sector e o plano de medidas para melhor ia da gestão dos recursos florestais.

Para Marcos Nhunga as florestas devem ser vistas no quadro de princípios de uma gestão sustentável, onde biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração e o seu potencial para desempenhar funções ecológicas, económicas e sociais relevantes devem se ter em conta.

Aponta ainda que as florestas ao nível local, nacional e global deve ser feito de forma intensa, sem causar prejuízos a outros ecossistemas, já que em conjunto regulam a diversidade e garantem o equilíbrio ecológico.

Enalteceu que as florestas são fontes de matéria-prima e bens, são absorventes de carbono, de protecção dos solos e de controlo do ciclo e da

qualidade da água, contendo a maior parte da diversidade da terrestre.

Angola possui uma densa floresta que serve para transformar a madeira com mais quantidade na zona norte de Angola.

Contudo, disse, tem existido muita vandalização e comércio ilegal provocando perdas incalculáveis aos cofres do estado, daí o reforço na disciplina para acautelar problemas.

Incentivos A conferência que teve como pano de fundo promover os produtos florestais, a sua inserção no mercado nacional e internacional, sensibilizar as instituições financeiras públicas e privadas para o financiamento de projectos de investimento neste sector.

Foram abordados temas como "a indústria florestal! desafios e oportunidades", mercado nacional de madeiras e seus derivados", "medidas para melhorar a gestão dos recursos florestais", "as plantações florestais privadas uma oportunidade de negócio" e "o regime cambial para o novo quadro de exportações.

10.7 Forte controlo ambiental defendido por sociólogo

Jornal de Angola
10 De Julho de 2017
Texto: João Pedro

A fraca estrutura de controlo ambiental no país e as práticas culturais são os principais factores que perigam a preservação da fauna e da flora em Angola.

A afirmação é do sociólogo Cláudio Tomás, que, numa conversa com o Jornal de Angola sobre a protecção da biodiversidade, deu ênfase à necessidade de criação de estratégias para a preservação da biodiversidade em Angola.

O sociólogo afirmou que, em termos institucionais e jurídicos, Angola está em boas condições, no tocante à preservação da biodiversidade, estando o Ministério do Ambiente engajado, desde a sua criação, em 2008, no compromisso para a preservação do ambiente.

No seu entender, o extenso território nacional dificulta a materialização de políticas, além de que o número reduzido de recursos humanos é outro dos problemas existentes na protecção da biodiversidade.

Temos um grande défice de educação e sensibilização da população, daí a necessidade de ser feito um grande trabalho neste sentido", acentuou o sociólogo,

para quem devem ser adoptadas práticas que sejam mais amigas do ambiente.

Cláudio Tornas é de opinião que os hábitos e costumes culturais são difíceis de negociar. Tendo em conta que a maioria da população é pobre e tem o meio ambiente como a sua principal fonte de sobrevivência.

Só podemos falar de preservação do ambiente quando essas pessoas tiverem outras actividades para fazer", frisou o sociólogo.

Sobre a preservação da fauna, Cláudio Tomás lembrou que foram criadas leis para proteger algumas espécies, como a Palanca Negra Gigante, um dos símbolos do país. O sociólogo recordou a visita que o governador da província de Malange efectuou ao Parque Nacional de Cangandala, habitat da Palanca Negra Gigante, onde defendeu a criação de uma legislação que puna rigorosamente quem ameaça a continuação da espécie, a fim de desencorajar a caça furtiva no perímetro do Parque Nacional de Cangandala.

O extenso território nacional dificulta a materialização de políticas, além de que o número reduzido de recursos humanos é outro dos problemas existentes na protecção da biodiversidade. As multas e sanções aplicadas aos caçadores furtivos devem ser mais céleres e eficazes' com vista a garantir a protecção do animal, que pode ser extinta pela acção do homem", defendeu o sociólogo, que disse ser necessário haver um projecto mais abrangente e acções mais exequíveis de fiscalização para a redução da caça furtiva.

o sociólogo afirmou que os cidadãos devem receber educação ecológica. Por isso, defendeu a inclusão no programa curricular das escolas públicas e privadas de uma disciplina que aborde a ecologia.

Duvido que haja actualmente países que nos possam dar exemplo de boas práticas ambientais", disse Cláudio Tomás, para quem a maioria dos países do Mundo está a adoptar "ideias económicas viradas para a degradação e super-exploração dos recursos naturais".

Zona Verde O sociólogo criticou o facto de em Angola ter havido uma invasão dos espaços verdes, sendo Luanda um exemplo.

É um fenómeno específico das grandes cidades que têm problemas de espaço, porque a ideia é a maximização de espaços para rentabilizar a cidade", asseverou o sociólogo Cláudio Tomás.

Em referência à Zona Verde e à floresta do Kinaxixi, Cláudio Tomás explicou que eram áreas estratégicas para a contenção das águas das chuvas. O sociólogo avisou que as zonas verdes protegem as cidades das alterações climáticas e dos grandes problemas ambientais.

Com o crescimento urbano no país, as pessoas deixam de ter preocupação ambiental, disse Cláudio Tomás. "Se cada morador plantar uma árvore, seja de fruta ou não, em sua casa ou mesmo na rua onde reside, em pouco tempo teremos um ambiente mais agradável", declarou o sociólogo.

10.8 Angola necessita de legislação adequada

Jornal de Angola

11 De Julho de 2017

A falta de instrumentos jurídicos adequados e a limitada capacidade de gestão dificultam a utilização sustentável das florestas e dos produtos agroflorestais.

A Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2018- 2020 apresentada em Luanda, pelo Ministério do Ambiente, indica que os impactes dos efeitos indirectos das alterações climáticas, como as inundações, secas severas e erosão dos solos, vão ter implicações no aumento de deslocações e perda de espécies e também no aumento do risco de incêndio nas florestas. o stress à flora e à fauna causado pelas variações do clima vão condicionar a vida das espécies, podendo provocar extinções, assim como o aumento da erosão do solo e das inundações podem afectar a distribuição e a resiliência da biodiversidade angolana.

Todos estes factos implicam que o Governo estabeleça medidas de adaptação que permitam preparar a floresta angolana para fazer face à sua vulnerabilidade perante os fenómenos climáticos extremos que terão tendência a se agravar nos próximos anos.

10.9 Sul de Angola com projecto de mitigação de acções climáticas

Jornal O PAIS

12 De Julho de 2017

Trata-se do projecto "FRESAN - Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional de Angola", a ser maioritariamente financiado pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento - FED.

o projecto, com início aprazado para primeiro trimestre do próximo ano, tem um custo total de USD 70 milhões. A União Europeia já garantiu os primeiros 6S milhões.

Os restantes 5 milhões devem ser assegurados através de co-financiamento da acção cujo objectivo é o "reforço da agricultura familiar sustentável" através da introdução de técnicas para a transformação dos produtos para posterior escoamento para os centros de consumo.

A acção preconiza ainda a sensibilização eficaz em prol do combate à subnutrição nas crianças e por via disso reduzir a mortalidade em menores de cinco anos de idade.

Segundo a nossa fonte, a geração de renda e combate à pobreza, o desenvolvimento de sistemas de previsão e alerta precoce, ferramentas de gestão de risco e resposta às crises induzidas pelo clima e a ocorrência de desastres naturais, são outras das acções inscritas.

O Ministério do Ambiente vai estar envolvido no projecto através de um ponto focal cuja missão é interagir quer com a unidade de gestão central baseada em Lisboa, quer com as unidades de gestão a constituir em cada uma das três províncias, assim como com o Instituto Camões, outras das instituições envolvidas na acção.

O projecto vai permitir ainda uma "profícua" acção a ser desenvolvida pelo Gabinete de Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura, outro dos representantes da parte angolana a envolver-se na acção.

As províncias da região Sul do país já enfrentam a força das transformações ambientais, com realidades antagónicas, entre estiagens prolongadas e cheias Cíclicas, entre outros males, com impacto devastador em vários municípios de um tempo a esta parte.

As consequências associadas ao fenómeno "El Niño", afectam com regularidade milhares de pessoas nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe.

No Cunene e em alguns municípios da Huíla, nos momentos críticos a situação torna-se difícil para agricultores, pastores e familiares no geral. Quando falta água, as pessoas são forçadas a caminhar longas distâncias para obtê-la, afectando desta forma a actividades de renda de subsistência assim como acentua as taxas de abandono escolar das crianças.

A avaliação dos actores no terreno aponta também para outros efeitos económicos e sociais que mobilizam o Estado angolano, sociedade civil,

sistema das Nações Unidas e outros parceiros em esforço conjunto na procura de soluções duradoiras.

Segundo a mesma fonte que vimos citando, o fenómeno das alterações climáticas precisa de um trabalho integrado e recursos do país e dos parceiros, de forma a criar sinergias para apoiar a produção de alimentos e atender também as questões de abandono do lar, criando condições para uma vida digna.

10.10 Projectos de água minimizam transumância nos Gambos

Jornal de Angola

22 De Julho de 2017

Texto: Arão Martins

Os programas de mitigação da seca, que o Executivo e o Governo Provincial da Huíla realizam no município dos Gambos, a sul da cidade do Lubango, dão primazia ao bem-estar da população e à valorização do gado, a sua principal riqueza.

Dados estáticos da Administração Municipal dos Gambos indicam que, desde 2013, altura em que o município registou seca acentuada, foram criados pelo Executivo 150 furos de água acoplados com sistemas solares.

Daniel Wombindo, 68 anos, é um famoso criador de gado bovino por ostentar na localidade de Cahila, comuna de Chibemba, município dos Gambos, cerca de 400 cabeças de gado bovino. Hoje, só com 200 cabeças de gado bovino, a tradição continua.

As acções do Governo Provincial da Huíla para minimizar os efeitos da seca são reconhecidas por Daniel Wombindo. Houve fases em que o gado, disse, tinha de ir ao pasto e só depois beber água devido à distância, o que dava muito prejuízo.

"Eu tinha 400 cabeças de gado bovino. Devido à longa caminhada na procura de pasto e água para beber, associado ao fenómeno de roubo e doenças, em dois anos perdi um número considerável de animais", explicou, com tristeza.

As pessoas que procuram sabotar os furos de água e os bebedouros do gado têm estado a prejudicar os criadores de gado. Combater a fome e a pobreza passa também pelo fornecimento de água. Quando o Governo Provincial cria esses equipamentos e outros destroem, a população é que sofre.

Com a água se cria gado bovino, suíno, galinhas e se pratica a cultivo de alimentos.

"Na região, há pessoas que procuram destruir os projectos implementados a favor da população. As autoridades tradicionais e os criadores de gado estão mobilizados para denunciar os prevaricadores para ser em responsabilizados criminalmente", disse Daniel Wombindo.

Morador da localidade de Onkanga, na Chiebamba, Augusto Dindolo possui diversas manadas de cabritos. Conta com cacimbas que fornecem água aos animais, mas no tempo seco a água esgota. Comisso, é obrigado a percorrer longos quilómetros para dar de beber aos animais na Tunda dos Gambos e no rio Cunene, na comuna do Mulondo, município da Matala.

Alterações climáticas Gambos é uma zona em que as alterações climáticas se faz em sentir de forma acentuada, afirmou o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Ambiente, na Huíla, Lutem Campos. As irregularidades das chuvas são frequentes e precisa-se de água para evitar que os animais tenham de percorrer quilómetros à procura de precioso líquido e pasto. O município está situado numa linha de transumância. Anualmente passam por ali muitas pessoas com gado oriundo do município do Virei, província do Namibe, para chegarem à comuna do Mulondo; município da Matala.

O município dos Gambos está concentrado o grosso do gado bovino da província. Lutero Campos disse que a população é a maior possuidora desta riqueza do Sul do país, que faz anualmente a transumância para chegar até ao rio Cunene.

A transumância é o deslocamento sazonal de rebanhos para locais que oferecem melhores condições durante uma parte do ano. "São muitos quilómetros que a população efectua todos os anos e as acções já realizadas na região fazem com que diminua a incidência da seca da região com a criação de zonas de água para a população e bebedouros para o gado", referiu Lutem Campos.

Muitas acções já foram realizadas no município. Com os pontos de água criados, está a irradiar-se a água para um espaço maior. A criação de pontos de águas é uma mais-valia até para o próprio crescimento rápido dos animais. O ganho, reconheceu. Lutero Campos, tem influência no rendimento da carne e leite a fornecer ao consumidor. Como ganho, o boi ganha mais resistência e conserva o peso.

Escolas de Campo

A disseminação das vertentes que constituem uma mais-valia no pastoreio do gado bovino são

transmitidas aos criadores através das Escolas de Campo, criadas pelo Governo Provincial da Huíla e o Ministério da Agricultura, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). O ganho está a permitir usar as altas tecnologias no manuseio da criação do gado bovino.

O administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, disse que no município já se faz a produção de hortícolas.

Desde a implementação, de forma massiva, das acções que visam minimizar os efeitos da seca nos Gambos, já foram abertos 150 furos, que estão a permitir abastecer a população com água potável.

Em todos os locais onde foram construídos furos de água e estão disponíveis bebedouros para o gado bovino, o que permite diminuir o risco da perda dos bois, que constituem a principal riqueza da população local.

"Aqui no município dos Gambos, próximo do rio Caculuar, já se produz batata rena. As escolas de campo animam os agricultores e trazem sempre um ganho, prova disso é a existência de 46 associações de camponeses.

Mangas de vacinação

Mais de 300 mangas de vacinação rústicas, das quais, 40 mangas estão na comuna da Chibemba, para a dinamizar o tratamento do gado bovino nos Gambos, que conta com uma escola de formação pecuária, juntamente com Quilengues.

Novo sistema

O Governo provincial da Huíla gastou 318.035.020,00 kwanzas na construção de um sistema de abastecimento de água à população rural e apoio ao abeberamento do gado bovino, na localidade de Cahila, comuna da Chibemba, município dos Gambos.

O projecto é financiado com fundos do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Governo Provincial da Huíla. O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, fez o lançamento da primeira pedra (la obra. O director provincial da Energia e Águas na Huíla, Abel João da Costa, disse que o projecto prevê beneficiar cinco mil pessoas. São criados três furos de água de 31 metros cúbicos, um tanque de recepção com 60 metros cúbicos, reservatório de dez metros cúbicos e vai ser instalada uma passagem hidráulica.

A construção de uma escola, lavandaria, reservatório intermédio e a instalação de sete bebedouros e bicas são outras componentes que constam do projecto em execução na comuna da Chibemba, município dos Gambos (150 quilómetros a sul da cidade do Lubango), capital da Huíla.

O projecto tem por objectivo ajudar a população que pratica também a transumância, numa distância de 30 quilómetros. Nos Gambos, o gado tem bons pastos e há períodos em que fica sem água. "Nestaloalidade, muitas vezes o gado é obrigado a beber água no intervalo de três dias e o que se pretende é inverter o quadro.

Vamos ter este projecto em primeiro plano, numa distância de 13 quilómetros e vão erguer-se alguns tanques ao longo do percurso e criados sete fontenários e bebedouros para o gado, e na segunda fase o projecto é ampliado para mais 30 quilómetros, no sentido de evitar que o gado em número considerável se concentre num só sítio, porque quando isso ocorre, danifica também o pasto", explicou.

Mel João da Costa reconheceu que vai ser um exercício benéfico, e o Governo Provincial da Huíla, logo de seguida vai colocar outros serviços sociais nestas zonas onde existe população e infra-estruturas.

O gado em pouco tempo vai ter maior robustez e é um bom negócio para o combate à fome e à pobreza.

O sistema de distribuição e captação de água vai ser feito pelo método solar, para evitarem problemas ambientais.

Reconhecimento da FAO

O responsável do sector da emergência do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação em Angola, Matteo Tonini, aplaudiu os programas que o Governo Provincial da Huíla criou para minimizar e contornar os efeitos negativos que a seca tem provocado.

Os programas visam garantir uma segurança alimentar sólida às famílias, A seca tem afectado não só o município dos Gambos mas toda zona sul de Angola. É a consequência do fenómeno "El Niño", que afectou as províncias da Huíla, Namibe e Cunene.

O Ministério da Agricultura realizou consultas sobre a segurança alimentar e Nutricional através do Fórum com membros da sociedade civil, em Fevereiro de 2013, posteriormente o Fórum com o Sector público, em Novembro do mesmo ano e a Conferência Nacional da Agricultura Familiar e o seu contributo

para a Segurança Alimentar e Nutricional em Novembro de 2014, na qual foi sublinhado o papel da agricultura familiar, como base da segurança alimentar.

O Executivo e os seus parceiros tradicionais estão a implementar diversos programas e projectos na zona sul. Considera-se que além das medidas de apoio à mitigação da situação actual é necessário elaborar e executar programas estruturados pós-emergência através de investimentos reforçados na Agricultura Familiar como suporte fundamental da segurança alimentar nesta zona do país.

O sistema de Informação para a Segurança Alimentar e Nutricional é um dos pilares imprescindíveis para a gestão da situação decorrente do impacto causado pelos fenómenos climáticos sobre os meios de sustento das famílias, sobretudo na vertente da tomada de decisões e da comunicação.

10.11 Exploradores ilegais têm os dias contados

Jornal de Angola

23 De Julho de 2017

Texto: Lourenço Bule

O Governo da Província do Cuando Cubango vai tomar medidas severas contra os cidadãos nacionais e estrangeiros que estão a exercer a actividade de exploração ilegal de madeira, situação que está a provocar uma desertificação crescente na região.

De acordo com o vice-governador para o sector Económico, Ernesto Kiteculo, que falava na sessão de abertura do ano florestal 2017, assiste-se em quase todos os municípios da província uma corrida desenfreada de cidadãos que, mesmo sem qualquer tipo de documento, estão a cortar troncos de árvores, para venderem aos estrangeiros, nalguns casos, com a cumplicidade da autoridade tradicional da respectiva zona.

Ernesto Kiteculo disse que este tipo de comportamento em nada ajuda no crescimento da província, razão pela qual, nos próximos dias, uma equipa multisectorial, integrada por elementos da Administração Geral Tributária, Instituto de Desenvolvimento Florestal, Serviço de Investigação Criminal, Polícia Económica e Fiscal, deslocar-se-á a vários pontos da província, para' se pôr cobro a esta situação, considerada grave.

O governante disse que as empresas de exploração de madeira têm por obrigação contribuir para o aumento das receitas fiscais a favor do Estado, respeitar as

normas e financiar projectos sociais nas localidades onde estão a desenvolver a sua actividade.

"Os exploradores de recursos florestais não podem desenvolver esta actividade simplesmente para fins lucrativos, mas, acima de tudo, criar mais postos de trabalho' visto que este recurso é hoje caracterizado como um dos produtos mais procurados no mercado-internacional", disse.

Acrescentou que o surgimento da Lei número 6/17 de 24 de Janeiro (lei de base de florestas e fauna selvagem) representa um passo importante no quadro da materialização da política de desenvolvimento do Executivo, visto que estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional da fauna selvagem, de forma a dar direito de gozo dos recursos florestais e faunísticos pelas comunidades rurais. "Ernesto Kiteculo recordou que em Angola não existia uma lei global e coerente de defesa e desenvolvimento da floresta e da fauna selvagem, alicerçada na sua importância económica, social, ambiental e cultural do território nacional.

Explicou que a fiscalização florestal constitui uma das áreas-chaves do sector, sendo considerada fundamental para o papel de verificação e acompanhamento do cumprimento dos preceitos da legislação em vigor.

"É necessário que aproveitemos correctamente os recursos florestais existentes no país, com realce na província do Cuando Cubango, onde existem várias empresas asiáticas a explorar madeira, devido à escassez destes meios nos seus países", disse.

Acrescentou que há muitos conflitos na exploração de madeira, com realce para o crime ambiental, físico e económico, que concorrem para o domínio dos monopólios no negócio de recursos florestais e faunísticos a nível do mundo.

Quotas de exploração

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Cuando Cubango, Abel Mambo, disse que o Ministério da Agricultura atribuiu para esta província uma quota de 15 mil metros cúbicos para a exploração florestal, durante o ano de 2017.

De acordo com o responsável, a quota de exploração atribuída para a região, de acordo com o Decreto Presidencial 124/17, de 7 de Junho, que abrange 15 províncias com potencial de madeira explorável, é bastante exígua, tendo em conta a extensão do Cuando Cubango e o número de empresas alistadas. Fez saber que o IDF tem registado 80 empresas de exploração" de madeira e os 15 mil hectares servem apenas para atender 30 madeireiros.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO
MINEIRA